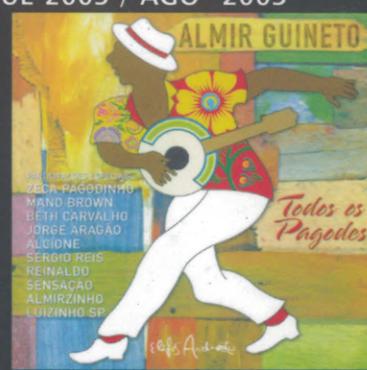
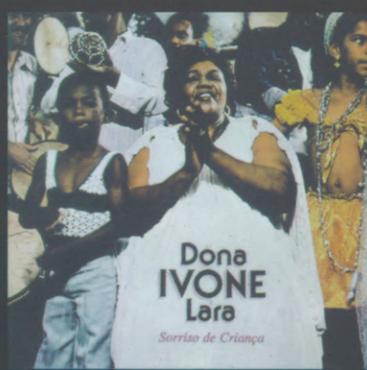


# DEMOCRACIA VIVA

17

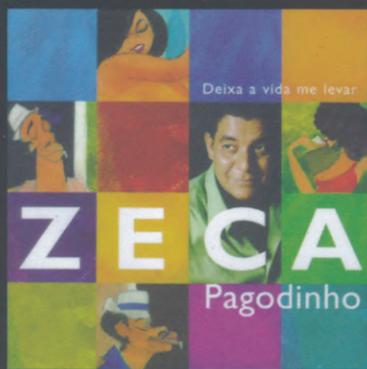
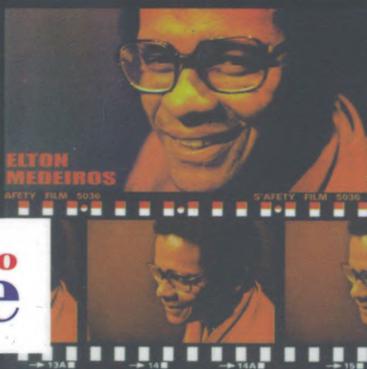
JUL 2003 / AGO 2003



**Entrevista**  
Leci Brandão

**Drogas e globalização**  
Maria Lucia Karam

**Direito de mendigar**  
Alcione Araújo



**iBase**

A

pós a festa da esperança que a eleição e a posse de Lula propiciaram, estamos numa espécie de ressaca. Dor de cabeça, sinais de irritação, um misto de cansaço e desânimo. Mas ressaca democrática também é parte da vida política. Chegaremos à conclusão de que nem tudo foi ganho e, no lado oposto, nem tudo está perdido. O Brasil novo não está dado; deve ser feito. Passada a festa, encararemos nossas possibilidades e nossos problemas.

*Democracia Viva* quer contribuir com um olhar mais fino sobre o que temos pela frente. Em consonância com a missão do Ibase, toca em questões fundamentais para a democracia que se situam além do que vemos nas tevês e jornais. Trata-se de chamar a atenção para algo mais, decisivo na qualificação da própria realidade que buscamos mudar.

Neste momento em que a mídia teima em pautar o debate a partir da agenda herdada da globalização neoliberal – com seus indicadores conjunturais de mercado –, precisamos repensar o Brasil a partir do que é a nossa força como povo e nação. Grandes momentos do Brasil foram sempre pautados por criatividade cultural, especialmente nossa música popular. Somos um povo festivo. Não haverá desenvolvimento humano democrático e sustentável se não for alicerçado nessas nossas qualidades de “levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima... sem desanimar”.

Leci Brandão, nossa entrevistada, é das mais legítimas representantes da criatividade do samba. Pensar a capacidade de criar nas adversidades e ir em frente é fundamental. A participação não se faz no abstrato, mas com emoção e respeito ao que sente o povão deste país. A reflexão sobre onde estamos neste campo são completadas pela análise de Carlos Messeder.

Abrindo os olhos, precisamos ver o que nos negamos a encarar, ou o que o racismo à brasileira nos impede de ver. Temos de enfrentar a violência, e ela – como demonstra Jurema Werneck – tem cor. E há também a violência induzida pelo Estado, como afirma Maria Lúcia Karam.

Estendendo o nosso olhar mais detidamente sobre um dos debates do momento, a reforma previdenciária, como faz Guacira de Oliveira, percebemos o quanto ela não é inclusiva. O principal ficará como tarefa a fazer, com a maior urgência possível, se queremos superar as desigualdades de todo tipo, para além dos incluídos – no geral homens e brancos. Alcione Araújo nos lembra que incluir não é simplesmente humanizar o nosso olhar; é preciso mudá-lo. A ruptura da lógica de exclusão/inclusão na sociedade brasileira exige um pacto amplo e muita criatividade. Quem sabe as Comissões de Verdade, da África do Sul, nos inspiram? Ao menos foi essa a intenção de trazer tal debate para *Democracia Viva*, com o artigo de Nahla Nvali.

A revista propõe olhar também à volta do Brasil. José Luís Fiori faz um desnudamento do que moveu a última guerra dos EUA e da Inglaterra no Iraque. E não deixa ilusões. O atual imperialismo está disposto a aplicar de qualquer forma a “lei da selva”. Meu artigo, situando o Brasil na América Latina, faz um balanço dos impasses e possibilidades políticas internas de avanço democrático após a avalanche da globalização neoliberal. Preocupo-me, sobretudo, em mostrar que, apesar de tudo, temos muitas fortalezas.

O que temos nesta edição é um convite para retomar o que nos resta a fazer de imediato: pensar onde incidir. Precisamos saber para onde empurrar este ainda novo governo Lula.

# S U M Á R I O



ENTREVISTA  
Leci Brandão



CULTURA  
O samba e a reconstrução  
das nossas tradições

- 3 ARTIGO**  
Ataque econômico preventivo  
José Luís Fiori
- 6 NACIONAL**  
Previdência: uma (re)forma  
de exclusão  
Guacira César de Oliveira
- 12 VARIEDADES**
- 14 ARTIGO**  
Drogas ilícitas e globalização.  
Proibicionismo e ampliação  
do poder de punir  
Maria Lúcia Karam
- 20 CRÔNICA**  
O direito de mendigar  
Alcione Araújo
- 22 INTERNACIONAL**  
Verdade e reconciliação  
na África do Sul  
Nahla Nvali
- 28 PELO MUNDO**
- 30 ENTREVISTA**  
Leci Brandão
- 40 RESENHAS**
- 44 OPINIÃO IBASE**  
Impasses na América Latina  
Cândido Grzybowski
- 54 INDICADORES**  
Segurança e justiça em cores  
Jurema Werneck
- 60 CULTURA**  
O samba e a reconstrução  
das nossas tradições  
Carlos Alberto Messeder Pereira
- 68 ÚLTIMA PÁGINA**  
Marco

**Amigos**  
do **ibase**

O Ibase é uma entidade pública a serviço da cidadania e da democracia. Seu estatuto é de uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa, suprapartidária, reconhecida como de utilidade pública.

Para apoiar os projetos desenvolvidos pelo Ibase, escreva para [amigos@ibase.br](mailto:amigos@ibase.br) ou telefone para (21) 3852 6028.

Doações de pessoas jurídicas podem ser abatidas do Imposto de Renda.

**ibase**  
**etinho**

Ibase – Instituto Brasileiro de  
Análises Sociais e Econômicas  
Av. Rio Branco, 124 / 8º andar  
20148-900 Rio de Janeiro/RJ  
Tel.: (21) 2509-0660 Fax: (21) 3852 3517  
[ibase@ibase.br](mailto:ibase@ibase.br) - [www.ibase.br](http://www.ibase.br)

**Conselho Curador**  
Regina Novaes  
João Guerra  
Carlos Alberto Afonso  
Moacir Palmeira  
Jane Souto de Oliveira

**Direção Executiva**  
Cândido Grzybowski  
Francisco Menezes  
Jaime Patalano

**Coordenadores(as)**  
Erica Rodrigues  
Iracema Dantas  
João Roberto Lopes Pinto  
João Sucupira  
Moema Miranda  
Núbia Gonçalves

**Assessora da Direção Executiva**  
Maria Nakano

## DEMOCRACIA VIVA

**Diretor Responsável**  
Cândido Grzybowski

**Conselho Editorial**  
Alcione Araújo  
Ari Roitman  
Eduardo Henrique Pereira de Oliveira  
Regina Novaes  
Rosana Heringer

**Coordenação Editorial**  
Iracema Dantas

**Subeditor**  
Marcelo Carvalho

**Revisão**  
AnaCris Bittencourt  
Marcelo Bessa

**Assistentes Editoriais**  
Flávia Mattar  
Jamile Chequer

**Produção**  
Geni Macedo

**Distribuição**  
Iris Patrícia Batista

**Projeto Gráfico**  
Mais Programação Visual

**Diagramação**  
Imaginatto Design e Marketing

**Fotolitos**  
Rainer Rio

**Impressão**  
J. Sholna

**Tiragem**  
3.000 exemplares

[democraciaviva@rits.org.br](mailto:democraciaviva@rits.org.br)

# Ataque econômico preventivo

“O imperialista, com os olhos duros e lúcidos, contempla a multidão dos povos e vê, olhando para todos eles, a sua própria nação.”

Rudolf Hilferding, *O capital financeiro* (1910)

Quase tudo possível já foi dito sobre a última guerra no Iraque. Foi quase um ano de preparação militar para 18 dias de guerra, e, à medida que o tempo passa, ela vai ficando cada vez mais parecida com uma guerra colonial de tipo clássico: unilateral, localizada e envolvendo duas grandes potências contra um estado periférico; fora do núcleo central do sistema mundial e apoiada por argumentos frágeis e acusações quase desnecessárias. Uma espécie de guerra de um lado só, para ocupação de um território com alta dotação de petróleo, seguida da derrubada do seu governo, como tantas outras que aconteceram, durante a segunda metade do século XIX e também durante o XX.

Apesar desse perfil clássico, a nova guerra no Iraque se transformou num verdadeiro conflito “mundial”, uma espécie de “guerra hegemônica”, envolvendo, de uma forma ou outra, todas as demais grandes potências e um número significativo de estados de segunda e terceira importância, dentro da hierarquia geopolítica mundial. Além disso, seus efeitos abalaram várias dimensões e instituições mundiais e sacudiram todos os tabuleiros geopolíticos mundiais, atingindo o próprio “círculo dos criadores da moralidade internacional” de que falava Edward Carr, no seu clássico *The Twenty Years' Crisis, 1919–1939*.

## Nenhuma das grandes potências se opôs à deposição de Saddam. A oposição foi à forma unilateral que os Estados Unidos impuseram ao processo

Essa guerra foi uma espécie de *proxi* do fim Guerra Fria e da Guerra do Golfo. E, nesse sentido, faz parte de um lento processo de "rendição" dos derrotados, que não aconteceu, e de um "acordo de paz" entre os vencedores, que tampouco existiu. Houve, sim, um acordo sobre a divisão dos territórios conquistados e sobre a definição das novas regras de funcionamento do sistema político mundial. Se for assim, a nova guerra no Iraque contém vários sinais e mensagens enviados

ao mundo, pela mesma colização anglo-americana que definiu as bases e diretrizes da ordem mundial, depois da Segunda Guerra Mundial. Quais são esses sinais e a quem são dirigidos? Levaremos ainda muito tempo para decifrá-los, mas algumas coisas já podem ser lidas e são mais urgentes.

Em primeiro lugar, não é difícil de entender a lógica da ocupação territorial americana que se iniciou depois da vitória de 1991 e culminou com a tomada de Bagdá. O movimento seguiu uma linha bastante clara: começou pelo Báltico, atravessou em paz a Europa Central, a Ucrânia e a Bielorrússia (hoje, Belarus), transformou-se em guerra nos Bálcãs e, depois de confirmada a aliança com a Tur-

quia, chegou até a Ásia Central e o Paquistão, com a Guerra do Afeganistão, e até Bagdá e a Palestina, com a última guerra no Iraque. Portanto, com a exceção da Síria e do Irã, os Estados Unidos reinam hoje, soberanos, em quase todo o Rimland, a área geopolítica mais importante do mundo, para o exercício do poder global, segundo Nicholas Spykman, o grande geopolítico norte-americano, da primeira metade do século XX.

Depois da guerra, não fica difícil de ver no mapa das bases militares norte-americanas, espalhadas pelo mundo, que os Estados Unidos já construíram um "cinturão sanitário", separando a Alemanha da Rússia, e a Rússia da China. Portanto, deixam claro que, se não acontecerem grandes novidades, os seus novos concorrentes estratégicos, além da China,

seguirão sendo os mesmos da Inglaterra, desde o Congresso de Viena e, sobretudo, depois do nascimento da Alemanha, em 1871.

Desse ponto de vista, a mensagem mais importante da última guerra foi dirigida diretamente ao clube das grandes potências, onde têm assento todos os antigos aliados americanos na Guerra Fria e na Guerra do Golfo. São eles os maiores produtores de armas de destruição de massa e os principais destinatários da nova doutrina Bush, que prevê e defende ataques preventivos contra os seus detentores. Na verdade, os Estados Unidos já fizeram uso desse "direito" em inúmeras outras ocasiões, durante os séculos XIX e XX, mas quase sempre contra países pequenos ou periféricos, ou sob os auspícios da Guerra Fria. A novidade não está nesse ponto, está no anúncio claro e inequívoco de que o objetivo último da nova doutrina é impedir o aparecimento, em qualquer ponto, e por um tempo indefinido, de qualquer outra nação ou aliança de nações que rivalize com os Estados Unidos. Uma estratégia de "contenção", como a que foi sugerida por George Kennan e adotada pelos Estados Unidos, com relação à União Soviética, depois de 1947, só que agora visando ao exercício de um poder global que envolve uma prevenção permanente e universal.

Nenhuma das grandes potências se opôs à deposição de Saddam Hussein nem a uma intervenção coletiva no Iraque. Sua oposição foi à forma unilateral que os Estados Unidos impuseram ao processo, agravando um quadro que já vem da década de 90, de distanciamento cada vez maior entre os Estados Unidos e seus dois maiores "protetorados militares", decisivos para o sucesso econômico mundial do período após a Segunda Guerra Mundial: a Alemanha e o Japão. Não é difícil de perceber que, na década de 1980, a economia norte-americana cresceu mais do que as dos outros dois países, como acontece sempre nos períodos de preparação e escalada pré-bélica. Mas a União Soviética se dissolveu sem guerra, e, na década de 1990, a economia norte-americana seguiu crescendo, enquanto o Japão e a Alemanha afogavam-se num imenso poço de liquidez e de "imobilismo satisfeito", desarmados que foram de seus velhos projetos nacionais. Se for assim, estaremos assistindo apenas ao início de uma nova rodada de competição e conflito dentro do clube das grandes potências.

Em segundo lugar, a recente guerra no Iraque trouxe uma mensagem muito clara para a periferia do sistema mundial, situada fora

do Oriente Médio e da Ásia Central. Essa periferia compreende cerca de cem países independentes, a maioria muito pouco desenvolvida e situada na escala inferior do poder e da riqueza mundial. Mas alguns deles são maiores e têm melhores perspectivas de expansão econômica e algum tipo de projeção política regional. Quase todos eles foram colônias européias em algum momento de suas histórias, e a maioria se mantém até hoje na condição de “quase-Estados”, com soberanias extremamente limitadas pela contínua intervenção das grandes potências. Esses Estados cresceram geometricamente, depois da Segunda Guerra Mundial, sob auspícios da política competitiva dos Estados Unidos e da União Soviética, partidários da autodeterminação dos povos e do direito ao desenvolvimento econômico nacional. Durante a Guerra Fria, a competição global e bipolar entre a União Soviética e os Estados Unidos funcionou como um cinturão de segurança que foi capaz de manter a “ordem” neste universo, enquanto o socialismo e o desenvolvimentismo mantinham uma expectativa de mobilidade fundamental para legitimar o poder dos dois dentro desta galáxia de novos Estados nacionais. No fim da década de 1970, entretanto, o desenvolvimentismo já perdera fôlego na maioria dos países periféricos, e, logo depois, o socialismo também entrou em crise. Depois do fim da Guerra Fria, e durante a década de 1990, o rápido crescimento econômico norte-americano e o aumento do fluxo internacional de capitais, junto com a utopia da globalização, conseguiram manter as expectativas coletivas, contribuindo para a manutenção da ordem geral. Depois do ano 2000, entretanto, a estagnação mundial e a volta da guerra ao centro do sistema internacional, junto com o crescimento pífio dos “mercados emergentes”, recolocaram uma questão pendente, desde o fim da Guerra Fria, sobre o que as grandes potências devem fazer, neste novo milênio, com suas ex-colônias e com todos os Estados que elas “inventaram” na América, no Oriente Médio, na Ásia e na África.

A resposta já estava dada na década de 1990, mas ficou escondida pelo brilho da vitória norte-americana e pelo deslumbramento com a utopia da globalização e da “sociedade em redes”. Em 1996, o assessor internacional de Tony Blair, Richard Cooper, publicou um pequeno livro,<sup>1</sup> no qual explica com toda clareza as diretrizes estratégicas do projeto globalitário e otimista da era

Clinton–Blair. Segundo Cooper, o objetivo foi sempre o da construção de três novos tipos de “imperialismos, aceitáveis ao mundo dos direitos humanos e dos valores cosmopolitas”. Um “imperialismo cooperativo”, para o mundo das grandes potências; um “imperialismo baseado na lei das selvas”, para os “Estados pré-modernos”; e um “imperialismo voluntário da economia global”, para os “Estados que se abram e aceitem pacificamente a interferência das organizações internacionais e dos Estados estrangeiros”.

Dessa perspectiva, fica mais bem mais fácil de compreender a mensagem enviada pela última guerra no Iraque aos países periféricos: em primeiro lugar, foi uma confirmação de que os anglo-americanos estão realmente decididos a aplicar a “lei da selva”, com relação aos povos incapazes de se manter dentro das regras definidas por eles mesmos. Mas, além disso, a nova guerra traz junto, e bem empacotada, uma outra mensagem, que já foi decifrada pelo norte-americano John Mearsheimer, no seu recente *Tragedy of Great Power Politics*, quando diz, falando da China, que

*a política dos Estados Unidos na China está mal orientada., porque uma China rica não será um poder que aceite o status quo internacional. Pelo contrário, será um estado agressivo e determinado a conquistar uma hegemonia regional. Não porque a China, ao ficar rica, venha a ter instintos malvados, mas porque a melhor maneira para qualquer estado maximizar as suas perspectivas de sobrevivência é se tornar um hegemon na sua região do mundo. Agora, se é do interesse da China ser o hegemon no nordeste da Ásia, não é do interesse da América que isso aconteça.*

Eis aí uma mensagem decisiva da nova doutrina e da última guerra. A tese de Mearsheimer é sobre a China, mas deve ser lida como um novo princípio estratégico universal. Como não é possível a existência de uma verdadeira potência política sem poder econômico, a competição econômica se transforma numa prolongação da guerra e vice-versa. Nesse sentido, o primeiro ataque preventivo contra potências emergentes e bem-comportadas não deverá ser militar – será econômico e consistirá na contenção ou bloqueio do seu desenvolvimento. ■

#### \* José Luís Fiori

Cientista político,  
professor titular de  
Economia Política  
Internacional da UFRJ  
e da Uerj

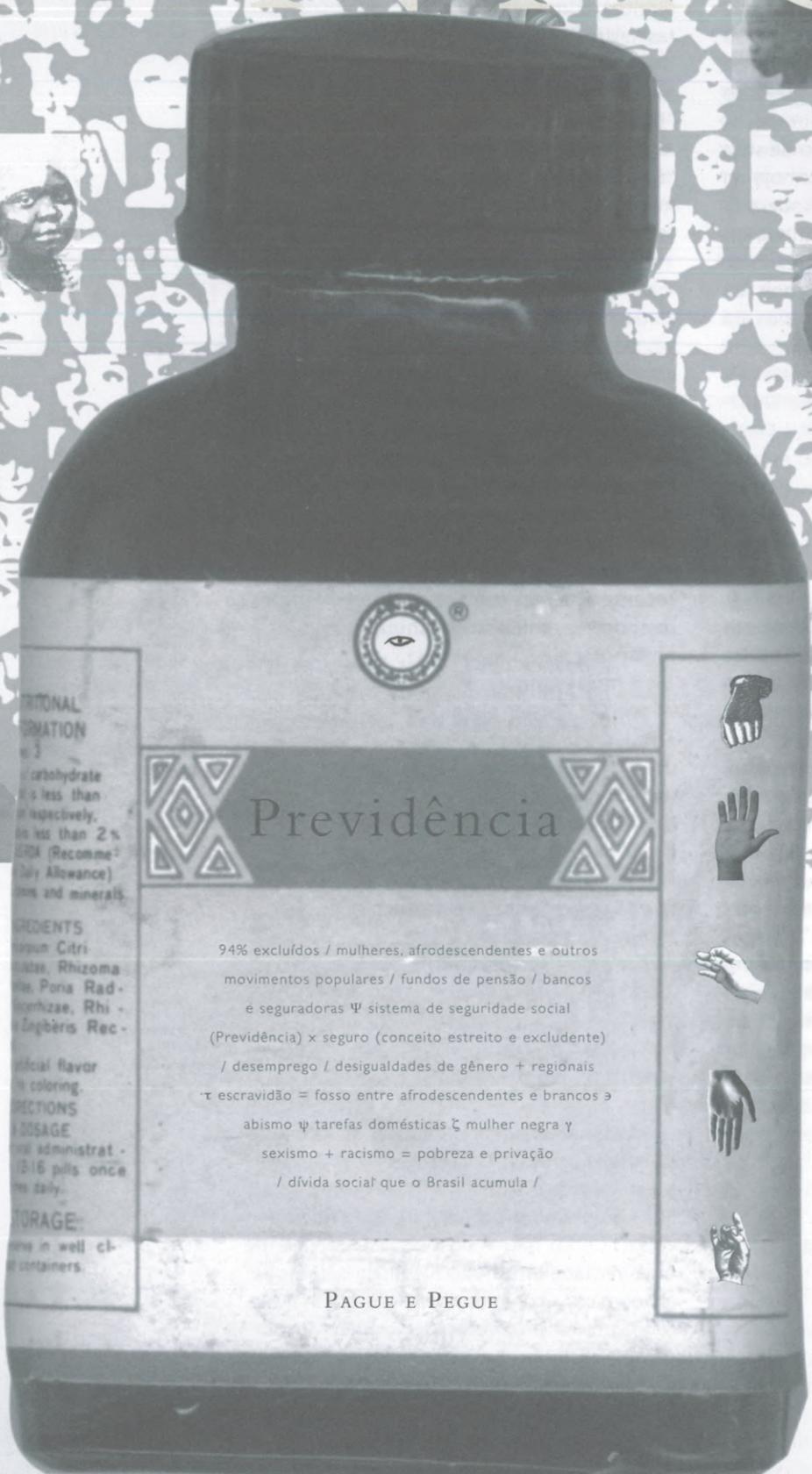
<sup>1</sup> COOPER, R. *The Post-Modern State and the World Order*. Londres: Demos, 1996.

<sup>2</sup> MEARSHEIMER, J. *The Tragedy of the Great Power Politics*. Nova York: Norton & Company, 2001, p. 402.

NACIONAL

Guacira César de Oliveira\*

# NACIONAL



## Previdência

94% excluídos / mulheres, afrodescendentes e outros  
 movimentos populares / fundos de pensão / bancos  
 e seguradoras Ψ sistema de seguridade social  
 (Previdência) x seguro (conceito estreito e excludente)  
 / desemprego / desigualdades de gênero + regionais  
 τ escravidão = fosso entre afrodescendentes e brancos ε  
 abismo ψ tarefas domésticas ζ mulher negra γ  
 sexismo + racismo = pobreza e privação  
 / dívida social que o Brasil acumula /



PAGUE E PEGUE

# Previdência: uma (re)forma de exclusão

O holofote econômico que ilumina o debate sobre a reforma previdenciária ofusca a enorme exclusão social: existem 40 milhões de pessoas que estão sem nenhuma cobertura da Previdência. Se incluirmos seus dependentes, estaremos falando de um contingente de 101 milhões de brasileiros e brasileiras que o debate da reforma previdenciária nem sequer vislumbra.

O objetivo fundamental da proposta que está sendo debatida no Congresso Nacional – apresentada pelo Executivo federal em acordo com os governos estaduais – é a estabilização e o crescimento econômico, a serem alcançados à custa de servidores(as) públicos(as) e com a implantação de previdência complementar.

É extremamente limitado o debate em curso sobre as reformas de Estado – não somente a previdenciária, mas também a tributária, a trabalhista, a agrária e a política.

Lamentavelmente, o processo não aponta para a construção de um novo Estado, suficientemente fortalecido para exercer seu papel de regulador das relações sociais, enfrentando a injustiça social e as desigualdades produzidas pelo mercado.

Levantamento realizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) revela as margens estreitas do debate. Das 457 emendas apresentadas pelos deputados à proposta de emenda constitucional da reforma previdenciária (PEC 40), 90% tratam exclusivamente do serviço público, assim distribuídas: contribuição de inativos(as), 68; regra de transição, 67; pensão, 44; cálculo de benefício, 32; previdência complementar, 29; subteto, 24; RGPS, 23; militares, 22; paridade, 21; teto, 20; reajuste de benefícios, 16; custeio, 15; professores(as), 13; aposentadoria compulsória, 10; emendas globais, 7; assistência

## Quando um assunto ganha relevância, mas não há nada planejado, cria-se uma comissão para mais adiante se decidir o que fazer

social, 7; e diversas, 38. Pouco mais de 20 emendas se preocupam com a promoção da inclusão de novos segmentos sociais ao sistema. E, mesmo entre essas, há algumas bem questionáveis, propondo criar um novo regime de previdência social pobre para a população pobre.

A reforma, segundo o governo, vai afetar apenas 6% da população: os(as) servidores(as) públicos(as). Aos outros 94%, o governo recomenda que fiquem tranquilos, porque seus direitos não estão sendo atingidos. O processo político de debate sobre a proposta – no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, nos debates de diferentes segmentos da sociedade civil organizada com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, e nas várias audiências públicas realizadas no Legislativo – rejeitou discutir toda e qualquer proposição que incluía, na PEC 40, outras questões além daquelas já pautadas pelo governo federal com os governos estaduais.

Sustentado pela maioria de votos que os acordos partidários lhe conferiram em relação à reforma e pressionado mais fortemente pela expressiva mobilização política do serviço público e pelo Poder Judiciário, o governo tende a não alargar o debate.

Os movimentos de mulheres, de afrodescendentes e outros movimentos populares, que entraram na discussão para ampliar a agenda, não encontraram acolhimento às suas demandas por parte do governo. No transcorrer do processo, a resposta governamental às reivindicações apresentadas por esses segmentos evoluiu para um pedido de espera. O deputado José Pimentel (PT-CE), relator da PEC-40, e o ministro Berzoini falam de uma segunda fase da reforma, de caráter não-constitucional, que trataria da inclusão social.

A insistente demanda dos movimentos de mulheres, por medidas capazes de enfrentar a exclusão da maioria absoluta das trabalhadoras do sistema previdenciário,

resultou no compromisso público do ministro com a criação de um grupo de trabalho interministerial – composto de representantes dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e das Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial.

Posteriormente, a inclusão no sistema previdenciário também adquiriu maior relevância na agenda definida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). A resposta de Berzoini às demandas da CUT foi a criação de uma outra comissão, que desta vez envolveria também o Legislativo. É, agora, como sempre foi: quando um assunto ganha em relevância, mas não se pensou nele, nem há nada planejado, cria-se uma comissão – ou duas, ou três –, e ganha-se tempo para mais adiante se decidir o que fazer.

O problema é que, depois da aprovação da PEC 40, a reforma de caráter neoliberal da Previdência já terá avançado consideravelmente. Os recursos nela investidos, em vez de serem direcionados à superação do abismo que separa 58% da população economicamente ativa dos seus direitos de cidadania, estarão sendo escoados para priorizar “um Brasil mais competitivo”, conforme propõe o Banco Mundial. O próprio governo segue essa mesma linha: no documento que orienta a ação estratégica do Executivo federal com vistas ao Plano Plurianual 2004–2007, situa a reforma da Previdência, juntamente com a trabalhista na dimensão econômica, e não na social do desenvolvimento, como era de se esperar.

A Previdência é a principal política social do país. A decisão que orienta a reforma para fazer política fiscal, e não social, nos distancia, ainda mais, da construção do Estado de Bem-Estar, base absolutamente indispensável para combater as desigualdades de toda ordem.

A criação da previdência complementar e o fortalecimento dos fundos de pensão é parte importante da proposta governista de reforma. Para o governo, esses fundos de pensão cumpriram o papel de criar poupança interna, dinamizando a economia, promovendo o crescimento da atividade produtiva e o conseqüente aumento do emprego. Maria Lúcia Werneck, economista estudiosa do assunto, é taxativa: os ganhadores serão de fato os bancos e seguradoras que administram fundos previdenciários e o mercado financeiro, que se

abastecerá com os recursos provenientes da nova poupança. O vencedor, ao fim e ao cabo, é o FMI, cuja estratégia passa a ser adotada. Um debate bastante aguerrido está em curso na própria base governista no Congresso Nacional a esse respeito. Alguns parlamentares defendem a criação de um fundo público, a exemplo do que é o FGTS, mais apropriado para mobilizar a poupança interna em prol do bem público.

Os(as) defensores(as) da proposta do governo para a reforma previdenciária insistem em colocar no centro do debate o financiamento da Previdência. Já não se fala em seguridade social. Trata-se do falso déficit da Previdência, e não se discute o superávit do orçamento da seguridade social. Querem convencer a opinião pública sobre a possibilidade de se manter a Previdência Social exclusivamente com recursos advindos das contribuições oriundas da folha de salários, o que, na crise nacional e internacional do emprego, parece ser impossível.

Os argumentos governistas enfraquecem a idéia de seguridade social, na mesma proporção que fortalecem a idéia de seguro, de capacidade individual de poupança para ter acesso aos direitos de seguridade, tornando cada vez mais indissolúvel o vínculo entre contribuição e benefício.

Essa vinculação é nefasta porque mantém e potencializa no sistema de Previdência Social as desigualdades e exclusões geradas pelo mercado de trabalho. O desemprego, como se sabe, avança selecionando e ordenando criteriosamente as suas vítimas. O acesso ao emprego é cada vez mais difícil, e a informalidade cresce em segmentos muito determinados. Veja-se, por exemplo, o caso do Distrito Federal, que, na média, apresenta um dos melhores quadros no país: enquanto 42,6% das mulheres negras estão em ocupações precárias, a proporção de homens brancos e amarelos nessa mesma situação cai a menos da metade (19,6%). Na região metropolitana do Recife, as condições são muito piores: 54,5% das trabalhadoras negras estão em situação vulnerável no mercado, enquanto o percentual de homens brancos e amarelos é de 31,5% (Dieese/PED-2002).

A sobreposição das desigualdades de gênero às regionais amplia a magnitude da exclusão. São Paulo e Distrito Federal são as duas unidades da Federação com maior grau de cobertura previdenciária entre as mulheres:

56,0% das trabalhadoras paulistas e 55,9% das brasilienses estão incluídas no sistema. No Maranhão e no Piauí, a situação é a pior do país: apenas 16,9% das trabalhadoras maranhenses e 14% das piauienses estão seguradas pela Previdência (população total ocupada privada). O Dataprev, sistema de dados da Previdência Social, não tem informação desagregada por raça/etnia. Esses dados relativos ao ano de 2002, sobre a cobertura previdenciária na iniciativa privada, nos permitem supor que a capacidade seletiva e de exclusão do sistema seja ainda mais drástica quando a questão é de ordem racial/étnica.

A escravidão abriu um fosso enorme, que separa a população afrodescendente da população branca brasileira. Passados 114 anos da abolição da escravatura, o abismo continua o mesmo, em largura e profundidade. Para as mulheres negras, a articulação entre sexismo e racismo limita de maneira drástica os resultados de quaisquer esforços empreendidos por elas para superar a situação de pobreza e privação em que vive a maioria. O emprego doméstico, que ocupa um número relevante de trabalhadoras afrodescendentes, até no trabalho infantil, além de pagar baixos salários, apresenta um grau de informalidade altíssimo: apenas 27,5% dessas profissionais têm carteira assinada.

A existência de um sistema de seguridade social redistributivo e de uma previdência social fundada no princípio de solidariedade é condição fundamental para que as mulheres possam almejar, na velhice, ter acesso às aposentadorias a que fazem jus. Como se sabe, as tarefas domésticas, alimentação da família, higiene da casa, a educação das crianças e os cuidados com pessoas enfermas e idosas do grupo familiar, via de regra, são tarefas exercidas pelas mulheres. É o trabalho de reprodução social, de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social do país, mas que, para

Quem defende a proposta do governo para a reforma previdenciária insiste em colocar no centro do debate o financiamento da Previdência. Já não se fala em seguridade social

\* Guacira César  
de Oliveira

Socióloga e diretora  
colegiada do Centro  
Feminista de Estudos e  
Assessoria (Cfêmea)

Ilustrações: Marta Strauch

Para sanar a enorme dívida social que o Brasil acumula, é preciso superar o individualismo. Em vez de focar o princípio da equivalência, deve-se iluminar o princípio da necessidade e do direito

fins de Previdência Social, simplesmente não conta. Quem se dedica exclusivamente a esse tipo de trabalho, se não for pelo vínculo de dependência à pessoa titular de direitos, termina sem proteção social.

Grande parte das mulheres está tanto no trabalho produtivo como no reprodutivo. Essa dupla jornada lhes custa muito caro, porque implica a sua participação no mercado de trabalho em condições absolutamente injustas e desiguais, provocando muitas vezes a interrupção da vida profissional, a opção forçada pela informalidade e até a exclusão definitiva do mercado. Decorrem disso inúmeras restrições para as mulheres terem acesso à aposentadoria por tempo de contribuição ou o total impedimento a qualquer tipo de direito previdenciário.

Os dados do Ministério da Previdência (Dataprev-2002) dão a dimensão dos ônus pagos pelas mulheres por uma presença intermitente no mercado de trabalho: dos segurados da Previdência Social aposentados por tempo de contribuição, 78,4% são homens, e 21,6% são mulheres. No caso da aposentadoria por idade, a situação é inversa: as trabalhadoras representam 62,5% do total, já os seus companheiros do sexo masculino constituem 37,5%.

Algumas vezes, o afastamento da mulher do mercado de trabalho – raras vezes, dos homens – se deve à necessidade de cuidar de pessoas da família portadoras de deficiência, enfermas ou idosas. Trata-se de serviço que deveria estar sendo oferecido pelo sistema de seguridade social. Entretanto, quem o realiza não tem remuneração, e nem sequer o tempo despendido nessa atividade conta como tempo de trabalho para fins de aposentadoria.

O individualismo, além do machismo, está a tal ponto arraigado na nossa sociedade que se aceita, como razoável, que as mulheres trabalhem para suprir a falta do serviço público e que o Estado não

garanta qualquer tipo de proteção social a elas e muito menos remuneração. Para ter proteção previdenciária, têm de contribuir, e o cuidado dedicado a uma pessoa enferma não é contribuição, é vocação feminina, que não tem correspondência em direitos previdenciários.

Muitos daqueles e daquelas que passaram a sua vida economicamente ativa no mercado informal de trabalho, na velhice sequer têm direito à aposentadoria. Ninguém recolheu o seu INSS ou FGTS, nem lhe pagou seguro-desemprego. Essa mão-de-obra barata certamente agregou mais lucro ao que produziu do que outra pessoa a quem se garantiram os direitos trabalhistas. Ou, na melhor das hipóteses, barateou o custo de produtos que chegaram a preços mais módicos para o consumo. O direito que se suprimiu do lado mais fraco beneficiou alguém de outro lado.

A Previdência Social, inserida no sistema de seguridade social, não comporta a idéia estreita e excludente do seguro. À contribuição individual têm de serem somados os recursos de impostos, pagos por toda sociedade, para que a Previdência possa exercer plenamente a sua função de política social redistributiva e inclusiva, ao invés de ser simples reprodutora de desigualdades e multiplicadora de exclusões.

Para sanar a enorme dívida social que o Brasil acumula, é preciso superar o individualismo. Em vez de focar o princípio da equivalência – só recebe quem contribui –, deve-se iluminar o princípio da necessidade e do direito. É preciso afirmar a solidariedade e fazer prevalecer a cidadania para produzir justiça. ■



O Jornal da Cidadania é distribuído para pessoas que têm pouco ou nenhum acesso à informação crítica e comprometida com a democracia. Nossos leitores e leitoras são, especialmente, estudantes e professoras e professores de escolas públicas de todo o país. Mas também trabalhadoras e trabalhadores urbanos e rurais, líderes comunitários, moradoras e moradores de comunidades pobres. São 60 mil exemplares distribuídos gratuitamente.

Participe de mais esta iniciativa do Ibase. Você pode ajudar com contribuições financeiras ou organizando um núcleo de distribuição.

Doações de pessoas físicas podem ser abatidas no Imposto de Renda.

Mais informações: (21) 2509 0660  
ou [jcidadania@ibase.br](mailto:jcidadania@ibase.br)



### Criatividade multifacetada

Os(as) amantes de artesanato têm tido boas surpresas. E quem trabalha no setor também. O mercado desse tipo de produto vem crescendo. O Sebrae, por exemplo – na busca pelo fortalecimento da atividade como fonte geradora de ocupação e renda e pelo empreendedorismo de artesãos e artesãs –, está investindo em um programa direcionado ao setor.

No *site* do Sebrae é encontrada (no ícone Artesanato Brasil) a lista de todos os estados brasileiros com informações sobre demografia, cultura, tipo de artesanato produzido e rota turística. A descrição dos produtos confeccionados vem acompanhada de fotografia, matéria-prima utilizada, dimensões e informações sobre produtores(as) e fornecedores(as).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o setor movimenta anualmente, desde a coleta da matéria-prima até o produto final, R\$ 28 bilhões, quase 2,8% do PIB nacional. Existem atualmente no país 8,5 milhões de pessoas envolvidas com a cadeia produtiva do artesanato, que fazem da atividade seu meio de subsistência. É a criatividade do povo brasileiro driblando as dificuldades e ajudando na preservação de tradições populares.

**Mais informações:**  
[www.artesanatobrasil.com.br](http://www.artesanatobrasil.com.br)

### Homofobia de farda

Levantamento sobre a violência contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais em Brasília, feito pela ONG brasileira Ações Cidadãs em Orientação Sexual (Acos), revela que entre os principais agressores estão policiais (10,7%) e entre as principais vítimas estão estudantes (26,7%). Segundo Jaques Jesus, presidente da Acos, os dados são aplicáveis em todo o Brasil.

O levantamento foi baseado em entrevistas, visitas a delegacias e informações divulgadas pela imprensa, tendo sido verificados 187 casos de violência no Distrito Federal e entorno no ano 2000. A agressão mais cometida é a verbal (42,2%), e foi considerado alto o número de homicídios (10,2%). O espaço escolhido para o ato violento costuma ser o público (43,9%).

Segundo Jaques, apenas 3% dos 187 casos estavam registrados nas delegacias, a maioria de assassinatos. “Além da cultura da impunidade, comum no Brasil, temos o problema da relação entre homossexuais e força policial. O histórico é de violência, degradação e humilhação”, diz.

Com a pesquisa, o governo de Brasília terá subsídios para a criação de políticas públicas contra a homofobia. Jaques ressalta também a importância de transformar em lei o projeto, já existente, de federalizar os crimes contra os direitos humanos.

**Mais informações:**  
[acos@pop.com.br](mailto:acos@pop.com.br)

### Saúde mental sem muros

A reintegração de portadores(as) de transtornos mentais está na pauta do governo federal. Foi lançado, em 28 de maio, o programa De Volta para Casa, que tem como objetivo facilitar que pacientes com quadro clínico favorável, que tenham permanecido no mínimo dois anos em unidades psiquiátricas, retornem ao convívio familiar e social. Além de receberem, diretamente ou por meio de um representante legal, uma bolsa mensal de R\$ 240 pelo período de um ano ou mais, terão a garantia de atendimento psicossocial contínuo pela rede local ou regional de serviços de saúde mental.

Hoje, o Ministério da Saúde paga uma média de R\$ 800 mensais para custear uma internação psiquiátrica convencional. Segundo o professor da UFRJ, Eduardo Mourão Vasconcelos, a estratégia do novo programa é fazer com que parte dos recursos que custeiam os hospitais psiquiátricos “siga o usuário” na volta para seus municípios e áreas de origem, criando condições para que seja valorizado pelas autoridades locais, por sua família real ou substituta ou por potenciais parceiros(as) e novos(as) amigos(as) na comunidade.

No Brasil, existem 55 mil leitos psiquiátricos. Um terço deles é ocupado por pessoas que não precisam passar por tratamento em regime de internação.

### Notas musicais nota 10

Você sabia que a prática musical, a partir da primeira idade, abre as janelas do raciocínio, do conhecimento da lógica e da matemática? Segundo Synésio Batista da Costa, presidente da Associação Brasileira de Música (Abemúsica), as notas em matemática de estudantes que se abrem para a educação musical costumam ser exemplares.

É com esse discurso que a Abemúsica anda convencendo cerca de 80 escolas públicas da cidade de São Paulo a incluírem essa aprendizagem como atividade extracurricular. E firmou parceria com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieesp) para que a música tenha seu lugar garantido também em escolas particulares. Além disso, formulou cartilha e manual de instruções para que o(a) professor(a) aplique as noções de música nas salas de aula.

“Até a década de 1950, o ensino da música era obrigatório. Desde então, 150 fábricas de instrumentos musicais brasileiras fecharam e cerca de 7 mil pessoas perderam seus empregos. Com a música não sendo mais obrigatória nas escolas, as famílias acabaram dando prioridade a outras atividades para agendar a vida de seus filhos. Hoje, não temos mais do que 2 milhões de crianças escutando e aprendendo música nas escolas particulares”, explica Synésio.

**Mais informações:**  
[abemusica@abemusica.com.br](mailto:abemusica@abemusica.com.br)

### Indígenas na era da tecnologia

Está previsto para ter início no ano que vem os trabalhos de monitoramento da terra indígena yanomami com a ajuda de computadores, fotos de satélite e GPS (pequeno aparelho que possibilita marcar a coordenada geográfica por meio de satélite). O objetivo do projeto idealizado pela Comissão Pró-Yanomami (CCPY), com o apoio do Institut de Recherche pour le Développement (IRD) e do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS-Credal), é otimizar o uso sustentável do território yanomami pelos próprios indígenas, prevenindo, ainda, com o apoio das autoridades competentes, novas invasões de garimpeiros, colonos e fazendeiros.

O projeto etnogeográfico faz parte do Programa de Educação Intercultural (PEI) da CCPY. “Para levar o projeto adiante é necessário investir na formação de professores yanomami. É mais difícil direcionar essa demanda para os mais velhos, as lideranças, pois os condutores precisam ser alfabetizados e ter conhecimentos de matemática”, explica o coordenador do PEI, Marcos W. de Oliveira. Segundo ele, já existem professores(as) sendo capacitados(as). Agora é colocar mãos à obra.

**Mais informações:**  
[www.proyanomami.org](http://www.proyanomami.org)

### Racismo ambiental?

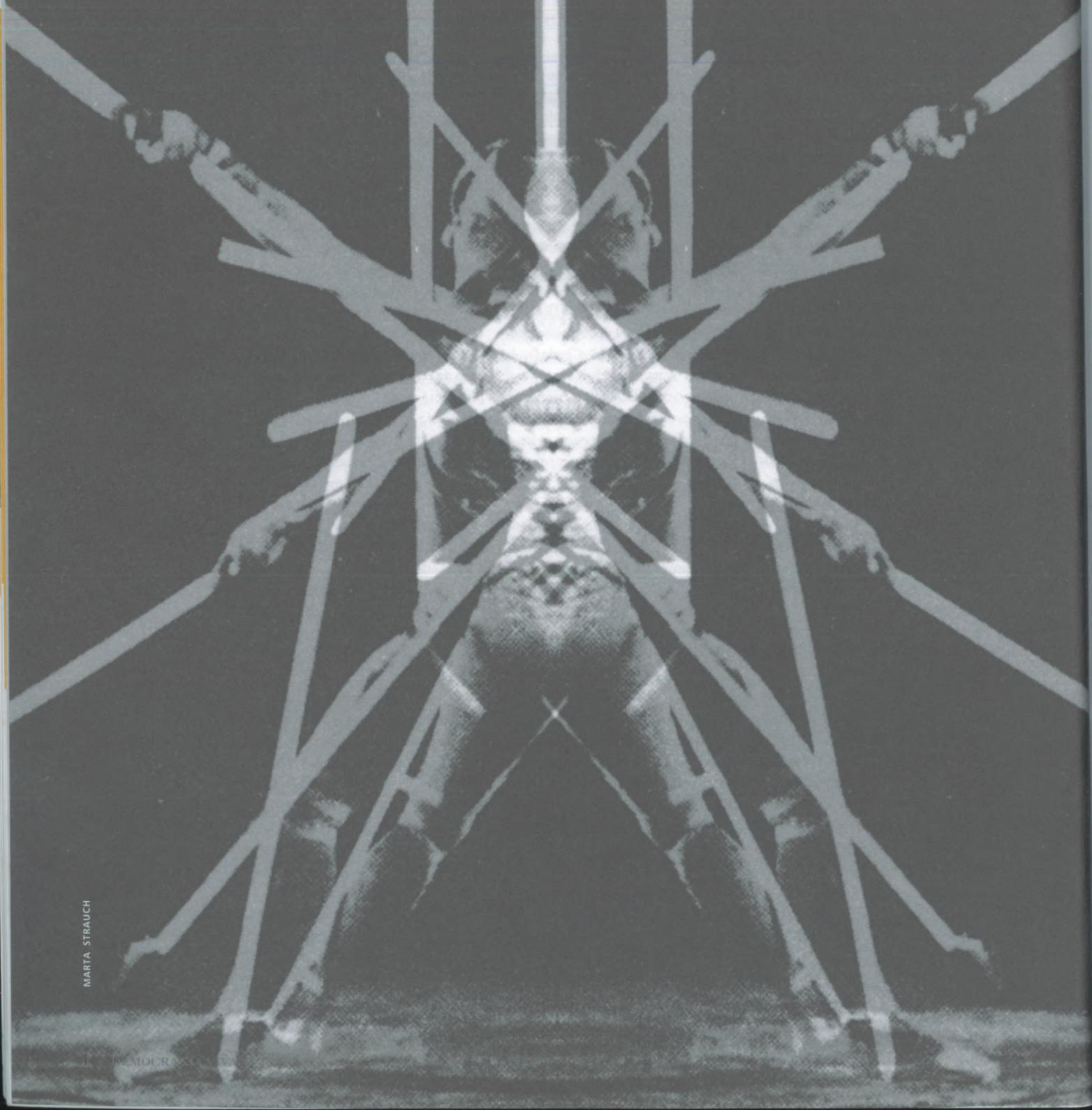
Sim, apesar de ser pouco abordado, o que dificulta o seu enfrentamento, ele existe e é mais comum do que podemos imaginar. Recente publicação da ONG Criola – *Desigualdade Racial em Números* – 2, organizada por Jurema Werneck – chama a atenção para o fato de que o racismo ambiental é revelado na forma como é utilizado o ambiente onde vivem comunidades vulneráveis.

Será que não serve como espaço de funcionamento de empresas altamente poluidoras ou para despejo de rejeitos tóxicos, por exemplo? Será que não há uma descartabilidade dessas comunidades via projetos de inundação para construção de hidrelétricas? É importante atentar também, no meio ambiente urbano, para a poluição e insalubridade resultantes da falta de medidas de saneamento básico, entre outras. A quem a falta de saneamento básico mais atinge?

Segundo o Grupo Jurídico Internacional de Direitos Humanos, a situação nos Estados Unidos é demonstrativa das formas como o racismo age sobre o meio ambiente: há depósitos clandestinos de lixo tóxico em três de cada cinco comunidades afro-americanas ou latinas.

ARTIGO

Maria Lúcia Karam\*



MARTA STRAUCH

LEMOUSSEAU

# Drogas ilícitas e globalização.

## Proibicionismo e ampliação do poder de punir

A globalizada opção política pelo proibicionismo faz recair o processo de criminalização sobre condutas relacionadas à produção, à distribuição e ao consumo de algumas substâncias psicoativas (como a maconha, a cocaína, a heroína etc.), que, artificialmente diferenciadas de outras substâncias (como o álcool, o tabaco, a cafeína etc.), recebem a qualificação de drogas ilícitas.

Nesse tema, hoje mais fortemente atua a enganosa publicidade que consegue anunciar e vender o sistema penal como um produto-serviço destinado a fornecer proteção e segurança, fazendo de tal instrumento – que, na realidade, é um estimulante de situações negativas e criador de maiores e mais graves conflitos – o centro de uma política supostamente destinada a conter uma exageradamente temida circulação daquelas substâncias tornadas ilícitas.

Essa política proibicionista acaba por ensejar uma perigosa intensificação do controle do Estado sobre a generalidade dos indivíduos, deixando entrever, nas formações sociais do capitalismo pós-industrial e

globalizado, uma face máxima, vigilante e onipresente do Estado mínimo das pregações neoliberais.

Valendo-se do mistério e da fantasia que cercam as substâncias tornadas ilícitas, do superdimensionamento das eventuais repercussões negativas da disseminação de suas oferta e demanda, de apressadas ou falsas informações, de palavras ocas, de significado desvirtuado ou indefinido, da idéia de um “mal universal”, o Estado máximo, vigilante e onipresente atende, com as drogas qualificadas de ilícitas, à necessidade pós-moderna de criação de novos inimigos e fantasmas.

Como na Europa dos séculos XIII a XVIII, em que práticas legislativas e judiciárias de exceção e detalhados códigos permitiram a identificação e a estigmatização da bruxaria e da heresia, análoga fantasia reaviva-se na chamada pós-modernidade, para fazer de uma repressão mais rigorosa e vendida como mais eficaz, de legislações excepcionais, do abandono de princípios de um direito minimamente garantidor, a marca das medidas penais, nas quais se centra a dominante política anunciadamente destinada

a controlar a produção, a distribuição e o consumo daquelas drogas que, normativamente diferenciadas, são qualificadas de ilícitas.

A repressão às drogas qualificadas de ilícitas e a uma suposta, indefinida e indefinível "criminalidade organizada" a elas pretensamente relacionada tem sido, notadamente a partir da década de 1990, o principal pretexto para uma crescente produção de leis, que, no Brasil, como em outros países, muito se assemelham às legislações excepcionais criadas para a repressão política das ditaduras.

A legislação de exceção consagra o apelo a meios de busca de prova – como a quebra do sigilo de dados pessoais, a interceptação de comunicações telefônicas, a observação à distância, a infiltração de agentes policiais –, cuja verdadeira eficácia não é, como se anuncia, uma suposta viabilização de um controle mais eficaz da criminalidade, mas sim uma maior intervenção sobre a intimidade e a liberdade de todos os cidadãos. Ao lado desses meios invasivos do indivíduo, premia-se a delação, rompendo-se com o necessário conteúdo ético que há de orientar o processo penal ou qualquer outra atividade estatal em um Estado Democrático de Direito. O elogio e a recompensa da traição levam o Estado a exercer um papel deseducador no âmbito das relações interindividuais,

ao transmitir valores, no mínimo, tão negativos quanto os que diz querer enfrentar.

### Liberdade, intimidade e saúde

A violenta e perigosa política proibicionista, centrada na intervenção do sistema penal, manifesta-se de forma especialmente grave na vertente do consumo, notadamente quando se considera a criminalização – expressa ou disfarçada – da posse para uso pessoal de drogas qualificadas de ilícitas.

A criminalização da posse para uso pessoal é claramente incompatível com os postulados que devem informar os atos de governo em um Estado Democrático de Direito, seja quando se pune tal conduta com pena privativa de liberdade, seja para impor as chamadas "penas alternativas" (sanções pecuniárias ou restritivas de outros direitos), seja para impor tratamento médico. O consumidor de drogas qualificadas de ilícitas, estigmatizado como criminoso, infrator ou doente, que deve sofrer uma pena explícita ou disfarçada em sanção administrativa, ou obrigatoriamente se submeter a tratamento médico, é indevidamente posto sob a alternativa: *se é enfermo, não é livre; se é livre, é mau.*<sup>1</sup> Ocorre que a simples posse de drogas para uso pessoal, ou seu consumo em circunstâncias que não envolvam um perigo concreto para terceiros, são condutas que, situando-se na esfera individual, se inserem no campo da intimidade e da vida privada.

A função geral da ordem jurídica de proteção da dignidade da pessoa, que, na ordem constitucional brasileira, surge como um dos fundamentos da República, expresso no inciso III do artigo 1º da Constituição Federal, gera princípios limitadores do poder do Estado de punir, que fazem da consideração do dano social ponto de referência obrigatório para a fixação de parâmetros, na confecção de leis incriminadoras. No Estado Democrático de Direito, todo dispositivo legal criminalizador (isto é, toda regra que proíbe a realização de determinada conduta sob a ameaça de uma sanção penal) há de ter como elemento primário a ocorrência de uma lesão ou de um perigo concreto de lesão ao bem jurídico, que se pretende proteger com a proibição. Esse bem jurídico delimita o campo de incidência da regra definidora da conduta criminalizada e pode ser definido como a relação de disponibilidade de um sujeito com um objeto, identificável ao direito que o sujeito tem de dispor (isto é, de usar, de aproveitar) de certos objetos como a vida, a saúde, o patrimônio etc. A lesão ou o perigo de lesão ao bem jurídico (isto é, sua afetação) revelam-se exatamente quando uma conduta impede ou perturba a disposição desses objetos, que, assim, necessariamente, não de ser de titularidade de terceiros.

No Estado Democrático de Direito, cuja tônica maior encontra-se na subordinação do exercício do poder à lei, com vista a garantir os direitos e a dignidade de cada

## A simples posse de drogas para uso pessoal ou seu consumo em circunstâncias que não envolvam um perigo concreto para terceiros são condutas que se inserem no campo da intimidade e da vida privada

<sup>1</sup> Cf. Alessandro Baratta, Fundamentos ideológicos da atual política criminal sobre drogas. In: GONÇALVES, Odair Dias; BASTOS, Francisco Inácio (Orgs.). *Só socialmente*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992, p. 35-49.

indivíduo, o bem jurídico há de sempre ser visto sob uma perspectiva pessoal. A identificação de bens jurídicos de caráter coletivo ou institucional só se admite como condição de proteção de bens jurídicos individuais. A previsão dos denominados bens jurídicos de controle – que, apelando para expressões vagas, como ordem pública ou paz pública, orientam a atenção do direito penal no sentido da criminalização de condutas que atingem tão somente a mera afirmação da vontade ou da autoridade do Estado – é incompatível com o Estado Democrático de Direito.

Na hipótese das drogas tornadas ilícitas, o único bem jurídico reconhecível nas regras criminalizadoras é a saúde pública, como já explicitava o primitivo dispositivo do artigo 281 do Código Penal brasileiro, posteriormente substituído pela legislação especial. A saúde pública – espécie do gênero incolumidade pública – tem, como é sabido, um caráter coletivo, que é dado pela indeterminação de seus titulares. Sua afetação, como ocorre em relação a outros bens jurídicos dessa natureza, só se verifica na medida da expansibilidade da lesão ou do perigo concreto de lesão a um número indeterminado de sujeitos.

Assim, enquanto houver destinação pessoal para a posse da droga e enquanto seu consumo se fizer de modo que não ultrapasse o âmbito individual, não haverá afetação da saúde pública. Ter algo para si próprio é o oposto de ter algo expansível a terceiros. Condutas, em que ausente a concreta afetação de um bem jurídico de terceiros, não podem ser objeto de qualquer forma de criminalização.

Faz parte da liberdade, da intimidade e da vida privada a opção por fazer coisas que pareçam para os outros – ou que até, efetivamente, sejam – erradas, “feias”, imorais ou danosas a si mesmo. A dignidade da pessoa humana, reconhecida desde as origens do Estado Democrático de Direito, impede a transformação forçada do indivíduo. Enquanto não afete direitos de terceiros, o indivíduo pode ser e fazer o que bem lhe aprouver. O que os outros – e, portanto, também o Estado – podem fazer, nessas circunstâncias, é apenas tentar mostrar ao indivíduo, que, supostamente, está se prejudicando, que seu comportamento não está sendo bom, jamais podendo, no entanto, obrigá-lo a mudar esse comportamento, ainda mais pela imposição de uma pena, qualquer que seja sua natureza ou sua dimensão.

Mas a violenta e perigosa política proibicionista não esgota sua (ir)racionalidade no ilegítimo cerceamento dos direitos à liberdade individual, à intimidade e à vida privada.

É ainda nessa mesma vertente do consumo que surge um dos mais cuidadosamente ocultados paradoxos da criminalização. A falsa imagem, produzida pelo auto-referenciado sistema em que se desenvolve a política criminalizadora de determinadas substâncias psicoativas tornadas ilícitas, não permite perceber que a proteção da saúde pública, que estaria a fundamentar a criminalização, contraditoriamente se vê afetada por essa mesma criminalização, trazendo a proibição maiores riscos à integridade física e mental dos consumidores das substâncias proibidas. Nesse ponto, basta pensar nos efeitos da clandestinidade, a impedir o controle de qualidade das substâncias produzidas e comercializadas, a favorecer a falta de higiene, a complicar a procura de assistência, esclarecimentos e informações, a gerar maiores tensões, a estigmatizar, a isolar e marginalizar.

### **Mercado e violência**

Na vertente da produção e da distribuição das selecionadas substâncias psicoativas, que, normativamente diferenciadas, são qualificadas de drogas ilícitas, o descompromisso da globalizada política proibicionista com dados da realidade e a manipulação de fantasias e falsas informações já aparecem na própria linguagem.

Fala-se de “narcotráfico”, sem se dar conta da desvirtuação do significado de tal palavra, da mesma forma que se fala de “crime organizado”, sem que se estabeleça – até porque não há como fazê-lo – qualquer definição, com um mínimo de cientificidade, que traduza seu conteúdo.

A expressão “tráfico”, que tem o sentido de negócio ilegal, já traz uma forte carga emocional, que a diferencia da expressão equivalente “comércio ilegal”. A partir da política

**Enquanto houver  
destinação  
pessoal para a  
posse da droga  
e enquanto seu  
consumo se fizer  
de modo que  
não ultrapasse  
o âmbito  
individual, não  
haverá afetação  
da saúde pública**

As expressões  
 “criminalidade  
 organizada”  
 e “crime  
 organizado”  
 têm a mesma  
 carga emocional  
 e assustadora  
 que já tiveram,  
 em outros  
 tempos, as  
 expressões  
 “bruxaria”  
 ou “heresia”

de “guerra contra as drogas”, adicionou-se à expressão “tráfico” o uso do radical da palavra inglesa *narcotics*, que, estando presente também em outros idiomas, permitiu, ao mesmo tempo, uma uniformização de linguagens e uma ainda maior carga emocional, referida às atividades de produção e distribuição das drogas qualificadas de ilícitas. A expressão “narcotráfico” passou, então, a ser acriticamente repetida e interiorizada, sem que se perceba – ou se queira perceber – o claro descompromisso com a realidade e com a ciência, embutido em tal distorcido e funcional uso da linguagem.

Para criar o útil e exacerbado clima emocional, passa-se, tranqüilamente, por cima do fato de que o alvo principal da política proibicionista era e continua sendo a cocaína, que, como não se pode ignorar, não é um narcótico, mas, ao contrário, evidente e conhecido estimulante. Essa generalizada e distorcida utilização da expressão “narcotráfico”, a par de sua exposta funcionalidade para a consolidação dos rumos internacionalizados da política proibicionista, serve ainda para alimentar manipuladas fantasias em torno de algo misterioso e poderoso, a ser enfrentado não importa com que meios.

Da mesma forma, surgem, instalam-se e consolidam-se, a partir da década de 1990, as expressões “crime organizado” e “criminalidade

organizada”, com que se pretende dar a idéia de uma suposta espécie nova de criminalidade, dita globalizada, transnacional, poderosa, a vir ocupar o lugar de um novo “mal universal”, constantemente associado à produção e à distribuição das drogas qualificadas de ilícitas.

Tenta-se apontar características, que seriam dadas por uma estrutura empresarial ou por supostas infiltrações nos aparelhos do

poder político, mas não se consegue chegar a uma definição dessa supostamente pós-moderna modalidade de atuação criminalizada. Na realidade, toda conduta, criminalizada ou não, que não se limite a ser uma reação instantânea ou instintiva a determinada situação, tem um componente de organização, que se manifesta, ainda mais especialmente, quando existem condutas que reúnem mais de uma pessoa, com uma finalidade comum, o que, ordinariamente, acontece, seja no campo das condutas lícitas, como no das ilícitas.

As expressões “criminalidade organizada” e “crime organizado” não têm, assim, nenhum significado particular. Como a expressão “narcotráfico”, têm a mesma carga emocional e assustadora que já tiveram, em outros tempos, as expressões “bruxaria” ou “heresia”. Como a expressão “narcotráfico”, apenas servem para assustar e permitir a produção de leis de exceção, aplicáveis ao que quer que se queira convencionar como sendo uma suposta manifestação de um tal imaginário fenômeno.

A substituição de amarras medievais por um mínimo de compromisso e atenção para com a realidade e com a ciência poderia, certamente, ajudar a desvendar a (ir)racionalidade da globalizada política proibicionista, nessa vertente da produção e da distribuição das substâncias psicoativas tornadas ilícitas.

Tome-se a realidade e a ciência econômica e pense-se, por exemplo, que a expansão dos mercados consumidores de drogas ilícitas, obedecendo à lógica das relações econômicas capitalistas, é fator determinante da produção, abrindo novas oportunidades de acumulação de capital e de geração de empregos e, assim, suprimindo as limitadas oportunidades oferecidas pelas atividades econômicas lícitas, como já ocorreu em outras etapas do desenvolvimento capitalista. Essa lógica econômica já permite antever a inevitável ineficácia de uma política de controle fundada na intervenção do sistema penal: os empresários – grandes ou pequenos – e os empregados das empresas produtoras e distribuidoras das drogas qualificadas de ilícitas, quando presos ou eliminados, são facilmente substituíveis por outros igualmente deserosos de oportunidades de emprego ou de acumulação de capital, oportunidades que, por maior que seja a repressão, subsistirão

enquanto estiverem presentes as circunstâncias socioeconômicas favorecedoras da demanda criadora e incentivadora do mercado. Onde houver demanda, haverá oferta.

Mas pense-se também na pior consequência daquela variável artificial introduzida no mercado: a violência como corolário da ilegalidade. Ao tornar ilegais determinados bens e serviços, o sistema penal funciona como o real criador da criminalidade e da violência, fenômeno que se pode perceber também em relação ao jogo. Ao contrário do que se propaga, não são as drogas em si que geram criminalidade e violência, mas é o próprio fato da ilegalidade que produz e

insere no mercado empresas criminalizadas – mais ou menos organizadas –, simultaneamente trazendo a violência como um subproduto necessário das atividades econômicas assim desenvolvidas.

Sendo o real criador da criminalidade e da violência relacionadas com as drogas tornadas ilícitas, por meio da intervenção do sistema penal sobre o mercado, o Estado máximo, vigilante e onipresente se vale dessas mesmas criminalidade e violência, para, manipulando o medo e a insegurança provocados por ações reais ou imaginárias daí decorrentes, ampliar o poder punitivo e intensificar o controle sobre a generalidade dos indivíduos.

### \* Maria Lúcia Karam

Juíza de Direito aposentada, ex-defensora pública no estado do Rio de Janeiro e ex-juíza auditora da Justiça Militar Federal. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, da Associação Juízes para a Democracia e do Instituto Carioca de Criminologia. Professora do curso Jurisdição e Competência, no Mestrado em Ciências Penais da Universidade Candido Mendes

## Razão entorpecida

Mesmo que se queira compactuar com o apelo ao medo e à insegurança, com a contemporânea histeria criada em torno da violência associada à criminalidade, ainda assim há um argumento decisivo a indicar o caminho da descriminalização. Basta olhar e seguir o exemplo da história, sempre valendo repetir que quem derrotou a violência da Chicago das décadas de 1920 e 1930 não foram os Intocáveis de Eliot Ness – foi, tão somente, o fim da Lei Seca.

Mas a redução da violência não chega a ser a razão maior a indicar o caminho da descriminalização. Mais importante é lembrar da advertência de Nils Christie de que o maior perigo da criminalidade nas sociedades modernas não é o crime em si mesmo, mas sim o de que a luta contra este acabe por conduzir tais sociedades ao totalitarismo.<sup>2</sup>

Essa significativa advertência deve direcionar as atenções para a necessidade de romper com a enganosamente salvadora intervenção do sistema penal, para a necessidade de romper com a revivida fantasia medieval que permite um pós-moderno sacrifício de novos hereges e bruxas, romper com o controle desmedido, manifestado por meio do exercício do poder do Estado de punir, romper com as visíveis ameaças a princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, embutidas nas legislações de exceção, assim efetivamente rompendo com a globalizada política proibicionista, causadora maior dos danos relacionados às drogas tornadas ilícitas.

Essa globalizada política proibicionista somente se sustenta pelo entorpecimento da razão. Somente uma razão entorpecida pode crer que a criminalização

das condutas de produtores, distribuidores e consumidores de algumas dentre as inúmeras substâncias psicoativas sirva para deter uma busca de meios de alteração do psiquismo, que deita raízes na própria história da humanidade. Somente uma razão entorpecida pode admitir que, em troca de uma ilusória contenção dessa busca, o próprio Estado fomente a violência, que só se faz presente nas atividades de produção e distribuição das drogas qualificadas de ilícitas, porque seu mercado é ilegal. Somente uma razão entorpecida pode autorizar que, sob esse mesmo ilusório pretexto, se imponham restrições à liberdade de quem, eventualmente, queira causar um dano à sua própria saúde. Somente uma razão entorpecida pode conciliar com uma expansão do poder de punir, que, utilizando até mesmo a repressão militarizada, crescentemente desprezita clássicos princípios garantidores, assim ameaçando os próprios fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Liberadas dos negativos efeitos da criminalização, as drogas que, normativamente diferenciadas, são hoje qualificadas de ilícitas certamente se mostrarão menos danosas. Eventuais excessos ou incentivos ao consumo descuidado ou descontrolado das substâncias psicoativas, quaisquer que sejam elas, devem ser objeto de medidas que, desvinculadas da nociva, contraproducente e dolorosa intervenção do sistema penal, possam resgatar o compromisso com a razão e se mostrar verdadeiramente eficazes na redução dos danos, eventualmente causáveis por um tal consumo excessivo, descuidado ou descontrolado. ■

<sup>2</sup> CHRISTIE, Nils. *La industria del control del delito – La nueva forma del holocausto?*. Tradução de Sara Costa. Buenos Aires: Editores del Puerto, 1993, p. 24.

# O direito de mendigar

A dificuldade dos governantes brasileiros de resolver a pobreza e a miséria do povo, e até de conviver com ela, não é de hoje. Confundem o pobre com a pobreza. Querem humanizar o miserável, e não erradicar a miséria. Comovem-se e se apiedam dos mendigos, mas rejeitam a idéia de que a mendicância seja problema do Estado. Nessa confusão, às vezes, deslizam para um patético risível. Caiu-me às mãos um documento histórico e, ao mesmo tempo, atual e oportuno. O coronel Manuel Rabello, interventor federal em São Paulo, nomeado por Getúlio Vargas, publica entre os atos do Governo Provisório, no Diário Oficial de 26 de novembro de 1931, um aviso, dirigido ao secretário de Justiça e Segurança Pública, dr. Florivaldo Linhares, que transcrevo em linguagem fiel e na íntegra.

Considerando que não se deve desconhecer o alcance social e moral de mendicidade, quando ela é dignamente exercida, considerando que qualquer cidadão pode estender a mão à piedade, implorando a generosidade do irmão; considerando que quem pede em público geralmente demonstra superioridade de sentimento, por ter de comprimir o orgulho e a vaidade; considerando que a esmola beneficia tanto o coração de quem pede como o de quem dá...

Considerando ainda que a recusa do trabalho não é um vício peculiar às classes pobres; considerando que a contemplação da sociedade demonstra que o maior número de vadios é formado pela burguesia; considerando que os mendigos, vivendo da bondade alheia, são moral e socialmente úteis, enquanto são nocivos os ricos ociosos, que vivem em pleno desregramento moral sem nada produzirem...

Considerando também que é covardia e falta de generosidade tratar os mendigos como si [*sic*] entre eles mesmos excepcionalmente se encontrassem os maiores hipócritas e os maiores exploradores; considerando que existem exploradores em todas as classes sociais; considerando que, si [*sic*] há falsos mendigos, o número destes é sempre muito diminuto, e que nem assim deixam de produzir reações altruístas; considerando que não basta a robustez, de que alguns mendigos parecem dotados, para assegurar-se que o seu aparelho cerebral seja são...

Considerando, assim, que o pretender-se julgar, pela aparência, si [*sic*] o indivíduo necessita, ou não, de mendigar pode induzir a grave erro; considerando que muitas vezes o mendigo concorre com a sua presença, para a manutenção da ordem, evitando muitos crimes; considerando que ocultar os mendigos aos olhos dos forasteiros é querer iludir a estes quanto à anarquia social em que todos os ocidentais vivemos; considerando que o mendigo é um problema, que desperta a atenção, mesmo dos corações mais duros, para os problemas em prol da felicidade humana; considerando que nada nos pode mais comover do que o sofrimento alheio; considerando que

é um dever fundamental o respeito à mulher, em qualquer situação social em que se encontre; considerando-se que, embora em princípio, a esmola deva ser dada, ninguém é a isso obrigado...

Considerando, como é de se considerar, que a dignidade da mendicidade escapa – como a de qualquer outra função proletária – à competência judiciária dos órgãos do governo, e está unicamente sujeita ao juízo de opinião pública; considerando, portanto, que violar o livre exercício público de mendicidade é um monstruoso crime de lesa-humanidade...

Determino que ninguém, sob o simples pretexto de exercer a mendicidade, sofra qualquer constrangimento em sua liberdade; que, quando, por motivo insofismável de ordem, algum mendigo deve ser afastado do ponto onde se acha, a autoridade competente o faça com todo o cavalheirismo, ainda mais em se tratando de uma senhora, e, finalmente, que só procure dar asilo aos mendigos que livremente o solicitarem.

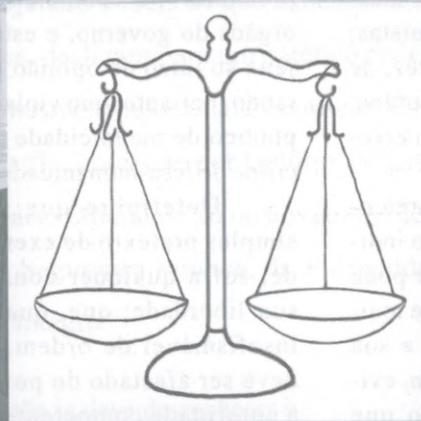
Peço, pois, que vos digneis de tomar as providências que são necessárias para o fiel cumprimento da presente comissão. Saúde e Fraternidade. a) Coronel Manuel Rabello, Interventor Federal. ■

**Alcione Araújo**

alcionaraujo@uol.com.br

# INTERNACIONAL

Nahla Nvali\*



# Verdade e reconciliação na África do Sul

Quando começaram as negociações formais para acabar com o *apartheid* no início da década de 1990, também começou um debate importante sobre como o futuro Estado sul-africano enfrentaria seu passado de violência. A alternativa de processar todos os criminosos políticos nunca foi uma opção verdadeira. Naquela época, o Congresso Nacional Africano (CNA) procurava reformar um Estado controlado por uma minoria branca e chegar a uma democracia multirracial. A ameaça de processos criminais contra a velha guarda do aparato de segurança do *apartheid* implicava a possibilidade muito real da eclosão de uma guerra civil sangrenta. Por outro lado, a alternativa de uma anistia indiscriminada – uma espécie de amnésia nacional sobre seu passado – era também inaceitável. Ignorar a opressão violenta da maioria dos cidadãos da África do Sul e permitir que os culpados de violações atrozes de direitos humanos permanecessem em liberdade não contribuiria para a estabilidade e a reconciliação almejadas pelo novo governo. Além disso, essa opção solaparia o Estado de Direito sobre o qual a nova situação precisava ser construída. Assim, foi negociada uma solução de compromisso, na forma de uma Comissão de Verdade, uma instituição que, embora baseada no modelo de outras comissões similares, era singular em termos de seu alcance, mandato e impacto.

[Tradução: Jones de Freitas]

A Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) foi criada pela Lei de Promoção da Unidade e Reconciliação Nacional de 1995, com a tarefa de investigar e registrar os casos mais graves de violação de direitos humanos ocorridos entre 1960 e a primeira eleição democrática em 1994. Para esse fim, a Comissão foi composta de três comitês: o Comitê de Violações de Direitos Humanos, o Comitê de Anistia e o Comitê de Reparações e Reabilitação.

**O Comitê de Anistia recebeu mais de 7 mil pedidos. A maioria vinha de pessoas já cumprindo penas de prisão por crimes comuns. Muitos presos tentaram recontar seus crimes num contexto político**

### Anistia

O modelo da CVR para conceder anistia aos violadores de direitos humanos é talvez uma das mais inovadoras e criativas contribuições para a justiça de transição em anos recentes. Em parte, foi esse elemento que deu a essa instituição tanto destaque internacional e resultou na adoção de seu modelo por muitos países que, na década passada, estavam buscando realizar a transição de uma situação de conflito para a democracia.

Os negociadores reconheceram que alguma forma de anistia seria necessária, tendo em vista a extensão da violência patrocinada pelo Estado durante o período do *apartheid* e a necessidade de neutralizar o aparato de segurança. Foi acertada a concessão de anistia individual, baseada na responsabilidade. Para receber anistia, a pessoa precisava solicitá-la. Depois, tinha de preencher os critérios estabelecidos, que incluíam a prova de motivação política, contar a verdade completa sobre o incidente e provar que suas ações tinham sido proporcionais ao objetivo perseguido. O estímulo era uma abordagem de "incentivo e castigo": aqueles que se apresentassem e preenchessem os critérios não somente estariam livres de acusações criminais, como também ficariam

protegidos de qualquer ação civil por aqueles atos. O "castigo" para quem não se apresentasse era o risco de ver seu nome implicado por outros, o que podia resultar num processo criminal.

O Comitê de Anistia recebeu mais de 7 mil pedidos. No entanto, a maioria vinha de pessoas já cumprindo penas de prisão por crimes comuns. Sem nada a perder e com o incentivo de uma possível libertação, muitos presos tentaram recontar seus crimes num contexto político. Outros que se apresentaram para relatar crimes políticos tiveram o cuidado de não contar toda a verdade e puseram a culpa da maior parte da organização da violência estatal em pessoas que já haviam morrido. À medida que ficava óbvio que o governo tinha recursos limitados para investigar e processar, o lado do "castigo" do acordo da anistia perdia rapidamente sua eficácia. Além disso, as poucas ações criminais ocorreram no contexto de um sistema judicial não reformado, resultando em poucas condenações. Assim, poucos dos que solicitaram a anistia o fizeram por crimes que preenchiam as condições do acordo e menos ainda demonstraram disposição de revelar toda a verdade. No fim, menos de 17% do número total de solicitantes recebeu a anistia. Os investigadores que trabalharam nos casos dos solicitantes bem-sucedidos afirmaram que a maioria só revelou "verdade" suficiente para preencher os requisitos, sem expor o funcionamento interno das intrincadas instituições de violência estatal do *apartheid*.

### Testemunho de sobreviventes

O Comitê de Violações de Direitos Humanos foi talvez o braço mais visível da CVR. Sua função era solicitar e registrar declarações de vítimas de violações graves de direitos humanos – definidas de forma limitada como atos que resultaram em morte, tortura ou maus-tratos severos. Cerca de 10% das vítimas que se apresentaram prestaram testemunho em audiências públicas, transmitidas pela televisão para todo o país. Foram esses relatos terríveis de atos de violência patrocinados pelo Estado, nos quais estava baseado o regime do *apartheid*, que talvez tenham causado o maior impacto no país. Embora muitos brancos inicialmente tivessem criticado duramente a CVR, como sendo apenas uma caça às bruxas realizada

pelo Congresso Nacional Africano, foi difícil manter a postura de negação diante das histórias de assassinatos, estupros, detenções ilegais e prolongadas, além dos métodos de tortura mais horrendos.

Exatamente por essa razão era importante contar as histórias de atrocidades individuais e crimes políticos violentos – para enfrentar a negação daqueles que tinham sido beneficiados por esses atos e em cujo nome eles tinham sido realizados. No entanto, focalizar somente os crimes individuais não ajudou a revelar todo o impacto da história mais ampla do *apartheid* e do segregacionismo no país. Os assassinatos e a tortura afetaram uma minoria dos negros sul-africanos. Entretanto, cada um dos negros tinha tido experiência com a violência institucional e a negação da humanidade que representava o *apartheid*. Cada um deles tinha tido sua vida limitada e suas ambições truncadas pelas políticas e leis impostas por uma sucessão de governos de minoria branca: políticas de discriminação salarial; reserva no mercado de trabalho, que apenas lhes permitia trabalhar como trabalhadores manuais; políticas de terra que forçavam 87% da população a viver em 13% da terra; remoções forçadas, com a demolição de residências e os materiais jogados numa pilha em local remoto; sistemas para a mão-de-obra migrante que forçavam os homens a trabalharem nas minas, mas exigiam a permanência de suas famílias nos bantustões;<sup>1</sup> leis que tornavam as relações inter-raciais uma ofensa criminal; e o sistema educacional banto no qual os negros eram educados somente para ocupar sua “posição na vida”. Cada uma dessas políticas, e tantas outras, assegurava que os privilégios fossem concedidos de acordo com a cor da pele.

Ainda hoje persiste a estratificação racial da sociedade. A transição política pouco fez para enfrentar a distância econômica, que passa em grande parte ao longo de linhas raciais. O nome da Comissão de Verdade e Reconciliação revela qual seria sua função: revelar a verdade e reconciliar a nação. Porém, ao restringir as audiências públicas somente aos excessos do sistema, a Comissão permitiu que aqueles que tinham se beneficiado economicamente no passado (e que continuam a se beneficiar no presente) negassem sua própria

responsabilidade e, ainda mais importante, negassem o legado econômico que o *apartheid* deixou para a nova nação.

## Reparações

As histórias reveladas nas audiências públicas do Comitê de Violações de Direitos Humanos e do Comitê de Anistia eram aterrorizantes. Para muitos sul-africanos, foi difícil aceitar que pudessem ficar em liberdade homens que tinham se apresentado e mostrado visualmente como haviam utilizado o “saco molhado”,<sup>2</sup> para sufocar e torturar ativistas que lutavam contra o *apartheid*, e que contavam histórias sobre as crianças que haviam detido, torturado e feito desaparecer. A natureza da Comissão de Verdade e Reconciliação exigia um sacrifício tremendo das vítimas, que já tinham dado tanto a seu país. Alguns não acreditavam que esse sacrifício fosse justificado, e, num dos vários casos de ações que envolviam a CVR, um grupo de famílias de vítimas de prestígio entrou com uma ação contra o governo no Tribunal Constitucional, argumentando que o acordo da anistia abolia seus direitos constitucionais de buscar justiça civil e criminal.

O Tribunal Constitucional decidiu que a exceção era permitida por causa dos objetivos gerais da transição e porque a Lei da CVR exigia que o Estado compensasse a suspensão do direito à justiça pela garantia do direito à reparação. Com esse objetivo, a CVR constituiu o terceiro comitê, o Comitê de Reparações e Reabilitação, com o encargo de avaliar a documentação coletada pela Comissão e preparar uma lista detalhada de recomendações para o governo. As recomendações abrangiam um leque completo: de pagamentos monetários individuais, reparações comunitárias, indenizações simbólicas, assim como recomendações para mudanças

Ainda hoje  
persiste a  
estratificação racial  
da sociedade. A  
transição política  
pouco fez para  
enfrentar a  
distância  
econômica, que  
passa em grande  
parte ao longo de  
linhas raciais

<sup>1</sup> Territórios reservados aos negros, com limitado grau de autodeterminação.

<sup>2</sup> Método de tortura em que o suspeito é deitado no chão, sobre o estômago, com as mãos algemadas nas costas, e o torturador senta nas suas costas e recobre a cabeça do torturado com um saco de pano molhado. O saco, então, é torcido e, quando está bem apertado em torno do pescoço da vítima, ela não consegue respirar.

## A "nova" África do Sul tem pouca diferença da velha. A terra e a riqueza permanecem nas mãos dos 20% mais ricos do país, a desigualdade entre ricos e pobres é ainda a maior do mundo

institucionais, garantindo que as atrocidades do passado não voltassem a ocorrer nunca mais.

Essas recomendações foram esboçadas nos volumes publicados em 1998 e foram resumidas e complementadas no suplemento de 2003. Entre elas, havia a recomendação para o governo pagar o valor aproximado de US\$ 3 mil por ano, durante o período de seis anos, às 22 mil vítimas de graves violações de direitos humanos identificadas pela CVR. Essa quantia foi considerada surpreendentemente pequena, pois sua função era servir de recompensa pelo sofrimento, além de ser um valor monetário que ajudasse as vítimas a recuperar alguma qualidade de vida. Outras recomendações também resumiam o papel que as empresas internacionais haviam cumprido no financiamento do *apartheid*, garantindo sua longa existência. Num exemplo citado, o relatório observa que, durante os anos mais violentos do *apartheid* – no final da década de 1980 –, os bancos suíços resgataram o governo de Botha de sua crise financeira, aceitando adiar o pagamento de seus empréstimos e comprando mais da metade do ouro que o país produzia. Isso aconteceu apesar das sanções inter-

nacionais em vigor e do *apartheid* ter sido declarado um "crime internacional contra a humanidade". Essas instituições financeiras continuaram a ser beneficiadas pelo opressão violenta e pelo desespero econômico da maioria da população da África do Sul.

Com essa finalidade, a CVR recomendou que as empresas contribuíssem para um fundo de reparações, analisando diversas maneiras de estruturar esse fundo. Também solicitou que fosse reestruturada a dívida do regime do *apartheid* feita para manter o Estado policial (denominada "dívida odiosa"),

liberando fundos de curto prazo para os tão necessários planos de desenvolvimento e redistribuição. Isso também foi encarado como atitude conservadora pela sociedade civil, que há muito tempo defendia o cancelamento integral dessa dívida, pois não era justo que as vítimas do passado pagassem empréstimos que foram usados para oprimi-las. A Comissão também recomendou que os antigos beneficiários (ou seja, os brancos) pagassem um imposto sobre fortunas, arrecadado em parcela única. A esse respeito, a Comissão lamentou que os brancos sul-africanos não tivessem até agora aceito sua responsabilidade legal pelo *apartheid* e que tivessem contribuído pouco para a reconciliação em termos materiais. Havia esperança de que aquele imposto tivesse um impacto tanto simbólico como material.

Com a conclusão do trabalho da CVR, o presidente Mbeki anunciou em abril a resposta do governo às recomendações da Comissão. O que já era um conjunto inadequado de recomendações tinha sido diluído até um ponto em que havia se tornado mais um insulto do que uma política com objetivos de recuperação. As 22 mil vítimas individuais identificadas pela CVR receberiam do governo um pouco menos de US\$ 400 – numa parcela única. A idéia de impostos sobre fortunas foi rejeitada sob o argumento de que contribuiria mais para obstruir a reconciliação que para favorecê-la. Além disso, não havia menção à "dívida odiosa", nem as empresas tinham obrigação de pagar reparações. Aqueles que quisessem contribuir voluntariamente para um fundo de reparações receberiam ajuda para esse procedimento.

A natureza voluntária das reparações foi um golpe, especialmente para as comunidades vitimadas. A experiência da década passada vem demonstrando que a negativa dos antigos beneficiários de reconhecer as vantagens que tiravam do *apartheid* também significava que não reconheciam nenhuma obrigação de contribuir para as reparações materiais. A falta de vontade de até mesmo discutir as reparações entre os antigos beneficiários do regime – tanto de indivíduos como de empresas nacionais e internacionais – tem sido facilitada pelas atitudes do novo governo do CNA em relação a esse tema. Uma vez mais, isso calou as vozes dos sobreviventes. Para muita gente, a "nova" África do Sul tem pouca diferença da velha – a terra e a riqueza permanecem nas mãos dos

20% mais ricos do país, a desigualdade entre ricos e pobres é ainda a maior do mundo e, apesar dos programas de desenvolvimento social do atual governo, muitas pessoas ainda não têm acesso às necessidades básicas de água, eletricidade e habitação. Foi nesse cenário de desigualdades tão extremas e de falta de justiça que a CVR teve de negociar um caminho para a reconciliação nacional. A Comissão foi um instrumento importante na construção da nação e facilitou a transição de uma ditadura racial para uma democracia progressista. Entretanto, a Comissão não era – nem era esse seu objetivo – o único instrumento para uma reconciliação completa. Nunca foi revelada a história da exploração sistemática sobre a qual o regime anterior foi construído, nem as consequências paralisantes que suas políticas tiveram para a maioria dos cidadãos e cidadãs. Atualmente, alguns defendem a criação de novas CVRs, especialmente uma para o setor de educação.

Muita coisa ficou sem solução após o término dos trabalhos da CVR. A Comissão não enfrentou tudo que era exigido dela durante o período de seu mandato. Além disso, seu foco limitado deixou de fora muita coisa que ainda tem de ser resolvida. As vítimas que se apresentaram à Comissão acreditavam que descobririam a verdade sobre seus entes queridos desaparecidos: onde jaziam, como morreram e quem tinha sido o responsável. A maioria saiu sabendo pouco mais do que quando chegou. Do lado da anistia, aqueles que se apresentaram à Comissão constituíam um percentual muito pouco significativo em relação ao total dos que praticaram crimes no passado. Na maior parte dos casos, eram “soldados rasos”. Aqueles que tinham liderado os ataques com bombas, brutalidades e atrocidades permaneceram no anonimato. Esses casos precisam ser investigados e julgados, para que o aspecto de “castigo” do acordo da anistia – a ameaça de processo criminal – possa ter alguma credibilidade.

Até hoje a CVR parece ter dado pouca atenção às necessidades das vítimas. A maior parte dos autores da violência do passado está em liberdade, alguns até ocupam posições nas novas forças armadas e na polícia. Atualmente, o governo parece relutante em abrir qualquer outro processo criminal e tem havido muitos rumores na imprensa sobre uma outra rodada de anistias. Para

os sobreviventes do *apartheid*, a falta de vontade de implementar uma política de redistribuição concertada e a ausência de propostas de reparações completas, que incluíssem todos os setores da sociedade, indicavam que a CVR foi em grande medida um exercício favorável àqueles que perpetraram crimes, permitindo que permanecessem em suas espaçosas residências suburbanas, enquanto suas vítimas recebem pouco, continuam desempregadas e na miséria.

Com muita frequência, fala-se da África do Sul como um país do “milagre”, que foi capaz de realizar a transição de pária da comunidade internacional para uma democracia multirracial, vista como um sucesso. Porém, esse milagre não pode ser sustentado sem um mínimo de justiça. Isso não será sustentável se toda a responsabilidade da reconciliação nacional for somente da CVR. Aqueles e aquelas que sofreram sob o regime de minoria no passado e que agora tiveram de fazer novos sacrifícios para assegurar a paz e a estabilidade já questionam o que conseguiram com esses sacrifícios. Em última análise, para merecer o rótulo de “milagre”, uma nação deveria beneficiar todos os seus habitantes. Uma cidadania instruída, uma força de trabalho saudável e vibrante e uma sociedade igualitária criariam na África do Sul uma sociedade politicamente estável e socialmente saudável, que, então, mereceria verdadeiramente o tão utilizado rótulo de “milagre”. ■

\* Nahla Nvali

Membro da Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul

Ilustrações: Marta Strauch

A maior parte dos autores da violência do passado está em liberdade, alguns até ocupam posições nas novas forças armadas e na polícia



Jamile Chequer

### Estado laico

A população católica do México não quer o clero na política. Pesquisa feita a pedido da organização Católicas pelo Direito de Decidir mostra que 91% da população católica não concorda que a Igreja tenha qualquer influência sobre o governo. De acordo com a pesquisa aplicada em 1.048 pessoas de 15 a 65 anos, entre 15 e 30 de junho, 87% dos(as) católicos(as) do país estão a favor da preservação do caráter laico do Estado.

Sobre as prioridades da Igreja, 92% disseram que ela deve promover os direitos humanos no mundo, e 88% disseram que deve denunciar a violência doméstica. O uso do preservativo e contraceptivos também esteve presente nas respostas: 85% disseram que a Igreja deve permitir o uso da camisinha, e 60% exigiram que seja permitido o uso de métodos anti-concepcionais pelas católicas.

Às vésperas das eleições federais no país, as Católicas pelo Direito de Decidir chamaram a atenção da comunidade eclesial para que reconheçam que vivemos em um mundo e em uma Igreja plurais. "A Igreja tem como responsabilidade ética respeitar a liberdade moral e política de cada indivíduo", declararam. Parabéns para elas.

### Ainda a água

A água potável é alvo de preocupações mundiais. Se a situação está começando a pesar para países desenvolvidos, imagine como estão os países em desenvolvimento? Em recente pesquisa, em Moçambique, foi constatado que apenas 35% das famílias que vivem em áreas afetadas têm acesso a fontes de água potável, mas se caminharem 15 minutos.

A mesma pesquisa mostra que 25% das famílias pesquisadas gastam, pelo menos, 60 minutos todos os dias para conseguir água. Um peso para as crianças – principalmente para as meninas –, que deixam de ir à escola para conseguí-la. No país, dois terços da população vivem abaixo da linha da pobreza do governo, que é de 40 centavos de dólar por dia. Todos os dias, 55 crianças morrem por não terem acesso a água segura e saneamento. Essa visão catastrófica contribui ainda mais para que Moçambique mantenha seu posto de um dos países com maior mortalidade infantil do mundo: 246 crianças morrem em cada mil nascidas vivas, antes de completar 5 anos.

**Mais informações:**  
[www.unicef.org](http://www.unicef.org)

### Las extranjeras

Apesar de ainda se manter como uma das mais baixas da Europa, a taxa de natalidade da Espanha está aumentando (10,14%). Mesmo assim, o número ainda é menor que em 1976 (18,76%). Esse crescimento aconteceu graças às mulheres estrangeiras. No ano passado, nasceram 416.518 bebês, 12.569 a mais que em 2001. Segundo o Instituto Nacional de Estatística do país (INE), esse número anual foi atingido pela última vez em 1988. Dos nascimentos em 2002, 10,4% são de mães imigrantes. Foram 43.469 os nascidos de mãe estrangeira, ou seja, 31,4% a mais que em 2001.

Em meados de 2001, a ONU advertiu a União Européia de que seus países-membros precisariam acolher 44 milhões de pessoas até 2050 para que o crescimento econômico fosse mantido e as pensões protegidas. A Espanha foi um dos países que anteriormente à advertência, em 2000, permitiu que 140 mil pessoas regularizassem sua situação no país. Hoje, de acordo com o INE, o número de estrangeiros na Espanha é de 1,5 milhão.

A Irlanda é um dos países com maior taxa de fecundidade da Europa, 1,98 filho(a) por mulher em idade fértil. Esse país é seguido da França, que tem uma média estimada de 1,90.

## O começo da guerra

Teoricamente, a guerra no Iraque acabou. Os bombardeios chegaram ao fim, mas a guerra contra as doenças e para reparar estragos causados está apenas começando. Uma das primeiras preocupações são as bombas que não explodiram. Só em Bagdá, foram recentemente encontrados 1.700 artefatos.

Entre os dias 17 de maio e 4 de junho, a Organização Mundial de Saúde contabilizou 1.549 casos de diarreia na cidade de Basra. Desses, 74,4% são de crianças com menos de 5 anos. Nenhuma das 210 mil crianças nascidas nos últimos três meses tomou qualquer vacina.

É de conhecimento público que, depois das sanções impostas ao país após a Guerra do Golfo, em 1991, a situação da população começou a se deteriorar. O Iraque não conseguiu se recuperar. Hoje, uma em cada cinco pessoas no país sofre de pobreza. A população precisa de comida, há crianças nas ruas – algo que era desconhecido antes de 1991 – e 1 milhão de crianças com menos de 5 anos sofrem de desnutrição. Esse é o breve panorama do país hoje.

## Engodo na Alca

Em julho, a organização Médico Sem Fronteiras (MSF) lançou campanha contra a inclusão do capítulo sobre propriedade intelectual no texto final do acordo da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). De acordo com o MSF, o Brasil e os demais países do continente correm o risco de perder os avanços já conquistados se permitirem que a Alca restrinja a possibilidade de uso de licença compulsória para a ampliação do acesso de medicamentos de sua população.

A versão atual dos textos consolidados da Alca prevê a extensão do prazo de uma patente de 20 anos, como fixado pelo acordo Trips. Estabelece, também, que as agências reguladoras de medicamentos dos membros da Alca notifiquem o proprietário da patente sempre que alguma empresa buscar aprovação para comercializar um produto genérico da versão patenteada.

A organização enviou carta à Secretaria da Alca alertando para os perigos de regimes mais rigorosos de proteção de patentes dos que os já previstos. “Não podemos aceitar a subordinação das necessidades de saúde dos nossos pacientes e de milhões de outros a interesses comerciais. Para assegurar a proteção da saúde pública e a promoção do acesso a medicamentos, recomendamos que as disposições sobre propriedade intelectual sejam excluídas do acordo final da Alca.”

**Para ler a carta na íntegra:**  
[www.msf.org.br/noticia/carta\\_alca.htm](http://www.msf.org.br/noticia/carta_alca.htm)

## A espera

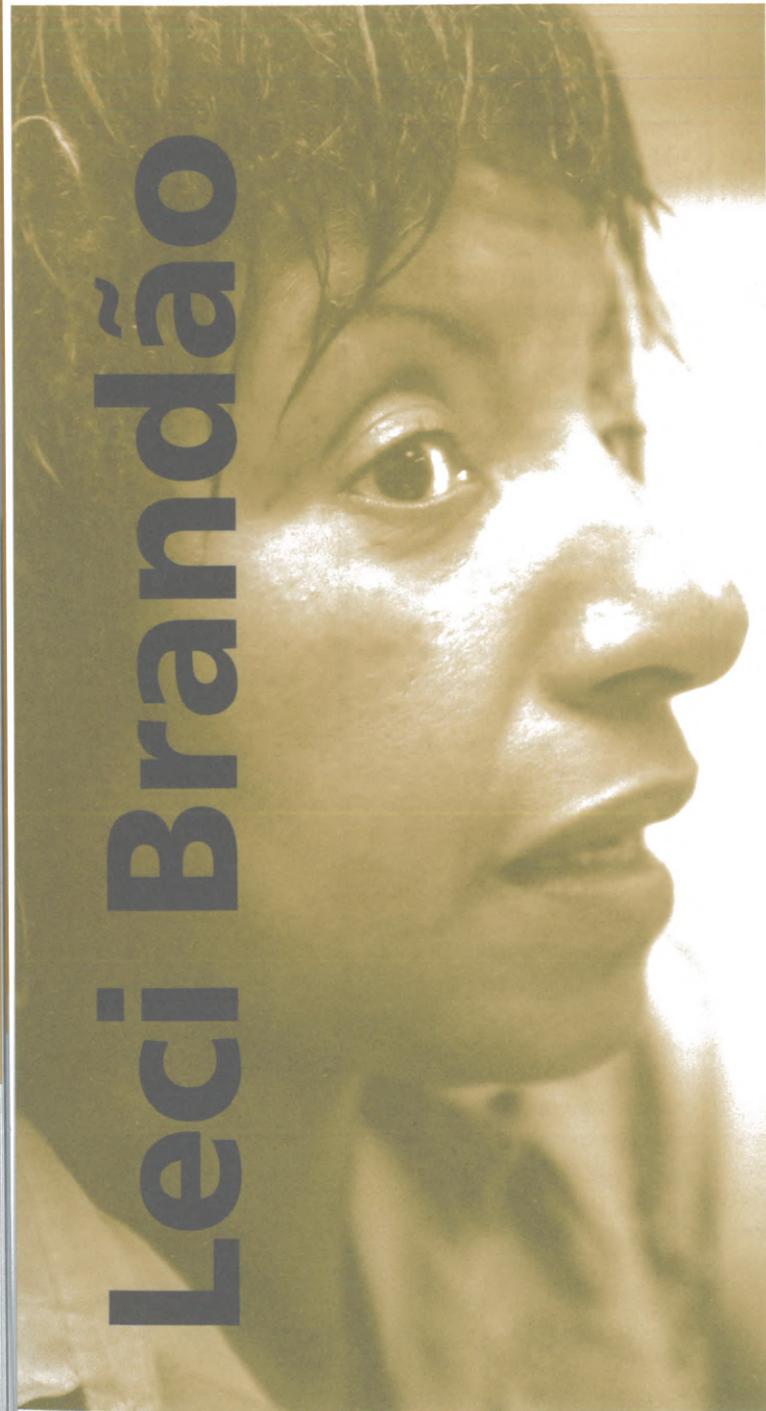
Já se foram 30 anos do início do regime de 17 anos de Augusto Pinochet (11 de setembro de 1973 a 11 de março de 1990), no Chile. Hoje, há um movimento tanto do governo como da oposição, e até por parte dos militares, para que os casos das mais de 3 mil pessoas “desaparecidas” e assassinadas sejam resolvidos.

A Comissão Ética Contra a Tortura está fazendo um chamado para que a impunidade daqueles(as) que cometeram crimes contra os direitos humanos chegue ao fim. Além de sugerir que uma comissão de reparações seja formada para fazer registro das vítimas da ditadura Pinochet.

Há quem estime que o número de vítimas para reparações esteja entre 30 mil e 150 mil, dependendo do critério usado. A tendência é que, pelo menos, as famílias das 3 mil pessoas desaparecidas tenham assistência educacional e de saúde.

Entre as reparações previstas, está a restauração dos direitos civis e políticos das vítimas de torturas, que muitas vezes confessaram seus “crimes” sob choques elétricos, pancadas e acabaram perdendo emprego e/ou foram forçadas a deixar o país. Que o processo seja transparente e decente.

**Fonte: IPS**  
[www.ips.org](http://www.ips.org)



# Leci Brandão

Emoção é o que mais se extrai desta entrevista com a cantora e compositora Leci Brandão. Sua história tinha tudo para ser a mesma de outras mulheres que nasceram pobres e negras no Brasil. A diferença, além do excepcional talento para a música, foi o acesso à educação de qualidade. "Naquele tempo, quem ia para a escola aprendia de verdade. A professora ganhava um salário digno, era respeitada. Hoje a escola pública está falida. Isso resultou em uma juventude, uma geração inteira, que não fala coisa com coisa."

Primeira mulher a entrar na ala de compositores da Mangueira, ela sabe o que dizer do carnaval: "A essência já se foi faz tempo. Passou a ser uma ponte para *VIPs*, *socialites* e pessoas ilustres aparecerem. Tomaram a festa da gente, tomaram o lugar das pessoas que criaram o carnaval. Pode ter uma passista negra maravilhosa, a mulher pode sambar pra cacete e nem assim a foto dela sai nos jornais".

Suas canções – e principalmente suas atitudes – renderam um alijamento na mídia tradicional. Não adiantou. Seu sucesso chegou a quem ela queria: ao povo – ou povão, como ela diz. "Quando resolvi seguir a carreira artística, assumi um compromisso comigo de que iria fazer algo através da minha arte. Não vou esquecer nunca minha origem, nada do que passei, do que batalhei e batalho até hoje." Não é por acaso que a chamam de Leci *comunidade* Brandão.

## **São quase trinta anos de carreira.**

### **Alguma comemoração?**

**Leci Brandão** – Não penso nisso agora, estou muito centrada no trabalho atual. A vida já me pregou tantas peças; ninguém sabe o tempo que tem. Depois de tanto sacrifício, tanta luta, prefiro vivenciar o que de bom está acontecendo agora. Estou lançando um CD, *A cara do povo*. Era algo que eu queria muito fazer. Tem composições minhas e de tantos outros: Cartola, Elton Medeiros, Bebeto, Beto Corrêa, Serginho Meriti, Lúcio Curvello, Marcelo D’Aguilã, um campeoníssimo compositor de samba-enredo da Mangueira, Paulinho Sampagode, Ademir Fogaça, Pedrinho Sem Braço, Neném Chama e Marcel Júnior, os dois do Rio, Valdilene e o pessoal da banda afro Nelson Mandela. Gravei “Sofreguidão”, um samba bem antigo do Cartola, e “Sangue bom”, da maior partideira que este país já teve, Jovelina Pérola Negra. Espero não ter esquecido ninguém.

Não coloquei nenhuma música inédita, são só regravações. A música “O dono e o povo”, que fiz em 91, fala sobre a violência. Vi esse filme há 12 anos. “Negro Zumbi” foi feita nos 300 anos de Zumbi e fala do tombamento da Serra da Barriga. Ninguém deu bola para essa música em 95, então estou regravando agora para ver o que acontece. Regravei “Neguinho, o Poeta”, porque acho legal lembrar o Bebeto. O processo de escolha das músicas foi a simplicidade. Queria letras simples e curtas com melodias que fossem fáceis de assimilar. Rati-fico que o povo – o povão mesmo – é que gosta da minha música.

Quero sair Brasil afora trabalhando esse CD. É o meu 21º trabalho, contando os CDs ao vivo. Fizem tantas coleções minhas ultimamente, mas isso eu não conto. Soube de mais oito CDs, de períodos diferentes, tudo coleção. Resolveram lembrar de mim.

### **E qual seria o motivo?**

**Leci Brandão** – Muita coisa tem acontecido, muito reconhecimento. Os jovens estão prestando atenção ao meu trabalho, me chamam para conversar e fazem trabalhos na escola com músicas minhas. Venho recebendo muitas homenagens e medalhas. Isso foi nos últimos dois anos. Os cariocas ficam meio arrepiados quando digo isso, mas São Paulo é que fez com que tudo isso acontecesse. Estou praticamente há cinco anos direto em São Paulo. Até pensam que estou morando lá, mas fico em hotel. Percebi que o Rio de Janeiro não me dava mais espaço, meu trabalho não conseguia ser executado aqui, não acontecia absolutamente

nada. Minha profissão é ser cantora e compositora, vivo de *shows*. Cheguei em São Paulo no zero, no final de 97, indo fazer um ou outro pequeno *show*. Estava praticamente sem espaço no mercado e na mídia. Hoje, fico mais lá do que aqui.

### **Isso mudou seu comportamento?**

**Leci Brandão** – Sou uma pessoa absolutamente normal. Vou ao banco pagar minhas contas, dirijo meu carro, moro no mesmo lugar há bastante tempo, vou à feira da minha rua, faço supermercado, seguro minha mala. Não tenho frescura. Ando acompanhada de Deus e do meu anjo da guarda; tudo bem.

Nos últimos três anos, minha agenda tem estado maravilhosa. Meu trabalho cresceu 75% ano passado. E não é que fique botando anúncio, o telefone toca mesmo. Ano passado e este ano, só não cantei em Manaus. Lá a questão da passagem aérea tem dificultado e eu tenho que levar meus músicos. Essa história de cantar com banda local nunca dá certo. Como eu não tenho um número de passagens absurdo, viajamos com no máximo 14 pessoas – conheço gente que viaja com 35, 40 pessoas –, acho que vale a pena levar a banda completa. A gente leva só a banda, não leva cabeleireiro, figurinista, psiquiatra, a gente leva quem vai trabalhar.

Há anos eu não ia ao Recife. No início do ano passado, fui com a minha banda, o *show* agradou demais. Desde então, já fui cinco vezes ao Recife. Há uma sintonia muito legal do público com o nosso trabalho. Sou uma artista muito tranqüila, muito fácil de se trabalhar, não exijo muito, só o básico: tem que ter um bom som, um lugar limpo para trocar de roupa. Minha lista de camarim é muito simples. É chegar lá em cima do palco, dar o recado e conversar com as pessoas. Não apenas canto, sempre tenho algumas mensagens a dar e tenho recebido muitas palavras de carinho do povo pelo Brasil afora.

### **Como você compõe?**

**Leci Brandão** – Minha missão, pela minha história, é ser cantora e compositora. Tem letras que faço e depois, relendo, penso: “Como consegui fazer isso?”. Eu não toco violão, cavaquinho, piano, não toco nada. Deus manda tudo pronto, não tem hora, não tem lugar; nunca sei quando vou fazer uma música. Tem compositores que se reúnem e dizem: “Na sexta, vamos fazer três sambas”. Como é isso? Eu não sei. A música “Anjo da guarda” foi feita quando vi na TV professores sendo espancados pela polícia. Desliguei a TV e fiz a música; direto. A música “Diolinda bem-vinda”, do CD *Somos da mesma tribo*, fiz quando a Diolinda [líder do

## Zé do Carço

*No serviço de alto-falante  
Do morro do Pau da Bandeira  
Quem avisa é o Zé do Carço  
Que amanhã vai fazer alvoroço  
Alertando a favela inteira  
Como eu queria que fosse em Mangueira  
Que existisse outro Zé do Carço  
Pra dizer de uma vez pra esse moço  
Carnaval não é esse colosso  
Nossa escola é raiz, é madeira  
Mas é o Morro do Pau da Bandeira  
De uma Vila Isabel verdadeira  
O Zé do Carço trabalha  
O Zé do Carço batalha  
E que malha o preço da feira  
E na hora que a televisão brasileira  
Distrai toda gente com a sua novela  
É que o Zé põe a boca no mundo  
Ele faz um discurso profundo  
Ele quer ver o bem da favela  
Está nascendo um novo líder  
No morro do Pau da Bandeira*

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] veio em um camburão do Pontal do Paranapanema até São Paulo. A mulher ficou sete horas em um camburão!

### Por que a aceitação do seu trabalho é maior em São Paulo?

**Leci Brandão** – Gosto sempre de explicar porque preferi São Paulo ao Rio, mas tenho fé em Deus que vai chegar uma hora que vou poder vir para cá também. E espero que isso aconteça. Na verdade, em São Paulo, existem mais emissoras de FM que tocam samba. Tem uma emissora que está tocando no horário nobre – das 12 às 15 horas – só samba mesmo, pra valer. Não existe preconceito contra ninguém, toca do grupo jovem aos mais antigos, como Almir Guineto, Jovelina Pérola Negra, Fundo de Quintal

e Reinaldo – que é um carioca que está em São Paulo há anos, sobrevivendo de música.

O Rio toca samba, mas por que não toca os mais antigos, por que não toca os outros artistas? Havia a rádio Tropical, mas acho que virou emissora evangélica. A execução era bem maior porque lá tocava samba o dia inteiro. Tem a 94 FM, que agora está com essa proposta. Mas falta espaço no Rio. E eu, como precisava sobreviver, fui para lá, fui muito bem-recebida, muito bem-aceita. Lá o sambista não canta só nas pequenas casas, tem muitas casas médias de espetáculo de samba. No Rio, esse é um outro problema. Temos o Canecão e o ATL Hall, mas, para encarar essas casas, tem que estar muito bem de mídia, muito bem executado, em programa de ponta da TV, o que não estava acontecendo comigo.

O Jorge Aragão, antes de ser esse estouro nacional, já era um grande sucesso em São Paulo, já lotava casas lá fazia tempo. Começaram a falar dele como uma grande revelação, mas Jorge Aragão sempre foi esse grande poeta, um grande artista, só que a grande mídia não havia descoberto isso.

### Mas foi no Rio que sua carreira começou.

**Leci Brandão** – Sim, tive uma fase legal, que foi de 85 até 91, na gravadora Copacabana, só que ela acabou. Fui para a RGE e foi a partir daí que sumi realmente. De 93 até 97, foram quatro anos em que fiquei estagnada, não acontecia nada. Às vezes, conseguia fazer um lançamento no teatro João Caetano, mas TV, tocar realmente nas emissoras de rádio, que é o que precisamos, não acontecia.

Até que em 97 comecei a ir para São Paulo. Via que o samba de raiz lá tem uma aceitação muito boa, principalmente por parte da juventude. Eles gostam, comparecem aos shows. Quando foi em 98, apareceu a gravadora Trama, que assinou contrato comigo. Fiz um CD chamado *Auto-estima*, comecei a tocar em São Paulo. No segundo CD, em 2000, *Eu sou assim*, o primeiro ao vivo, conquistei realmente um espaço digno.

### O fato de São Paulo ser mais cosmopolita que o Rio não influencia?

**Leci Brandão** – O Rio é a capital do samba! Não dá para entender, por exemplo, porque no Recife e em Belo Horizonte se toca muito mais samba. Rio Grande do Sul é a minha segunda melhor vendagem, depois de São Paulo. E não é só Porto Alegre, é Bagé, Santana do Livramento, Pelotas, Santa Maria. É impressionante como o gaúcho, de modo geral, curte o nosso trabalho. Tive uma grata surpresa, em junho, quando fui a Santa Catarina. Em Joinville, bati o recorde de público da casa em uma cidade em que nunca havia cantado.

### Alguns especialistas dizem que foi o movimento funk que fez os sambistas perderem esse espaço no Rio.

**Leci Brandão** – Não acho que o funk tenha nos atrapalhado, vejo a situação por um outro aspecto. A questão da força da televisão mudou uma série de coisas. Porque TV é estética. O artista tem que ser jovenzinho, bonitinho; mulher, então, tem que ser loirinha e gostosa. Se a pessoa não tem um modelo para a TV, fica mais difícil. Paralelamente a isso – e bato no peito e digo sem o menor problema –, não tenho rabo preso com ninguém; sou uma sambista muito pensante. Desde o início da minha carreira, sempre segurei bandeiras difíceis, sempre fui atenta a tudo o que acontecia ao meu redor, sempre discuti no mesmo nível com as pessoas. Tem um amigo que diz: “Você nasceu mulher, negra, de esquerda e quer

brigar. Você quer o quê? Fica difícil, você também complica a vida". Eu digo que não é para complicar, é que sou autêntica, sou dessa forma.

Quando resolvi seguir a carreira artística, assumi um compromisso comigo de que iria fazer algo através da minha arte para as minhas comunidades, para o meu povo. Não vou esquecer nunca a minha origem, nada do que passei, do que batalhei e batalho até hoje. Ralo muito para conseguir sobreviver artisticamente. Dessa minha postura o sistema não gosta. Até porque algumas letras que fazem parte dos meus CDs são contestadoras, questionam uma série de situações.

Os poderosos querem botar o povo para dançar, mas sem pensar. Quando vou para um programa de TV, se me fazem uma pergunta e boto pra quebrar, já sou *persona non grata*. Pensam assim: "Não traz a Leci porque ela vai querer falar de social, de negro, vem pra cá com barraco". E, na verdade, não há barraco, não brigo com ninguém. O que tento colocar é que o Brasil é diferente do que as pessoas pensam. Nem tudo o que está na mídia é a cara do país. Eu ando pelo Brasil toda semana, já rodei o país de ponta a ponta. Vou às periferias, aos guetos, aos quilombos. E, apesar de todo esse afastamento da mídia tradicional, como já disse, tenho tido um enorme reconhecimento.

#### **Por que a imprensa não tem noticiado seu sucesso?**

**Leci Brandão** – Posso não estar em programas de ponta da televisão, mas estou, por exemplo, em uma revista como esta ou em um jornal alternativo. Dou muitas entrevistas para jornais de comunidade, de associação de moradores, de sindicatos. E tenho mesmo esta preocupação: falo com qualquer imprensa. Sei que tem artista que só fala para algumas, eu falo para todo mundo porque tem sempre alguém que está lendo. Com essa história, estou conseguindo fazer um trabalho inverso. Minhas coisas são de baixo para cima.

Agora mesmo estou com uma música estourada em todo o Brasil, chamada "Zé do Carço". Foi feita em 78, mas foi vetada por uma gravadora multinacional – a Polygram. Em 80, quis fazer um LP e eles não deixaram essa música entrar e outras mais. Fiquei cinco anos sem gravadora, me deram um castigo, fiquei na geladeira.

#### **Por causa dessa música?**

**Leci Brandão** – Minha saída da Polygram se deu porque não aceitaram meu repertório em geral, disseram que tinha muita música política. Achavam que eu tinha um trabalho muito pesado em termos de letra, era muito contestadora,

era muito preconceito sendo questionado. Falaram que eu tinha que fazer outro som, que era para eu ir para casa e pensar em fazer um outro tipo de música. Isso foi em 1980. Entre as letras, estavam "Zé do Carço" e "Deixa, deixa". Cheguei em casa, peguei a máquina de escrever, coloquei uma folha e fiz uma cartinha, dizendo que não queria mais continuar. Pedi rescisão de uma multinacional, ninguém faz isso e eu fiz. Por tudo isso, tive meu castiguinho, mas em 85, fui para a Copacabana e gravei "Zé do Carço". Nos anos 90, o Grupo Arte Popular, de São Paulo, regravou "Zé do Carço". O Grupo Revelação, que está estourado no Brasil inteiro, em 2000 também regravou e a música tocou no país todo. Também em 2000, no CD pela Trama, gravei a música ao vivo. No Recife, quando a cantei, nem sei quantas mil pessoas cantaram comigo. Em Joinville, aconteceu exatamente a mesma coisa. Ela foi brecada e mostrou que sobrevive, está aí. Fico muito emocionada porque não sabia que a música estava com essa força toda.

#### **Hoje você faria tudo da mesma forma?**

**Leci Brandão** – Sempre fiz tudo da mesma forma, não mudei nada. Fiquei cinco anos sem gravar e quando voltei, continuei compondo sobre as mesmas coisas.

#### **Como foi na época da ditadura militar?**

**Leci Brandão** – Naquela época, confesso, não tinha ainda uma consciência política forte. Meu pai faleceu em 65 e ele tinha uma cabeça muito de direita. Ele falava muito bem de Carlos Lacerda. Só fui descobrir esse meu outro lado depois da morte dele. Comecei a ver como é a vida de quem precisa trabalhar, estudar e se sustentar. Morava em Realengo, na Zona Oeste, nos fundos da escola Nicarágua, na avenida Santa Cruz.

Tive que estudar à noite para ajudar minha mãe – que não era casada com meu pai e não teve direito a nada – a dar pensão para as professoras, almoço, lanche e jantar. Saía de bicicleta para buscar pão quentinho para a hora do lanche. Era *expert* em fazer sanduíche de tudo o que você possa imaginar. Mesmo assim, consegui terminar o que hoje é o ensino médio. Saí do colégio Pedro II e achei que, com diploma de um colégio tão prestigiado, seria fácil arrumar emprego. Fui tentar uma colocação. E comecei a sentir o preconceito de perto.



Fazia prova, passava e diziam: "Tem que vir fazer o psicotécnico". Sabia que tinha passado, mas nunca recebia carta, telegrama nem nada.

Uma amiga minha, do colégio Pedro II, morava no Leblon – na minha turma, quase todo mundo era da Zona Sul –, sabia que eu estava tendo dificuldade e me falou sobre uma vaga na Datamec. Ela garantiu que, se eu passasse na prova, seria chamada. Foi meu primeiro emprego, no bairro de Fátima. Trabalhava como conferencista, com carteira assinada. Aí passei em um concurso para telefonista na CTB, a Companhia Telefônica Brasileira.

Lá o salário era um pouquinho maior. A primeira coisa que fiz foi tirar a minha mãe dos fundos da escola. Fomos morar em Senador Camará, depois de Bangu, também na Zona Oeste. Foi quando um amigo meu da CTB insistiu para que eu me inscrevesse no programa do Flávio Cavalcanti.

Quando fui ao programa do Flávio, em 68, a música que apresentei era bem reacionária: "Menino não seja tão bobo/eu tenho um samba novo que fala de povo/eu tenho um samba forte, tenho muita sorte, pois só faço aquilo que é de meu estilo/não falo de guerra nem falo de morte e vou cantar somente a paz". Vê a diferença?

Só gravei meu primeiro LP, *Antes que eu volte a ser nada*, em 75, a coisa já estava mais tranqüila. A música "Grêmio Recreativo Escola de Samba" dizia como gostaria que a minha escola de samba fosse. Estava vendo o filme do que está acontecendo hoje com as escolas de samba. Cresceram tanto que não têm nada a ver com o que eram. A música relata exatamente isso. Gravei muitas músicas de compositores de escola, gravei gente da Portela, da Mocidade. Fiz uma homenagem ao Donga, tinha dois chorinhos nesse LP: "Pensando em Donga" e "Pudim de queijo".

Passei a perceber as dificuldades da vida e as colocava em algumas letras. Um dia, ao mostrar uma letra para a Paulina Gama, da Universidade Gama Filho, no Rio, ela disse: "Leci, nunca demonstre para meus irmãos nem para meu pai esse seu lado. Você tem uma bolsa na universidade, você conseguiu emprego aqui". Foi ela quem me deu a bolsa de

estudos e o emprego. Vários professores estavam sendo demitidos naquela época porque eram da esquerda, e eu não podia mostrar esse meu lado. E eu precisava muito ajudar minha mãe. Fui trabalhar lá depois do concurso no programa do Flávio Cavalcanti; foi uma história muito triste.

### Como você chegou ao Flávio Cavalcanti?

**Leci Brandão** – Fiquei em uma fila horas para me inscrever no programa A Grande Chance. No dia da apresentação, precisei pedir uma roupa emprestada. Concorri a compositora e fui a melhor nota da noite.

Naquela época, A Grande Chance tinha mais audiência que jogo da seleção. Eu já morava em Senador Camará. Quando cheguei, na minha rua estava todo mundo acordado. Tinha pastel, guaraná, cerveja, bolo. Foi uma loucura. No dia seguinte, na estação de trem, todo mundo sabia que eu tinha ido ao Flávio Cavalcanti. Comecei a andar na condução de graça, entrava no ônibus: "Olha a menina d'A Grande Chance! Vem pela frente". O que chamou a atenção é que eu era negra, moradora do subúrbio, telefonista e tinha feito aquele samba. A direção da CTB disse que eu iria ter uma promoção. Fui à final d'A Grande Chance, no Teatro Carlos Gomes, mas não tirei o primeiro lugar. E a CTB simplesmente esqueceu minha promoção. Cantei em janeiro, a final foi em maio, isso tudo aconteceu no ano de 68.

### E depois do concurso?

**Leci Brandão** – Continuei na CTB, mas soube de algumas vagas administrativas em uma fábrica em Realengo. Passei na seleção e pedi demissão. No dia da apresentação, soube que as tais vagas tinham sido extintas. Aceitei ficar como operária. Trabalhava com metal, balas de festim; usava luva e avental. Muitos dos meus colegas não sabiam ler nem escrever. Em uma semana, virei líder da minha área. Se o pessoal quisesse escrever alguma coisa, pedia para mim. Além disso, eu era conhecida como "a menina d'A Grande Chance".

Por coisas do destino, minha mãe, que se chama Leci de Assunção Brandão e continuava a trabalhar em escola, foi levar um expediente na Secretaria de Educação. Quando assinou o protocolo, a atendente disse: "A senhora tem o nome daquela menina d'A Grande Chance, a Leci Brandão" – eu era conhecida mesmo! Quando soube que era minha mãe que estava ali, logo ela quis saber como eu estava. Soube então que eu era operária de fábrica. A tal atendente ficou sensibilizada e



disse: "A senhora liga para esse número aqui amanhã, fala com a dona Paulina Gama, ela ficou muito emocionada com a Leci".

Liguei e marcamos um encontro na casa dela, em Ipanema. Isso foi em novembro do mesmo ano de 68. Nunca tinha entrado numa casa tão grande em toda a minha vida, uma sala enorme. Logo ela disse: "Oi, Leci, você fez aquela beleza de música, passou por aquele processo todo e ninguém fez nada por você? Meu pai é o ministro Gama Filho, dono da Universidade Gama Filho e ele vem aqui conversar com você". Quando ele chegou, a Paulina pediu que ele me levasse para a universidade, não só para trabalhar, mas para estudar também. Comecei a chorar ao ouvir que a partir de primeiro de dezembro seria funcionária da Universidade Gama Filho, no Departamento Pessoal.

Além de trabalhar, comecei a estudar Língua Portuguesa, depois passei para Direito, mas não me formei. Em março de 69, passei a subdiretora do Departamento Pessoal. Tanto é que tem um monte de gente que trabalhou na Universidade Gama Filho que tem a minha assinatura no lugar do empregador. Nessa época, fui sorteada pelo sindicato e consegui uma casa em um conjunto habitacional. Mudamos, eu e mamãe, para Pilares.

#### **E sua produção musical?**

**Leci Brandão** – Continuava a compor. Em 1970, teve um festival de música na Gama Filho, e eu tirei segundo lugar com meu samba "Cadê Marisa", que depois gravei no meu primeiro LP. Em tudo quanto era festival na universidade eu me classificava. Em 72, um amigo e também compositor, o Zé Branco, teve a idéia de me levar para Mangueira. Fui aprovada na ala de compositores e comecei a levar o pessoal da universidade para a Mangueira.

Em 73, o Sérgio Cabral foi à Mangueira, me viu cantando e disse: "O dia que você quiser gravar...". Em 74, o Jorge Coutinho também me viu na Mangueira e me convidou para participar do Teatro Opinião, seria só às segundas-feiras. Logo na primeira apresentação, arreben-tei. Fui para o elenco fixo do Opinião, meu nome foi para a porta junto com o da Dona Ivone Lara e outros tantos. Juntava Sérgio Cabral, Jorge Coutinho, Hermínio Belo de Carvalho, Albino Pinheiro e Zivaldo para ver a gente. O pessoal dizia assim: "Vamos no Opinião ver uma garota magrinha da Mangueira que canta umas músicas de protesto maravilhosas". Eu nem sabia que o que cantava era música de protesto. Era apenas a verdade da minha vida, que acontecia no meu cotidiano. No mesmo ano, rolou

o show Unidos do Pujol, em Ipanema. Era eu, Dona Ivone Lara, Roberto Ribeiro, Conjunto Realidade do Samba e a cantora da casa, a Alcione. Foi quando conheci a Marrom.

Todo dia tinha show para eu fazer e acabei pedindo licença da universidade. O Marcus Pereira, dono de uma gravadora em São Paulo, me viu no Opinião, me contratou no mesmo dia. Me inscreveram no festival Abertura da Rede Globo e minha música "Antes que eu volte a ser nada" foi classificada. Fui para a final e gravei meu primeiro LP, em 75.

#### **Você foi a primeira mulher a entrar na ala de compositores da Mangueira.**

#### **O ambiente do samba é muito machista?**

**Leci Brandão** – Na época, foi complicado. A ala tinha 40 homens. O Zé Branco era conhecido da minha família e sabia que eu era compositora. Ele me apresentou aos compositores e eu disse: "Os senhores para mim são baluartes, são catedráticos. Vim para cá para aprender, mas já faço samba". Fiz estágio de um ano, indo aos ensaios e fazendo sambas. Em 72, recebi minha carteira oficial e saí na ala de compositores; o desfile foi na Candelária. Em 74, já estava em uma final de samba-enredo. Fui seis vezes às finais na Mangueira; digo que sou hexavice-campeã. Sempre que concorro vou às finais.

#### **Muitas músicas suas falam sobre a mulher.**

**Leci Brandão** – É verdade. Há pouco tempo me encontrei com uma senhora em São Paulo que está fazendo um levantamento sobre compositoras e ela disse que é interessante como canto músicas relacionadas à mulher. Tem "Pudim de queijo", "Dona de casa", "Me anarquiza, mas não me esquece", enfim, um monte. Ela fez um levantamento de coisas que nem me lembrava mais.

#### **Você nasceu em Madureira mas é da Mangueira?**

**Leci Brandão** – Só fui a Madureira para nascer, não cresci lá. Cresci em Vila Isabel. Daí vem minha relação com a Mangueira, que é de família. Minha avó e minha mãe desfilavam na Mangueira. Minha avó morava na 28 de Setembro.

### *Cidadã brasileira*

*Mulher brasileira que vai ao mercado e pechincha na feira*

*Mulher brasileira*

*A bem-sucedida e a que está mal de vida sem eira e nem beira*

*Mulher brasileira*

*Ela é delegada, ela é deputada, prefeita e juíza*

*Uma grande mulher com um grande ideal é o que a gente precisa*

*Sempre foi retaguarda, mas vai pra vanguarda de modo viril*

*E é a esperança no futuro do Brasil*

*Faz amor com ternura, com uma doçura de fêmea guerreira*

*Pra você vai um samba,*

*cidadã brasileira*

Depois, fomos morar na Abolição, mas eu continuei a estudar em Vila Isabel, na escola Equador, onde minha mãe era servente.

### Qual sua opinião sobre o carnaval do Rio?

**Leci Brandão** – Sem dúvida alguma, é o maior espetáculo do mundo em termos de plasticidade, é uma festa hollywoodiana. Mas sinto falta da base da escola de samba, o povo sambista não está nem na arquibancada. As pessoas do samba estão apenas na ala das baianas e na bateria, isso enquanto estão deixando, porque, se puderem, também tiram. Sinto falta do carnaval antigo, aquele carnaval de arquibancada em que a gente gritava o nome do diretor da bateria, o nome da porta-bandeira e do mestre-sala. A gente reconhecia as escolas por causa da marca da bateria. Havia uma diferença entre as baterias e também o respeito às cores de cada escola. Hoje está tudo bem parecido. Não estou

querendo puxar a brasa para a minha sardinha, mas a Mangueira é uma das poucas escolas que a gente ainda sabe quando vai entrar por causa da batida do surdo. Mantém essa característica e o respeito às suas cores.

Antigamente, jamais se via um casal de mestre-sala e porta-bandeira ou um diretor de bateria trocar de escola. Mas a coisa foi crescendo, todo mundo ganhando muito dinheiro e agora tudo passa pela questão financeira, é ela que determina tudo. A pessoa precisa comer, sobreviver o ano inteiro. Se receber uma proposta melhor, larga aquela bandeira e vai para outra.

### O dinheiro manda no carnaval?

**Leci Brandão** – Na minha opinião, sim. Tem que ter o dinheiro, são milhões de dólares para colocar um carnaval na rua. A essência do carnaval já se foi faz tempo. Passou a ser uma ponte para VIPs, socialites e pessoas ilustres aparecerem. Tomaram a festa da gente, tomaram o lugar das pessoas que criaram isso aí. A imprensa não mostra as pessoas do samba. A imprensa continua publicando as fotos das pessoas que já saem o ano inteiro nas revistas. Isso é

uma grande covardia. Pode ter uma passista negra maravilhosa, a mulher pode sambar pra cacete e nem assim a foto dela sai nos jornais. Mas todas as modelos estão lá. Fora as fofocas do que elas fazem antes.

As escolas de samba tinham que tomar uma atitude em relação a isso. Essa mídia tinha que ser totalmente nossa. O desfile é de escola de samba, não é desfile de celebridades. As celebridades têm 363 dias para aparecer, deixa esses dois dias para a gente. Isso é uma coisa que eu não me conformo, não vou me conformar nunca. Ninguém vai conseguir me convencer de que é esse povo que levanta o carnaval. Não é por aí.

### Não há como aumentar a participação da comunidade nos desfiles?

**Leci Brandão** – Há mais de dez anos, venho insistindo na idéia de ter três desfiles: um como acontece hoje, com carros alegóricos; outro sem carro alegórico, no bairro da escola; e um terceiro em outro lugar, uma espécie de rodízio. Dos três sairia o campeão do carnaval. Quando a escola fosse desfilando em seu bairro, o povo iria cantar o samba e, conseqüentemente, o desfile da escola seria muito melhor. Esse terceiro desfile, alternativo, em um outro bairro, daria oportunidade de pessoas de outros lugares assistirem a outras escolas. Assim, daria condições de todo mundo ver o desfile. Achar que isso é loucura, como acho também que daqui a pouco não vai dar mais para ser na Sapucaí. Está ficando difícil, o povo não vê o desfile, é muito caro.

### Você voltou a ser comentarista do carnaval?

**Leci Brandão** – Me chamaram de volta no final de 2002, no Rio, e este ano comentei em São Paulo. Na verdade, eu não parei, me pararam. Foi em 94. Eu fazia comentários voltados mais para a questão da comunidade e isso incomodava. Foi uma pressão muito grande para que eu não comentasse mais, eu falava muito nome de baiana e de ritmista, de velha-guarda, de compositor. Mas de 94 para 2002, o desfile mudou. Antes, não tinha tanto comercial. Hoje, tem matéria no camarote, na concentração. O desfile tem 85 minutos, para a TV são pouco mais de 50. É tudo muito rápido, não dá para fazer um comentário mais longo. Consegui entender que a linguagem tinha que ser mais ágil, mais direta.

### Não só o carnaval, mas o Brasil também mudou.

**Leci Brandão** – O país está mudando e a maior prova disso é a eleição do nosso presidente. Esse homem está dando um banho no

## Deixa, deixa

*Deixa ele beber, deixa ele fumar,  
deixa ele jogar*

*É melhor do que sacar de uma  
arma para nos matar*

*Deixa ele gemer, deixa ele gozar,  
deixa ele voar*

*É melhor do que ele sacar de uma  
arma para nos matar*

*Deixa ele escrever, deixa discursar,  
deixa ele votar*

*É melhor do que ele sacar de uma  
arma para nos matar*

*Deixa ele fazer tudo que ele quiser*

*Deixa ele ser moleque dessa mulher*

*Deixa ele transar tudo de onde vier*

*É melhor do que ele sacar de uma  
arma para nos matar*

*Deixa ele curtir, deixa ele tocar  
e sapatear*

*É melhor do que sacar de uma arma  
para nos matar*

*Deixa ele assumir, deixa costurar,  
deixa ele bordar*

*É melhor do que ele sacar de uma  
arma para nos matar*

mundo inteiro. O presidente Lula está dando demonstrações de que não basta ter cursos na Europa para resolver os problemas do país. Ainda está difícil, não se muda muito em seis meses, mas acredito que vamos resolver muita coisa.

As ONGs e também uma imprensa séria – alternativa ou não – foram fundamentais para que o povo acordasse. Acordou tanto que nosso presidente hoje é um metalúrgico; isso é consciência.

**O que você considera mais importante para melhorar a vida das pessoas pobres, principalmente da população afrodescendente?**

**Leci Brandão** – Educação! Mesmo trabalhando, tem que estudar. Sempre estudei, ajudava minha mãe, mas nunca deixei os estudos. Sempre procurei ler, me interessava por tudo, lia muito jornal. Minha mãe sempre dizia que o saber é a única coisa que nunca tiram da gente. Lamento muito que o ensino público esteja tão defasado. Eu não faço conta em máquina de calcular, faço de cabeça, sei tabuada até hoje. Tudo o que eu aprendi no primário e no ginásio está valendo para mim até hoje.

Escrevo e falo bem. Naquele tempo, quem ia para a escola primária aprendia de verdade. A professora ganhava um salário digno, era respeitada. Ser expulso de sala era uma grande vergonha, uma coisa horrorosa. Hoje, a escola pública está falida. Isso resultou em uma juventude, uma geração inteira, que não fala coisa com coisa, ninguém sabe capital de nada, ninguém sabe o que é Sul ou Norte. As pessoas não têm noção do que é o Brasil. A TV também ficou muito ruim e a boa música começou a não ser mais executada.

**Isso também se refletiu nas letras de sambas?**

**Leci Brandão** – Claro. As letras dessa juventude de agora não poderiam ser como as de João Nogueira, Martinho da Vila; não dá. A escolaridade é outra. Às vezes, escuto um garoto de pagode falando, ou um jogador de futebol, e ele não faz concordância de jeito nenhum: é a “gente fomos”, “nós vai!” É muito complicado. Mas como cobrar dos grupos de pagode que surgem a partir dos anos 90 letras mais profundas? E a base da educação? Sai todo mundo criticando sem pensar por que isso acontece.

Nunca fui para os jornais – nem eu, nem Alcione, nem Aragão ou Paulinho da Viola – falar mal desses meninos. Quem os tornou sucesso foram as gravadoras, quiseram que

vendessem milhões e milhões de cópias e eles venderam. Engordaram os cofres de todo mundo. Tudo começou com o estouro do grupo Raça Negra, que vendeu 2 milhões de cópias. As gravadoras então começaram a buscar seus “Raças Negras”. Surgia um modelo: cabeça raspada, brinquinho, roupa de grife e coreografia. Primeiro, a foto; só depois é necessário saber cantar.

Fizeram a mesma coisa com o pessoal do *funk* – que no início era aquele em que a garotada falava da questão social, da sua comunidade. Mas aí colocaram umas letras de terceira e de quarta intenções, meninhas peladas, muito apelo sexual.

Essas coisas a crítica não vê, sai largando o pau na moçada. A culpa não é deles. São meninos que vieram de periferia, de favelas, pouca chance tiveram de estudar. Por sorte e talento, aprenderam a tocar um pandeiro. Mas um lance positivo é que esses grupos acabaram trazendo a juventude para gostar de samba.

**Renovaram o público do samba?**

**Leci Brandão** – E não foi só. A partir do sucesso desses grupos, mudou o comportamento do sambista. Antes, nos davam apenas um microfone para o cavaquinho e outro para a voz. Não tinha retorno, não tinha luz, não tinha camarim, não tinha salgadinho, não tinha nem transporte. Com a vinda dos grupos de pagode – especialmente do Raça Negra, que tinha uma estrutura boa de som e luz, ônibus bonito, camarim decente, retorno de palco e tudo mais que o sertanejo e a MPB sempre tiveram –, os sambistas passaram a ter outro tratamento. Começamos a ter condições melhores para fazer nossos *shows*.

Mudou muito. A nossa turma era a da batida de limão. Eles tomavam Gatorade, pediam frutas da época. Com a gente era outro papo, tinha que estar de roupa branca e uma caixa de cerveja ao lado para fazer a capa do disco. Mudou e esses meninos são responsáveis por isso. Tinha muita música internacional tocando no rádio e o que eles fizeram de melhor foi aumentar a execução de músicas brasileiras. Foi o que o Paulinho da Viola falou: “Quero escutar música brasileira, quero escutar coisa daqui”.

Mas uma coisa é ter talento, outra é ser jogado para as feras. Quem tinha talento ficou, quem não tinha dançou. Foi uma fase. Acabou o modismo do passinho. Os próprios





jovens de São Paulo, e foi lá que eles realmente estouraram, cansaram só de coreografia. E começaram a ouvir o quê? Jorge Aragão, Zeca Pagodinho, Almir Guineto. O Martinho da Vila vendeu 1 milhão 600 mil cópias com *Tá delícia, tá gostoso*. Aí veio o Zeca e deu outra pancada, veio o Aragão e os velhinhos todos voltaram.

#### **Você gravou com o rapper Rappin Hood?**

**Leci Brandão** – Sim, mas já havia gravado antes dois sambas-*rap*, foram dois CDs de que ninguém tomou conhecimento, pois eu estava fora da mídia. Gravei *Atitude*, em 93, e *Rio Sangue Bom*, em 95, na RGE. Hoje o *hip hop* é um movimento muito forte em São Paulo. Os meninos estão arrebrandando. Gosto muito do Rappin Hood e a primeira vez que o ouvi cantando chamei para uma conversa e disse: “Menino, você tem umas letras ótimas”. Gosto do jeito como faz o *rap*, não tem toda aquela influência americana. Isso é muito importante: é o *rap* brasileiro. A forma como alguns caras cantam, aquela coisa torta, não tem nada a ver com a gente. O Rappin Hood até colocou uma parte da minha música “Deixa, deixa” em uma dele, que se chama “Dona Maria”. Ficou lindo demais.

#### **E sua participação na fundação de um partido político de negros?**

**Leci Brandão** – Na verdade, fui comunicada que era vice-presidente do movimento. O Bill [rapper MV Bill, um dos idealizadores da iniciativa] ligou para mim e achei a idéia legal. Mas depois vi que precisava conversar mais para saber qual era a proposta. Branco não podia participar de forma alguma. Para mim, tem muita gente de pele branca que é negra; importa é a consciência de cada um. Radicalismo não é a minha praia. Quantos e quantos negros não têm consciência? É uma coisa muito complicada fazer um lance desses no Brasil. O país não é branco, o país é miscigenado.

Sempre briguei pelo povo negro, mas não podemos ter uma postura radical, senão ficamos sozinhos. Temos que chegar junto com quem é a favor da nossa causa e ampliar a nossa voz. Já é tão difícil e se ficarmos em gueto não vamos a lugar nenhum. A luta é grande.

#### **Você foi candidata a subprefeita no Rio?**

**Leci Brandão** – Fui, na chapa do Clemir Ramos. Era do Partido Social Cristão. Ele chegou na minha casa, em 85, com uma carta da Associação da Velha Guarda das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. Era um pedido dos velhos para que eu fosse a representante do samba. Queriam uma mulher negra, que militasse no samba e que tivesse trânsito nos morros, nas favelas. Fizemos uma reunião com os velhos e eles me disseram: “Você vai ter que ser a nossa representante porque você é negra, briga, defende o samba, defende a velha-guarda”, e eu fui.

Fiz um trabalho muito limpo. Não atacava ninguém, mostrava a plataforma do que eu gostaria de fazer. Sabia que não ia ganhar, mas fiz tudo seriamente. Sempre terminava minha fala, dizendo: “Pense nisso”. Fui a vários morros, visitei muitas comunidades. Nas vésperas da eleição, faltando uma semana, ele renunciou e passou a apoiar o PDT; e eu fiquei a ver navios. Minha sorte é que eu já tinha uma carreira muito séria em 85 – eram dez anos de estrada.

Hoje, contribuo para a política partidária de outra forma. Atuei muitíssimo na última campanha do PT. Fiquei feliz porque todos os candidatos que eu apoiei com minha música foram eleitos; não faltou ninguém.

#### **Qual sua opinião sobre as cotas para negros(as) nas universidades?**

**Leci Brandão** – Sou a favor das cotas para negros e pobres nas universidades públicas. Universidade pública foi feita para quem não pode pagar e quem frequenta a universidade pública é o pessoal que faz cursinho. Não acho que só porque o cara é negro tem que entrar, não é isso. Ele é negro, tem condições, passou? A vaga dele tem que estar garantida porque senão ele não chega a lugar nenhum. Tem que estudar para poder chegar lá.

#### **E o(a) negro(a) na TV?**

**Leci Brandão** – Recentemente, estive com o ministro da Cultura, o Gil. Ele se encontrou com o pessoal do movimento negro, que está cobrando espaço para o negro artista, o negro técnico. Ator é sempre como empregado, a novela das oito está aí mostrando isso. Eu disse o seguinte: “Me sinto órfã às vezes porque tenho muitos companheiros negros artistas que não brigam da forma como eu brigo”. Chega novembro, fica todo mundo ligando para a minha casa, para a gravadora, “A gente quer Leci aqui”. Mas só eu? Quantos artistas negros têm nesse país? Sou mulher, compositora e, às vezes, me sinto meio sozinha no meio do

oceano. Em todos os meus CDs, basta observar, tem uma música falando da nossa questão ou tem uma música com o nosso ritmo afro-brasileiro, sou fiel a isso desde o primeiro disco.

Não entendo por que as outras pessoas não se sensibilizam. Uma vez, bateram no meu ombro, dizendo assim: "Sabe por que você não explode? Tem que largar essa negrada para lá, tem que fazer o seu trabalho e esquecer isso, senão você fica visada". Fui muito cobrada, muito marcada, estigmatizada por causa dessa minha luta. Saí na frente mandando ver, há muito tempo. Hoje, tem gente nova chegando. Tem um povo jovem bem consciente. Fico muito feliz de ver. Não só no plano artístico como fora também, nas ONGs em geral. Tem muita associação comunitária fazendo coisas legais. Às vezes, também leio entrevistas com cantoras negras, o pessoal de *rap* lá de São Paulo. Tem muita menina do *hip hop* falando coisas maravilhosas.

Acho que de 88 para cá, a partir do centenário da Abolição, conseguimos muita coisa. Não é ainda o que a gente deseja, não é satisfatório, mas muitas ONGs, muitas instituições surgiram. Temos mecanismos para brigar pela nossa causa. Claro que questiono por que os romancistas não fazem uma novela negra, sem ser de escravidão. Participei da *Xica da Silva* porque interpretava a líder do quilombo, a Severina. Era uma rainha africana e foi trazida para cá como escrava. Uma mulher dinâmica, muito sábia, uma líder dentro do quilombo.

#### Como foi essa participação?

**Leci Brandão** – Foi em 96. Cheguei à TV Manchete cheia de disco debaixo do braço, pensando que fossem colocar música minha na novela. Só tinha conseguido colocar música uma vez na Rede Globo, na novela *Espelho mágico*. O Walter Avancini falou: "Vou fazer *Xica da Silva* e quero você na novela. Você é uma quilombola do século XX e tem tudo a ver com a personagem". E eu nunca havia feito nem teatrinho em colégio!

Cheguei em casa e contei a novidade para minha mãe. Falei como era a personagem e das dificuldades que achava que iria ter. Ela me disse que tinha vindo a sua mente a imagem da Mãe Alice, uma senhora que cuidou da minha vida espiritual e que faleceu em 1994, em fevereiro. Quando mamãe falou Mãe Alice, a ficha caiu. Lembrava claramente do jeito que ela falava; no dia seguinte estava na Manchete de novo e já me sentia mais segura para interpretar a Severina. A nossa estréia, em Diamantina, foi dia 26 de julho, dia de Senhora Santana,

que é Nanã, um orixá. Uma coisa impressionante é que Nanã era quem conduzia meu CD daquele ano.

Entre para fazer uma pequena participação. Na primeira cena, não falava. Quando fui gravar a segunda vez, tinha duas frases. Mas o povo gostou, meu rosto ficou muito determinado, muito verdadeiro, a primeira cena foi muito forte. Um belo dia, lendo o *Segundo Caderno* do jornal *O Globo*, estava lá: "Nota 10 para Leci Brandão, que, embora seja novata, está passando muita emoção...". Quando cheguei na gravação, estava todo mundo com o recorte para me receber, foi uma festa no set.

Com o tempo, os figurantes começaram a gostar muito de mim, pediam para tirar foto comigo, nunca dei *piti*. Os câmeras também já me conheciam de TV, de outros carnavais, me davam dicas. Para encurtar a história, fui até o capítulo 145, a novela teve 150 capítulos. Comecei a receber outras críticas positivas e a ir para a TV para falar de Xica da Silva. A novela rodou o mundo. Em 98, fui a Cabo Verde e todo mundo sabia que eu era a Severina; Leci Brandão ninguém sabia, foi muito engraçado.

#### Qual a importância da religiosidade na sua vida?

**Leci Brandão** – Sempre acreditei em religião. Acho que sou ecumênica: sou batizada, fiz a primeira comunhão e sou crismada. Sempre fui à missa e a gente lá em casa reza antes de dormir. A Mãe Alice era de candomblé e eu a conheci por meio da minha mãe, em um momento que passava por grandes dificuldades. Foi muito importante para mim. Essa coisa de eu gravar em homenagem a um Orixá foi por causa do Seu Rei das Ervas, entidade com a qual ela trabalhava.

Ela faleceu, mas minha relação com a casa continua a mesma. Descobri que sou filha de Ogun com Yansã, comecei a cuidar dos meus santos, das minhas obrigações. Não sou fanática, mas faço isso com a maior seriedade. Meu CD *Dignidade* foi dedicado a Yansã; *Um beijo no seu coração*, que me deu o primeiro disco de ouro, foi para Ogun, o dono da minha cabeça. ■

**Participaram desta entrevista:** AnaCris Bittencourt, Flávia Mattar, Iracema Dantas, Jamile Chequer, Lúcia Xavier (coordenadora da ONG Criola) e Marcelo Carvalho

**Fotos:** Marcus Vini

### Anjos da guarda

*Professores*

*Protetores das crianças do meu país*

*Eu queria, gostaria de um discurso bem mais feliz*

*Porque tudo é educação*

*É matéria de todo o tempo*

*Ensinem a quem sabe tudo*

*A entregar o conhecimento*

*Na sala de aula é que se forma um cidadão*

*Na sala de aula que se muda uma nação*

*Na sala de aula não há idade, nem cor*

*Por isso aceite e respeite o meu professor*

*Batam palmas pra ele*

*que ele merece*



## Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca

Alexandre Mello Santos, Márcia Pereira Leite e Nahyda Franca (orgs.)  
 Editora Ibase  
 96 págs.

Quem trabalha com a memória é como artesão confeccionando uma colcha de retalhos. Para quem observa o trabalho pela primeira vez, é um emaranhado de estampas, cores e texturas. Mas quem está habituado a observar as colchas sabe reconhecer seu fabricante. As colchas têm uma identidade. Este livro é uma dessas preciosidades, traz um pouco desse emaranhado de jogos, conflitos e tramas que são feitas a partir de mitos do passado, mostrando ao público que a construção de memórias coletivas não é tão arbitrária como se pensa.

*Quando memória e história se entrelaçam* difere magistralmente de um conjunto de livros que procura atribuir um passado perdido ou um mito fundador a determinadas

comunidades, na tentativa de reconstituir a história dos bairros de forma celebrativa. O sociólogo francês Maurice Halbwachs nos alertou, ainda nos idos de 1920, que mesmo aquelas memórias que pensamos ser somente nossas só são possíveis porque temos a nosso alcance construções coletivas, como a linguagem. É também dele a observação de que o passado que temos no presente é aquele que criamos, e este não é jamais idêntico ao que foi vivenciado anteriormente. O historiador Pierre Nora organizou uma coletânea monumental procurando mostrar a relação entre os diversos lugares da memória e a construção do nacionalismo francês. Eric Hobsbawm, a partir de uma perspectiva marxista, denunciou os usos e abusos resultantes das tradições constituídas. Nas últimas três décadas, a preservação de lugares da memória até então negligenciados (patrimônio tangível e intangível) vem sendo reivindicada por aqueles que foram esquecidos pela história oficial. Hoje associamos a memória não apenas às representações coletivas presentes em grupos sociais determinados, mas também aos conflitos e disputas entre grupos sociais por determinados símbolos e mitos de origem.

Em *Quando memória e história se entrelaçam*, a memória substitui a história quando o passado surge a partir de um emaranhado de construções em litígio. Alexandre Santos, Márcia Leite, Marcia Gaspar, Maurício Fabião, Elizabeth Cardoso, Lílian Vaz e Mario Aizen nos mostram como as construções sobre o passado aparecem matizadas por diversos atores e seus interesses. As imagens do “Grajaú nobre”, do “Andaraí operário”, da “Vila boêmia” e da “Tijuca metropolitana” vão sendo todas elas desconstruídas, pouco a pouco. Ficamos sabendo que antiguidade dá prestígio: um grupo de moradores, instalado nas ruas mais nobres do Grajaú, reivindica para si o direito de recontar a história do bairro. Em contraposição, as pessoas que moram no morro, no Andaraí, os novos políticos ou

---

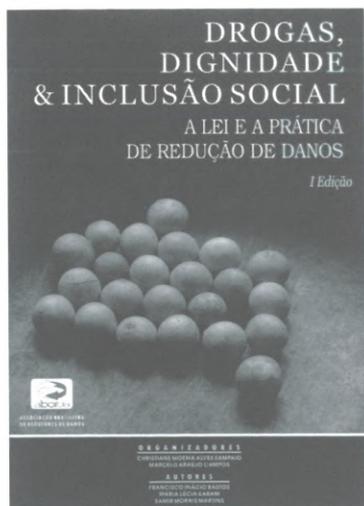
mesmo os católicos defendem outras narrativas. Os moradores do Andaraí, por sua vez, não identificam na memória operária do bairro uma representação de si próprios. Ante a associação crescente que é feita entre o bairro pobre e operário e a criminalidade, acompanhada de desvalorização crescente de seus terrenos, os moradores optam pelo esquecimento: em sua grande maioria, desconhecem a cartografia oficial que localiza suas moradias no Andaraí. É na Vila Isabel que o asfalto faz mais concessões aos moradores e às moradoras das encostas, pois, nesse caso, a identidade do bairro surge da boemia. Na contramão da Vila, está a Tijuca, que, embora sitiada e fragmentada, continua procurando refúgio na impessoalidade que os novos centros comerciais lhe oferecem. Em cada um desses contextos, são diversas as vozes, as formas de luta e de resistência.

Mas, o aspecto mais interessante desse livro talvez seja que ele não pretende apenas nos mostrar a colcha de retalhos, ele apresenta-se como um dos artífices principais dessa costura. Há a intenção de seus atores de cerzir a fratura entre asfalto e favela, integrando e pacificando moradores. Trata-se de mais uma intervenção, mais um imaginário a competir com aqueles já constituídos: a construção da Grande Tijuca. A história de bairros cariocas foi constituída às custas de seu outro: as favelas. Para uns, as ruas asfaltadas, a água encanada, o correio na porta, o nome da rua e o número na porta. Para outros, a briga contínua pelo direito ao saneamento, à escritura da terra, à água e, perversamente, às obras nas encostas capazes de conter os desmoronamentos causados por chuvas fortes. Segundo Alexandre Santos, a representação das favelas nos mapas oficiais só foi feita na década de 1970. A história, aos lugares da memória, ao registro oficial, contrapõem-se o estigma, o preconceito, o lugar da ilegalidade, a ausência de marcas, a invisibilidade na representação cartográfica oficial. Mais do que uma luta pelo

restabelecimento da verdade histórica, trata-se de reivindicar uma marca na representação cartográfica da cidade, uma visibilidade que permita aos moradores anteriormente excluídos garantir auto-estima e os direitos básicos a que têm direito.

Uma colcha de retalhos pode ser feita de várias formas, mas uma coisa é certa: quanto mais participamos de sua confecção, mais unidos a ela emocionalmente ficamos. Uma de suas características é a de que nem sempre temos o retalho que queremos à disposição. Outra é que nunca temos total controle do resultado final. Podemos, portanto, dizer que as memórias não são feitas apenas a partir de vitórias; elas são produtos também de derrotas e humilhações. E, além disso, que os indivíduos não têm apenas as memórias que querem. Há marcas que não deixam esquecer, são cicatrizes, e estão impressas nas almas, nos corpos, nos movimentos, na maneira de olhar. Algumas vezes, a imagem que discrimina é aquela mesma que tem seus sinais trocados e é utilizada como forma de resistência. A população negra fez da negritude sua palavra de ordem, muitas mulheres procuram na dita fragilidade feminina sua força interna. Quem mora nas favelas muitas vezes consegue manter entre si laços de solidariedade há muito perdidos pela impessoalidade que domina as construções do asfalto; tem trunfos perdidos pelo asfalto. As memórias são constituídas de ambigüidades, dor e alegria, orgulho e humilhação. Como nos diz Ricoeur, a obtenção do perdão pelo esquecimento é um perdão difícil. Talvez esse seja o caminho a ser procurado. Como saber? É novamente o texto que nos dá uma dica. Na fala de Barbosa, as fronteiras entre morro e asfalto se rompem quando os serviços públicos passam a atender às reivindicações de ambas as partes. Talvez seja esse o segredo, o ponto de partida para a obtenção do difícil perdão.

Myrian Santos Sepúlveda  
Socióloga, professora da Uerj



## Drogas, dignidade e inclusão social. A lei e a prática da redução de danos

Francisco Inácio Bastos, Maria Lúcia Karam e Samir Morais Martins  
 Editora Aborda  
 114 págs.

A iniciativa da Associação Brasileira de Redutores de Danos de publicar seu primeiro livro tenta romper com o confinamento de políticas de saúde pública ao olhar sanitário. Em geral, essas políticas são desarticuladas da busca de cidadania e de um estado de maior bem-estar social para todos, incluindo as pessoas que usam ou não drogas tidas como legais ou ilegais.

O livro trata de um assunto que ainda é pouco conhecido ou entendido e dá visão abrangente de um novo momento da redução de danos: superar a condição de estratégia ou política de saúde para se tornar movimento social.

É fato o atual desgaste – para não dizer ruptura – do sistema de “guerra às drogas”.

Neste contexto, percebe-se a importância da redução de danos, que vem construindo caminhos melhores de serem seguidos em um mundo onde é amplamente disseminado o uso de substâncias psicoativas sejam elas quais forem. Drogas não são elementos patológicos da sociedade: são elementos constituintes. Patológicas ou não podem ser as relações entre as pessoas; e mesmo estas relações adoecidas encontram na redução de danos um leque maior de alternativas além da abstinência.

Há muito a ser feito até que possamos dispor de propostas mais democráticas, menos danosas e conflitantes. A publicação mostra o quanto é necessária a união entre os diversos segmentos da sociedade separados por etnia, religião, opção sexual ou qualquer outra prática para uma construção social mais justa, menos preconceituosa e mais cidadã.

Redução de danos, como movimento social, pode ser estratégia para as pessoas que usam drogas para a construção do longo processo de resgate da cidadania e reinserção ou aceitação social, alternativa real para que essas pessoas possam ser tratadas com dignidade e que as atitudes baseadas no estereótipo de “drogado” possam ser desconstruídas.

Para sorte dos que vivem nesta época conturbada por gestos de intolerância e fomentadores de violência, as ações de redução de danos estão em expansão em diferentes regiões do país, acumulando sucessos e fracassos, lutando para a construção de uma sociedade e de uma política de saúde pública firme na defesa dos princípios básicos de cidadania e democracia. Aos que desejam conhecer melhor essa proposta e até se juntar a esse movimento, o livro – disponível integralmente, em formato eletrônico, no *site* [www.aborda.org.br](http://www.aborda.org.br) – é leitura agradável, instigante e, lamentavelmente, profundamente necessária.

**Gabriel Guerrato**

Ex-coordenador do Programa Municipal de Redução de Danos de Sertãozinho, São Paulo

# O Ibase tem propostas e quer contar com a sua participação.

QUALIFICAR E FACILITAR A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS QUE QUEREM CONSTRUIR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA É UMA DAS PROPOSTAS DE TRABALHO DO IBASE.

Somente no ano passado formamos mais de 2 mil pessoas para acompanhar e discutir com governos municipais a elaboração de seus orçamentos e saber como e onde o dinheiro de seus impostos está sendo usado. Você também pode saber. É só consultar o site do Ibase\*.

Exigir transparência por parte dos governos e assegurar que o orçamento público cumpra sua função de reduzir as desigualdades sociais beneficiando, principalmente, os mais pobres é um desafio nosso e seu também.

**MAS O IBASE TEM OUTRAS PROPOSTAS PARA COMBATER AS DESIGUALDADES NO BRASIL. E DESENVOLVE PROJETOS PARA:**

- Garantir a toda a população acesso à alimentação
- Estimular e cobrar responsabilidade social das empresas
- Articular e fortalecer lideranças sociais
- Monitorar compromissos sociais assumidos pelo governo brasileiro nas conferências da ONU
- Avaliar programas de geração de trabalho e renda
- Disseminar informações e opiniões sobre temas como racismo, mulher, criança e adolescente, meio ambiente.

\* Orçamento Municipal do Rio de Janeiro. Link [www.cidadetransparente.org.br](http://www.cidadetransparente.org.br)

**Amigos**  
do **iBase**  
etinho



**Seja amigo(a) do Ibase e faça a sua parte.**

**É só enviar o formulário abaixo.**

**EU QUERO FAZER PARTE DESTA MUDANÇA**

Contribuindo mensalmente com:

R\$ 10,00  R\$ 20,00  R\$ \_\_\_\_\_

**Autorizo débito automático em minha conta corrente**

Banco do Brasil  Bradesco

Agência: \_\_\_\_\_ Conta: \_\_\_\_\_

**OU**

**Contribuindo:**  mensalmente  trimestralmente  semestralmente

Com o valor de:  R\$ 50,00  R\$ 70,00  R\$ \_\_\_\_\_

**Autorizo débito no meu cartão de crédito:**

American Express  Visa

Nº do cartão: \_\_\_\_\_ Validade cartão: \_\_\_\_\_

**Aguardo receber formulário de depósito bancário.**

Nome \_\_\_\_\_

Sexo  F  M

Endereço \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Telefone/fax: \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ENVIE POR CORREIO** Av. Rio Branco - 124,  
8º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ -  
CEP 20148-900 OU FAX (21)3852-6028.

# Impasses na América Latina

Após ditaduras e guerras revolucionárias, a América Latina trilha caminhos da construção democrática. Enquanto a Colômbia vive uma guerra cujas motivações perdidas se situam nas conturbadas décadas de 1950 e 1960, período em que a Cuba revolucionária desponta como paradigma, o México finalmente dá a chance à alternância no poder após sete décadas de domínio do PRI e o Paraguai ainda ensaia os primeiros passos pós-ditadura. Em uma ponta, a democracia atropelada e esgarçada, como nos casos da Argentina e do Peru. Na outra, busca e esperança, como no Brasil de Lula. Temos uma nova versão de populismo de “descamisados”, como na Venezuela, e a volta ao velho populismo autoritário e sanguinário, como no Haiti. Temos, também, o bom discípulo da globalização neoliberal dominante, como o Chile. E temos muita crise, muita violência, muita desilusão. Estamos numa espécie de impasse no enfrentamento da miséria, pobreza e desigualdade social. Nossa identidade está em crise. Afinal, quem somos e qual nosso lugar neste planeta? Quais as alternativas diante da globalização para que a democracia crie entre nós as bases de um desenvolvimento humano sustentável, com todos os direitos humanos para todos(as) os(as) latino-americanos(as)?

Uma questão emergente são os desencontros e brechas na relação entre sociedade civil e institucionalidade política. Com a democratização, cresce em importância a sociedade civil organizada, com novos atores sociais, novas demandas e novas mediações. No processo, produz-se um alargamento do espaço público e acentua-se a desestatização da política. Mudam-se a cultura política e as formas de organização e participação cidadã. Esse fato gera tensões no seio das próprias sociedades civis, na relação entre movimentos sociais e organizações como as ONGs ou entre antigos e novos movimentos. A vitalidade das sociedades civis contrasta com a endêmica crise do sistema político e partidário e com o crescente descrédito nos políticos profissionais e nas formas de representação. Fruto das políticas de desmonte e reajuste para estar em sintonia com a globalização econômico-financeira, o próprio Estado se burocratizou e distanciou, contribuindo para ampliar o fosso entre sociedade civil e instituições políticas. Um resultado assustador de tal situação é o fato de que em vários países a própria institucionalidade e a democracia como ideal começam a ser questionadas. Como inverter essa onda, canalizando a vitalidade das sociedades civis para a renovação democrática?

Um ponto crucial na análise do processo de democratização na América Latina diz respeito às mudanças nas sociedades civis. Não se trata de pensar a realidade com as categorias formais da democracia liberal, que limita a questão democrática às formas de constituição e funcionamento dos governos. Trata-se, isto sim, de pensar os complexos processos que movem por dentro as sociedades latino-americanas e que permitem qualificá-las como sociedades em situação de construção da democracia como modo de ser e se desenvolver. Um primeiro aspecto a salientar nesse sentido é que democracias não são produzidas por economias e nem por Estados, apesar de estes serem uma condição necessária das possibilidades históricas de democracia numa sociedade dada. Democracias para existir precisam de sujeitos sociais – seus portadores e construtores efetivos. Para tanto, é necessário que se criem sujeitos históricos que imaginem e desejem a democracia, que se organizem e lutem por ela, que a constituam nas condições econômicas, culturais e políticas existentes.

A conquista da democracia e o processo de democratização que dela decorre implicam mudanças no desenvolvimento da economia e no poder de Estado, maior ou menor, dependendo da diversidade de sujeitos e extensão da luta e da correlação de forças políticas assim obtida. A economia e, particularmente, o Estado são estratégicos como espaços de avanço e promoção da democracia. Mas quem os empurra e constitui, em última análise, são os sujeitos sociais. Estes são, na expressão de Gramsci, blocos históricos que combinam os modos de sua inserção na estrutura social e na diversidade de relações de que fazem parte mais a própria consciência e vontade. Por isso, o espaço de constituição dos sujeitos sociais – a sociedade civil – é por excelência o *locus* da democracia.

### Recorte analítico

Neste contexto de avassaladora globalização neoliberal, o conceito de sociedade civil é fonte de dubiedades e confusões, denunciando tanto o déficit de análise e reflexão teórica como a própria fragilidade das democracias na América Latina. Por sociedade civil, deve-se tomar o conjunto de práticas sociais – com suas relações, processos, normas, valores, percepções e atitudes, instituições, organizações, formas e movimentos – que não se enquadram como econômicas ou político-estatais. Trata-se de um recorte analítico na complexa realidade social, ela vista como uma unidade “síntese de múltiplas determinações”, conforme a genial expressão de Karl Marx. Entre a economia/mercados e o Estado/poder, existe a cunha da sociedade civil, mais ou menos desenvolvida. As sociedades civis, assim como as economias e os Estados, não são um valor em si, expressão

### Diferenças e disputas

Uma democracia se mede pelo caráter de suas instituições, pelas relações e pelos processos que permite moldar em todas as esferas da vida de um país. Substantiva e radicalmente, um povo vive a democracia se os valores democráticos e a participação são a base de tudo, tanto das relações de poder estatal como do acesso aos recursos que são de todos. Relações entre grupos e classes sociais, entre homens e mulheres, com idosos e crianças, o território e suas riquezas, a produção e a distribuição de bens e serviços, a vida em coletividade, a criação científica e cultural, tudo, enfim, que implica diferença e potencial de disputa constitui, ao mesmo tempo, o terreno em que opera a democracia. No centro, o confronto de projetos, de modos de ver, organizar e fazer, tendo como limite os direitos da cidadania. Numa democracia, as lutas são normais e necessárias. A grandiosidade da aventura democrática é acreditar no potencial criador do conflito quando portador de direitos. Em vez de buscar se eliminar mutuamente, na democracia os diferentes sujeitos se engajam num processo de tirar soluções, mesmo temporárias, dos conflitos que os diferenciam, que os opõem ou que os aliam, segundo regras e princípios comuns.

<sup>1</sup> Artigo posteriormente ampliado em uma consultoria para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

de uma positividade em abstrato. São, isto sim, históricas e mais ou menos desenvolvidas, dependendo da diversidade e complexidade dos sujeitos sociais que a constituem, moldam, dão vida, expressam o que são e desejam as sociedades reais. O tipo e o grau de seu desenvolvimento são uma condição indispensável do modo como se desenvolvem as democracias.

Assim concebida a questão, é possível destacar algumas dimensões e processos das sociedades civis na América Latina. Aliás, faz-se urgente uma ampla radiografia do recente desenvolvimento das sociedades civis e sua relação com a democracia entre nós. Por exemplo, é evidente que as ditaduras da década de 1960 até meados da década de 1980 nos diferentes países não foram iguais porque tinham diante de si diferentes tipos e modos de constituição das respectivas sociedades civis. Tome-se o caso da Argentina e do Chile, de ditaduras particularmente sanguinárias, onde qualquer um reconhece o tecido social organizativo mais abrangente e forte do que

em países como o Brasil e Peru, onde as ditaduras foram de tipo diverso, para ficar em casos clássicos da história recente. Além do mais, no Brasil, o novo e até surpreendente desenvolvimento da sociedade civil se fez primeiro em direta oposição à ditadura militar e explica muito do processo que vem percorrendo a democratização a partir de então. Como, em outro caso, o da Argentina, a destruição social feita pela ditadura abalou profundamente o desenvolvimento posterior dos diferentes sujeitos constitutivos de sua exuberante sociedade civil, não criando as mesmas possibilidades existentes no Brasil no período recente. Diante da fragilidade da sociedade civil brasileira, o processo autoritário gerou uma economia e um Estado fortes – de “mal-estar”, na expressão de Francisco de Oliveira. Na Argentina, com uma sociedade civil mais organizada, além dos 30 mil mortos e desaparecidos, a ditadura destruiu a capacidade do Estado e fez a sua economia patinar. Fica clara a idéia das sociedades civis como cunhas entre economia e poder, mas cunhas

que podem se desenvolver ou ser destruídas, determinando o processo democrático.

Aprofundando essa questão – começando pelos novos sujeitos sociais e seus atores concretos –, uma fundamental novidade é a irrupção das mulheres, por meio da multiplicidade de organizações e movimentos. Hoje, em todos os países da região, mais em uns e menos em outros, a democracia e o processo de democratização têm nas mulheres uma referência, seja como uma das dimensões da desigualdade social a enfrentar, seja como sujeitos sociais cuja participação acaba sendo decisiva. A importância desse fato ainda não se expressa da mesma forma na institucionalidade política – da representação e dos partidos – e nem nas estruturas de poder, muito menos em igualdade de oportunidades em nível de trabalho e renda. Atravessando as classes sociais e as redefinindo historicamente, a questão da desigualdade de relações de gênero, trazida pelas mulheres para o debate público, exprime a força de sua presença na constituição das sociedades civis da América Latina.

## Diversidade de sujeitos

Não é possível usar o conceito de sociedade civil como categoria analítica simples. É preciso, antes, construí-la pela análise histórica e teórica de cada situação, de cada formação social. Sociedades civis se fazem no processo em que os próprios sujeitos históricos se fazem, em sua diversidade de identidades, interesses, propostas e autonomias, nas oposições e diferenças, por meio de movimentos, lutas e organizações. Constituem as sociedades civis, dependendo das situações, tanto os já tradicionais movimentos e organizações sociais (movimento sindical e camponês, por exemplo) como grandes instituições, do tipo religiosas, científicas (universidades e institutos), de comunicação, as grandes corporações profissionais (advogados e advogadas, jornalistas, economistas, engenheiros e engenheiras, médicos e médicas, militares etc.) e as poderosas organizações e associações pelas quais se expressam os interesses de proprietários e capitalistas de todo tipo (latifundiários, agronegócio, industriais, banqueiros e comerciantes). No processo mais recente de desenvolvimento das sociedades civis da América Latina, como grande novidade, cabe destacar os movimentos populares, especialmente das periferias urbanas e favelas, com suas associações de moradores e moradoras, centros de defesa,

clubes de mães, casas de cultura etc. Novidade, ainda, são as organizações de direitos humanos e, sobretudo, de mulheres, de grupos étnico-raciais e do movimento ambientalista. As campanhas públicas, alianças e coalizões, as redes temáticas, todas são formas bastante recentes de desenvolvimento social em que se tece a relação e a interface entre antigos e novos sujeitos e se complexificam as sociedades civis. As ONGs, tão famosas e atuantes, apesar de minúsculas, são parte sim das sociedades civis, mas apenas uma forma em que o tecido social organizativo vai se constituindo nas situações dadas, em que os sujeitos sociais se expressam como atores concretos. Há, sem dúvida, um modismo e um certo oficialismo, emanados primeiro da ONU e depois adotados pelas organizações multilaterais e governos, que limitam e confundem as sociedades civis com as ONGs. Estas não passam de associações de cidadãos e cidadãs que se atribuem uma causa pública como missão e para isso captam recursos e desenvolvem ações, com destaque para um papel de educação e empoderamento dos grupos excluídos de alguma forma, além da vigilância, monitoramento e pressão política sobre os outros atores, em particular, o setor público estatal local, nacional e, também, cada vez mais internacional.

Um aspecto a salientar ainda é que as mulheres se organizam em redes e movimentos que extrapolam os países da própria região, sendo mais internacionalistas do que outros sujeitos e atores. Cabe, também, lembrar que as mulheres produziram ONGs que se encontram entre as mais importantes de cada país, mas sua bandeira está hoje no centro de organizações tradicionalmente arredias à questão, como os movimentos sindical e camponês, ao menos no Brasil da CUT, do MST e da Contag.

### Questões camufladas

A desigualdade étnico-racial, pela importância que vem adquirindo nos últimos anos, será base da constituição de novos e aguerridos sujeitos sociais, cujo perfil ainda é cedo para definir. Aliás, em torno a este problema, forjou-se o nó mais duro da questão democrática em nossas sociedades colonizadas e escravizadas. Tendo na contribuição de negros(as) e indígenas parte fundamental de sua história, cultura e identidade, a América Latina não tem conseguido se reconhecer como é. A questão étnico-racial, por mais que as estatísticas mostrem, é camuflada, negada, não só pelo poder estatal, mas no seio da própria sociedade civil. Nesse ponto estamos diante de um impasse ainda não resolvido. O racismo e a discriminação estão no coração mesmo das sociedades civis e limitam o seu desenvolvimento democrático, com reconhecimento da diversidade étnico-racial que nos constitui. A fragilidade de movimentos e organizações em torno a tal questão é a maior prova do quanto ainda temos que andar nesse campo.

Já o movimento ambientalista – de promoção da sustentabilidade e de justiça ambiental – não tem o mesmo desenvolvimento e a mesma presença que os movimentos de mulheres. Mas há de se registrar a sua vitória em termos éticos, transformando a preocupação com o bem comum representado pelo patrimônio natural em um valor a perseguir, que atravessa as diferentes classes e grupos da população. Isso se fez sobretudo pelo debate público, tendo a Eco-92, no Rio de Janeiro, dado um grande impulso. Além do mais, muitos movimentos de excluídos(as) e marginalizados(as) se constituíram e conseguiram presença pública por meio da bandeira ambientalista – como as comunidades de indígenas e seringueiros(as) atingidos(as) por

grandes desmatamentos ou camponeses(as) expulsos(as) por barragens para hidrelétricas, no Brasil, ou a privatização de águas em Cochabamba, na Bolívia. Na mesma linha, vão trabalhos de ONGs que promovem a agroecologia e são contra a produção de alimentos transgênicos. Os exemplos são muitos e, nesse campo, é de se esperar um grande desenvolvimento de movimentos e organizações da sociedade civil na América Latina. A agenda do desenvolvimento sustentável não pode mais ser contornada, mesmo se não são tão visíveis seus sujeitos e atores. O

fato é que todos os governos se obrigam a implementar políticas a respeito, e as empresas se sentem acudadas nesse campo, mesmo que seja até visível o predomínio de modelos insustentáveis, em termos ambientais e democráticos, no acesso e uso dos recursos naturais. Para lembrar Galeano, na América Latina as veias continuam abertas.

Permeando todos os novos movimentos e organizações, do mesmo modo que cada vez mais também nos mais tradicionais, muitas vezes não se diferenciando deles, mas ao seu modo contribuindo para o desenvolvimento das sociedades civis na América Latina, é importante reconhecer as iniciativas em torno aos direitos humanos. Em termos mais simples, muitas das organizações e dos movimentos, que têm os direitos humanos como sua referência, definem-se como promotores da cidadania. Nesse ponto entramos num campo mais difuso do próprio desenvolvimento recente das sociedades civis. Afinal, o conceito e a prática da cidadania são intrínsecos da democracia, como concepção e como processo histórico. É impossível conceber democracia sem cidadania, sem cidadãos e cidadãs no exercício de seus direitos e responsabilidades. Mas um fato político da história recente, e que contém uma radicalidade democrática até este momento pouco analisada, é a redefinição prática da noção de cidadania a partir do desenvolvimento das próprias sociedades civis. Isso

**A desigualdade étnico-racial será base da constituição de novos e aguerridos sujeitos sociais, cujo perfil ainda é cedo para definir**

**Pobreza e miséria produzimos de modo persistente ao longo de nossa história, com muita violência, se necessário. Somadas às múltiplas formas de desigualdade social, constituem o centro da questão democrática entre nós**

acontece em vários países da América Latina, mas em particular naqueles, como o Brasil, em que se renovam velhas lutas e movimentos ou literalmente se criam novos sujeitos a partir exatamente de sua situação de exclusão ou subordinação econômica, cultural e política. Como categoria política, a partir de Rousseau e da Revolução Francesa, a cidadania tem como referência um Estado e o território nacional que ele controla. São cidadãos e cidadãs apenas aquelas e aqueles que o Estado reconhece como tendo os direitos civis e políticos iguais em seu território. A apropriação da noção de cidadania por aquelas e aqueles que tomam os direitos humanos universais como referência e lutam por eles, contrapondo-se aos próprios Estados, alarga e redefine a cidadania como categoria política e analítica.

Tal ponto nos remete aos(as) *invisíveis* nas sociedades latino-americanas – os(as) que não fazem parte das sociedades civis, simplesmente porque não têm identidade, projeto, organização social e forma de luta para se afirmar e se defender, para conquistar direitos e reconhecimento público. São os(as) politicamente destituídos(as) de qualquer poder real. A bem da verdade, é necessário reconhecer o avanço da cidadania formal. Mas ter direito político de votar não é a mesma coisa que ser cidadão. Entre 30% e 60% da população de nossos países sofre de alguma forma de exclusão social, negadora de sua cidadania. Essa parcela da população, quando não consegue se organizar e lutar, para politicamente voltar a se incluir e ter alguma perspectiva de mudança na situação geradora de desigualdade, pobreza e exclusão social, constitui o enorme contingente de *invisíveis* das nossas sociedades. Perdem as sociedades

civis e perde a democracia. Entretanto, se, por alguma razão, grupos de invisíveis se organizam, ganha a sociedade civil e ganha a democracia, pois sua presença como atores concretos é a condição indispensável de sua inclusão sustentável na cidadania. Muitas das ONGs da América Latina, trabalhando com perspectivas de educação popular e para a cidadania, também têm como alvo exatamente os grupos e comunidades de invisíveis. São incontáveis, em todos os países, exemplos de relativo sucesso das iniciativas em termos de organização e participação de tais segmentos da população, baseadas em grande parte na cumplicidade política dos(as) militantes das ONGs com as suas demandas.

Pobreza e miséria produzimos de modo persistente ao longo de nossa história, com muita violência, se necessário. Somadas às múltiplas formas de desigualdade social – étnico-racial, de gênero, entre regiões e setores, onde a pura análise em termos de relações de classes sociais é simplesmente insuficiente e até simplificadora –, constituem o centro da questão democrática entre nós. A exclusão social atravessa o conjunto das lutas democráticas em nossos países, condicionando alianças e propostas dos diferentes sujeitos sociais, o desenvolvimento da sociedade civil, a institucionalidade política, o controle do Estado e o modo de gerir a economia. A exclusão social catalisa os processos de exploração, dominação e desigualdade, rompendo laços sociais básicos e alimentando o *apartheid* social. A luta por novas formas de inclusão que se dá nas diferentes relações, processos e estruturas, tanto na economia como na vida social, cultural e política, é a expressão mesma das possibilidades e limites da democratização na nossa realidade. Trata-se de romper com a lógica essencialmente antidemocrática que, ao incluir parte da sociedade, condena a outra a alguma forma de exclusão e desigualdade social. Olhando dessa perspectiva, as mudanças provocadas pela globalização neoliberal em nosso meio levam a democracia ao impasse ao acentuar a exclusão social. Estamos vivendo uma contradição entre a demanda crescente de inclusão nos direitos fundamentais e os processos reais de expulsão e migração, até mesmo para fora dos países e da região, favelização, informalização do trabalho (isto é, sem direitos trabalhistas) e desemprego.

A contradição cria situações dramáticas como as crises vividas no Equador, na Argentina e na Bolívia ou inviabiliza qualquer projeto de nação, como parece ser o caso do Haiti de hoje, primeiro país a acabar com a escravidão entre nós, há quase 200 anos. Mas, em todos os países, em graus diversos, piora a situação dos(as) que já vivem em situação de pobreza e miséria, com novos segmentos se juntando aos(às) pobres de ontem, enquanto aumenta a concentração de renda e se acentua a desigualdade. Podemos sair desse impasse? Ou, de um modo mais direto, como poderá a democratização romper com essa lógica, para não revertermos a uma situação autoritária ou deixarmos de ser sociedades minimamente viáveis?

### Protagonismos

Estamos diante de uma rica e complexa história, mas muito diferenciada de país a país, e não faltam sujeitos constitutivos dessas sociedades. Destaquem-se os sindicatos, que ocupam posições centrais nos processos de democratização, além de terem sido as maiores vítimas da onda de ditaduras anteriores. São, mais do que outras formas de organização e movimentos da sociedade civil, verdadeiros celeiros de partidos políticos e, por isso mesmo, muito mais intrinsecamente ligados à institucionalidade do poder nas diferentes sociedades. Mas suas estratégias podem variar muito, tanto pelo tamanho e lugar nos respectivos países, como pelos momentos de seu desenvolvimento e até pelas concepções e visões que adotam. Na América Latina, onde mais de 50% estão na informalidade – são invisíveis, na linguagem aqui usada –, o movimento sindical diz respeito à parte visível dos que trabalham e vivem do seu trabalho. É importante afirmar que, ao contrário do que pensa toda uma tradição de esquerda, o movimento sindical não tem assegurado um protagonismo político-cultural por ter raízes no operariado das empresas. O protagonismo, quando o exerce, é por força de sua própria capacidade, das lutas que desenvolve, do modo como

### Poder cidadão

Radicalizar a democracia passa necessariamente e indispensavelmente pela sociedade civil, sobretudo pelas possibilidades de *tornar visíveis os(as) invisíveis*. Não podem existir direitos de cidadania se não são para todas e todos. Direitos para alguns(mas), por mais numerosos(as) que estes(as) sejam, não são direitos, são privilégios. Cidadania é expressão de uma relação social, que tem como pressuposto todos(as), sem exceção. Como se incluir na relação de cidadania? Tomando a nossa realidade de milhões e milhões ainda deixados(as) de fora, sem terem reconhecida a sua cidadania, trata-se de ver como e em que condições eles(as) podem se transformar em sujeitos históricos da sua própria inclusão, iniciando um processo virtuoso de rupturas e de re-fundação social, econômica, política e cultural, de modo democrático e sustentável. Nunca é demais lembrar que grupos populares em situação de pobreza e desigualdade não são ontológica ou necessariamente democráticos. Precisam – como, aliás, precisam todos os sujeitos sociais – fazer-se democráticos pelo processo mesmo em que se fazem sujeitos. A questão crucial é o tecido social organizativo, com base no qual um grupo – favelado ou de camponeses(as) sem terra, por exemplo – desenvolve a sua identidade, constrói a sua visão do mundo,

conscientiza-se dos direitos e da importância de sua participação, formula propostas e estratégias. No processo, literalmente, os sujeitos sociais adquirem poder de cidadania, mesmo se estão longe ainda de mudar efetivamente o conjunto de relações que os excluem. Entendendo o *empowerment* como conquista de poder cidadão – de visibilidade dos(as) até então invisíveis nas relações constitutivas do poder –, estamos falando do que ganha o grupo, a sociedade civil e a democracia. O processo de empoderamento traz consigo novas organizações, uma cultura democrática de direitos e uma real capacidade de incidência na luta política. O que se constata na América Latina é que o atropelamento da democratização pela globalização neoliberal estancou e até fez retroceder processos consistentes de emergência de novos sujeitos. A luta contra tal globalização, pelo contrário, está destampando as contradições que permitem novamente a emergência desses setores. Porém, o quadro é novo e depende de como a maior segmentação produzida entre incluídos(as) e excluídos(as) é vista e vivida nas diferentes sociedades. As grandes cidades da América Latina não são só partidas, como o Rio de Janeiro do asfalto e das favelas. Uma parte pode estar de costas para outra, desconhecendo-se, desprezando-se mutuamente.

articula suas lutas às lutas dos outros. O protagonismo é um atributo político que se desenvolve, e não algo decorrente da posição na estrutura de relações de produção.

No pólo oposto ao movimento sindical, as organizações de proprietários e capitalistas de todos os tipos constituem outro sujeito social. Também faz parte do núcleo duro das sociedades civis, mesmo que, na maior parte das vezes, ele não se reconheça como tal. Não me refiro às estratégias privadas de organização de empreendimentos produtivos de bens e serviços, comerciais, financeiros e das relações de mercado. Tenho em mente as suas organizações classistas, de defesa coletiva de interesses, de formulação de visões e de propostas, de incidência política direta. Aliás, é preciso que se diga em alto e bom som que esse sujeito social, como coletivo, em todos os países latino-americanos, sem nenhuma exceção, forjou-se como um ser antidemocrático. Sua conversão, ainda parcial, está se dando por

## Tradição de lutas

A história do movimento camponês tem origens remotas, é rica e complexa, ocupando um lugar central na própria história da América Latina. Na democratização recente, o movimento e as organizações camponesas reafirmaram a sua vitalidade e modernidade, adquirindo um lugar insubstituível. Para isso, são exemplares os casos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, e o fenômeno indígena-camponês dos Zapatistas, no México. Apesar de inscritos em toda uma tradição de lutas, são movimentos essencialmente novos em sua identidade, bandeiras e formas organizativas. São movimentos que contribuem enormemente para a construção democrática nos próprios países, espargindo-se por toda a região. Sua força decorre da inversão de processos a que a estrutura e o modelo de desenvolvimento os condenam. Caminhando para a exclusão ou já excluídos(as), os(as) sem-terra, no Brasil, e os(as) indígenas de Chiapas, no México, transformam uma adversidade em afirmação de identidade e se credenciam – se empoderam – para participar como sujeitos de sua reinclusão. Esse é um processo político, que se dá na sociedade civil. O caso dos seringueiros do Acre, no Brasil, é semelhante. Gostemos ou não, os(as) “cocaleros(as)” da Bolívia são mais um exemplo. Esses casos todos mostram, novamente, que o protagonismo político não é um atributo decorrente da estrutura, mas uma opção, por assim dizer. Além do mais, estamos diante dos melhores exemplos de movimentos e organizações que transformam invisíveis em sujeitos sociais. A democracia na América Latina está dando saltos de qualidade com isso.

cação de massa. A propriedade dos meios – quase exclusivamente privada em nossos países, ao menos do que realmente conta como comunicação de massa – não nos deve impedir de ver a função pública e política da comunicação. Hoje, os meios de comunicação de massa são espaços de construção do imaginário coletivo, de modos de ver e conceber, de movimentos de opinião, alimentando os processos em curso nas sociedades civis em termos de identidade e participação. São espaços de disputa democrática atravessados por enormes contradições onde a propriedade significa enorme poder. Mas é fundamental ver como certas questões são tratadas e conquistam lugar nos meios de comunicação. Do mesmo

força das lutas que todos os outros sujeitos sociais fazem. Sua matriz política não é a sociedade civil nem o Estado. Nossos proprietários e capitalistas descendem de uma identidade conquistadora e colonizadora de “donos de gado e gente”. Só com a democratização é que assistimos a uma oportuna mudança de importantes setores. Uma nova geração de proprietários e capitalistas, por força da democratização e dos impasses da própria globalização neoliberal, que lhes tira riquezas e poder, está sendo constituída na América Latina. De qualquer forma, não dá para esperar dessa burguesia, que finalmente não esconde as próprias fragilidades, ruptura na lógica de exclusão social.

É importante não perder de vista outros sujeitos que constituem as sociedades civis e, a seu modo, têm impacto na democratização da América Latina. Aqui, limito-me a chamar a atenção para a comuni-

modo, é indispensável analisar a ressonância social do que veiculam os meios, o modo como é captado pelos diferentes sujeitos e suas estratégias. Essa é uma frente de lutas democráticas que precisa de maior destaque, subordinando a liberdade mercantil dos proprietários dos meios ao interesse público. Como a democracia pode tratar um bem público privado e monopolizado como a Rede Globo, hoje presente em toda a América Latina?

## Esgotamento de regimes

Nas últimas duas décadas, a América Latina foi marcada por um amplo processo constituinte de nova institucionalidade. De fato, não eram exatamente rupturas institucionais bruscas e radicais que estavam na origem de tal institucionalidade democrática. Dado o esgotamento dos regimes anteriores (caso das ditaduras militares) ou o impasse nas guerras revolucionárias (como na América Central), a transição para a democracia e a nova institucionalidade guardam resquícios do passado que não podem ser desprezados na análise do estado da questão democrática entre nós. O exemplo do Chile é emblemático a respeito. A nova institucionalidade reservou poder para o antigo ditador e o Exército. A institucionalidade estabelecida não foi capaz de barrar a volta de antigo ditador por via eleitoral, como na Bolívia. Os acordos, base da nova institucionalidade, rapidamente são rompidos, como na Guatemala. Ou a institucionalidade não resiste ao oportunismo político dos que conquistam hegemonia pelo voto e procuram se reproduzir de todas as formas no poder. Esse é um mal que parece atingir uma amplo espectro político: o que, além de mudarem constituições de seus países e garantirem condições para se reeleger, têm em comum figuras tão diferentes como Menem, na Argentina, Fujimori, no Peru, Chaves, na Venezuela, e Cardoso, no Brasil? Enfim, mal implantada, a institucionalidade democrática da América Latina revela os seus limites e, o que é pior, pode ser uma fonte de enormes crises políticas.

A questão é como, a partir da institucionalidade política, fazer avançar a democracia, criando até nova institucionalidade e um poder estatal mais adequados. O processo é determinante, as instituições são uma condição dele – condição que

pode se transformar no próprio desenvolvimento. Essa é, aliás, a natureza da democracia, na qual apenas as condições de partida são definidas, mas os resultados são incertos para todas e todos que participam de sua aventura. Vendo de uma perspectiva histórica, a *brecha* entre sociedade civil e política institucional, que hoje aparece como problemática, foi fundamental para levar ao esgotamento os regimes militares no passado recente. Sem o desenvolvimento concreto dos sujeitos sociais no âmbito das sociedades civis, opondo-se e enfrentando nas ruas o regime, seria impossível superar as ditaduras no terreno político estatal. Hoje, quando novamente parlamentos e governos parecem divorciados de demandas das sociedades civis, volta a aparecer a tal brecha. Traz enormes riscos? Sem dúvida, mas enormes possibilidades também. A "cunha" da sociedade civil deve ser vista como indispensável, mesmo quando chega ao limite da ruptura. De um modo simples, pode-se dizer que parlamentos e governos, em última análise, são constituídos fora deles, na esfera da sociedade civil, e só funcionam de fato quando empurrados por forças ativas que dela emanam e que os tencionam permanentemente. Ao menos nas democracias não-ritualizadas e não-formalizadas é assim que acontece. O problema é que democracias, em termos institucionais e de poder, se transformam em ritos e se formalizam facilmente, autonomizando-se das sociedades que as produzem e até se impondo a elas. Todo poder estatal se vê e, sobretudo, age como se ele próprio fosse constituinte, e não um poder constituído pela cidadania. O poder e as instituições políticas nas democracias são derivados, com mandato delegado. Essa é a sua essência como regime político. Não é a sociedade civil que se distancia, pelo contrário, é o poder estatal que tende sempre a se distanciar de sua base real na sociedade.

Na América Latina de hoje, a grande agravante para o rápido distanciamento e estranhamento entre institucionalidade e poder, de um lado, e as sociedades civis, de outro, são as políticas de ajuste e reestruturação adotadas, em momentos variados, mas em todos os países, para se adequar à globalização econômico-financeira do livre mercado. O fato de a globalização entre nós ter sido tão depredadora revela a própria fragilidade da institucionalidade e poder estatal democrático conquistado. Aliás, mais que

nas dinâmicas das sociedades civis internas, é na globalização, no modo como vem se dando, que a democracia na América Latina sofre limites e ameaças. É da agenda da globalização neoliberal que emanam políticas de desmonte do Estado, de flexibilização de direitos trabalhistas, de autonomização de instâncias decisórias fundamentais como os bancos centrais, de prioridade do direito financeiro e comercial aos direitos humanos e de cidadania. A globalização operou uma verdadeira transferência de poder de decisão sobre os rumos do desenvolvimento político e econômico dos países para instâncias multilaterais alheias, distantes e nada democráticas, como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, quando não diretamente aos que dão as cartas nos mercados, os grandes conglomerados econômico-financeiros. A seu modo, a globalização esvaziou a política estatal de sua essência: o poder de decidir, na correlação de forças que a legitimam, para onde vai o país, o tipo de desenvolvimento que lhe é mais adequado. A política baseada em valores e princípios éticos reduz-se à boa gestão, a uma administração com responsabilidade, sobretudo fiscal, segundo os desejos dos mercados.

A pergunta que cabe fazer é por que, em plena redemocratização, a América Latina inteira acabou presa da globalização? Por que, com a democracia, não fomos capazes de definir estratégias diferentes de desenvolvimento? Incluir-se na globalização econômico-financeira foi uma opção de governos constituídos em plena redemocratização, que significou na prática derrota política aos setores democráticos de ponta nos diferentes países. Houve momentos de "empate", por assim dizer, em que nem se definiam políticas mais democratizadoras, com uma reinserção mais soberana na ordem mundial, nem a inclusão a qualquer preço se viabilizava. Exemplo mais claro é o do Brasil, um tardio aderente das teses do neoliberalismo, só no começo da década de 1990. O mais incrível nisso tudo é que a dependência, expressa no descontrole da dívida, foi fator extremamente importante na corrosão dos velhos regimes. Uns países de forma até rápida, outros mais lentamente, todos acabaram adotando as políticas neoliberais, base da inclusão na tal globalização econômico-financeira. O processo que levou a isso é revelador da questão da crise. No geral, os governos se elegeram com

uma agenda contra a dependência e o tipo de desenvolvimento selvagem e excludente que a gerou. Uma vez no poder, operou-se uma espécie de conversão, tornando-se eles adeptos das políticas propostas. Por quê?

É como se a América Latina desenvolvesse novas lutas que tivessem de ser expressas numa institucionalidade ainda velha, defasada. Em todas as partes, é visível a crise do sistema partidário, mesmo do Brasil do novo PT e do governo Lula. Dinamizam-se as sociedades, radicalizam-se, mas na mesma proporção parecem decrescer a capacidade de representação e a própria confiança nos partidos e nos políticos profissionais. Tal "vazio" foi se ampliando em vez de diminuir. No contexto da democratização, as instituições e o poder estatal tiveram de se abrir de algum modo, ser mais transparentes. Isso, contraditoriamente, contribuiu para revelar o quanto a representação é vilipendiada no exercício dos mandatos obtidos por eleição, podendo até o interesse particular se sobrepor ao público. As novas institucionalidades, definidas por parlamentos viciados de origem, não enfrentaram o problema do sistema político-eleitoral, mesmo tendo dado muito mais poder aos próprios parlamentos, como, aliás, convém que assim seja nas democracias. Grosso modo, pode-se dizer que nossos parlamentos são ainda confederação de interesses, e não representação política da pluralidade social das nações latino-americanas. De todos os modos, é fundamental ressaltar que os partidos políticos nas democracias, por definição, são aparatos de expressão e direção política geral de forças e coalizões de forças sociais e, ao mesmo tempo, aparatos de conquista e exercício de poder. Sem partidos consistentes como organizações e capazes de representação e governo, não é possível construir democracias sustentáveis. Vendo a realidade da América Latina, impõe-se uma urgente reforma político-eleitoral, que é capaz de pôr as instituições políticas em sintonia com os grandes movimentos e processos da sociedade civil.

### Despolitização

A década de 1990 foi, em toda a América Latina, da vitória do neoliberalismo. Até mesmo vitória ideológica, legitimada pelo controle do selvagem mecanismo de transferência de ren-

das dos(as) mais pobres para os(as) mais ricos(as) que é a inflação. As esquerdas ficaram acuadas, o idealismo saiu da agenda, a ética sucumbiu. Tudo isso contribuiu para criar um sentimento de "despolitização", coisa, aliás, buscada pela globalização neoliberal, como ideologia, proposta e prática política. É verdade que as esquerdas também, no geral, não se renovaram na América Latina. O PT continua sendo uma grande exceção nesse quadro. As novas agendas do feminismo, do ambientalismo, da diversidade étnico-racial, das minorias, enfim, as novas demandas não se traduziram em agendas de partidos consistentes. Os(as) que aqui foram chamados(as) de *invisíveis* simplesmente parecem não existir como questão para a política e os políticos. Mas nada como um dia após o outro, segundo a sabedoria popular. A falta de sustentabilidade do neoliberalismo como modelo econômico e sua intrínseca incompatibilidade com a democracia mais além do que a formal revelaram-se na prática, na forma de crise, aqui entre nós e no mundo todo. Esse fato abriu espaço para mudanças nas correlações de forças políticas, nos diferentes países. Mudanças vêm acontecendo como uma nova onda. Mas ainda não têm se traduzido em políticas sinalizadores de novos rumos. O caso De La Rúa, na Argentina, é exemplar. Novas propostas ganham as eleições, mas acabam dando continuidade às mesmas políticas. Toledo, no Peru, é outro exemplo.

Mas em duas décadas de democracia na América Latina, com os limites já apontados, foram desenvolvidas experiências de governos e de dinamização da democracia que valem a pena resgatar. Não existe ainda uma mapa completo de tais experiências, mas elas são mais extensas e impactantes do que se imagina, gerando dinâmicas que apontam para novas possibilidades. Trata-se do que vem se chamando de governos participativos, nos quais as questões da institucionalidade e do poder estatal começam a ser redefinidas e novas pontes – superando "brechas" – são construídas entre o dinamismo das sociedades civis e a política institucional. A importância disso explica o avanço do PT como partido e como proposta na sociedade brasileira. Mas vem ocorrendo no Peru, na Colômbia, na Bolívia, no Equador e, agora, por força da própria crise, na Argentina.

Só as experiências participativas podem "desempatar" o impasse institucional e político das democracias na América Latina. Mas sob uma fundamental condição: têm de ser capazes de promover uma nova institucionalidade, uma espécie de refundação de baixo para cima, levando os parlamentos e governos a produzirem as mudanças necessárias. Para avançar na democratização, para radicalizar a democracia, precisamos chegar ao Estado, invertendo o desmanche promovido recentemente e criando condições para a gestão e a regulação democráticas da economia, da política, do projeto de desenvolvimento. Para isso, é fundamental uma institucionalidade e um poder estatal baseado nos princípios e valores

éticos da cidadania. Mas é fundamental também que não se adie mais a inclusão de todos e todas, fazendo o encontro entre povo e nação. Não é mais possível esperar para crescer e, então, distribuir, incluir, democratizar. O desempate pode ser feito de antemão, empoderando os(as) excluídos(as) e junto com eles(as) formando um bloco de forças democráticas e democratizadores como base de um novo desenvolvimento para a região. Desafio de monta. Devemos começar por imaginar, sonhar, criar utopias, para estimular a vontade. Afinal, democracias começam por sonhos e têm demonstrado que podem produzir felicidade humana, mais do que outros modos de organização econômica e política na história.

\* Cândido  
Grzybowski

Sociólogo, diretor  
do Ibase

### Emergente cidadania planetária

A intenção deste artigo é estimular o debate e ir mapeando suas formas, sua extensão, sua complexidade numa perspectiva de radicalizar a democracia na América Latina. Aqui estão apenas alguns aspectos da questão. Outros podem ser levantados e até podem ser mais relevantes. Um último enfoque a salientar diz respeito ao encontro da diversidade de sujeitos, do local ao nacional, ao regional e ao mundial. As sociedades civis vêm se internacionalizando em oposição às economias globalizadas e aos governos que as promovem. Essa é uma questão nova e desafiante para a democracia, pois extrapola Estados Nacionais. Ela gera a necessidade de novas concepções e teorias políticas, para que vejamos as nossas realidades locais e nacionais com olhos de futuro. Isso exige um novo pensamento de democracia no campo da esquerda, em particular. O que vem ocorrendo até aqui é um complexo processo de resistência global com uma tentativa de construir uma agenda alternativa de dimensões globais, visando a um desenvolvimento democrático e sustentável, de todos os direitos humanos para todos os seres humanos do planeta. Praticamente, o processo tem permitido o reconhecimento mútuo na diversidade e na pluralidade de visões que carregamos, como partes de uma emergente cidadania planetária. Tal processo estimula originais e complexas articulações, com construção

de redes, de campanhas, aumentando a capacidade de incidência, como ficou demonstrado em 15 de fevereiro deste ano, nas grandes mobilizações pela paz. Está sendo criada uma grande onda de solidariedade e de esperança, de afirmação do primado da ética, estimulando a utopia e a participação. O exemplo recente do Fórum Social Mundial merece ser destacado. Primeiro, o seu surgimento no Brasil e na América Latina não pode ser politicamente desvinculado da temática tratada neste texto, ou seja, do processo mesmo de democratização em curso, de suas possibilidades e limites. Talvez mais do que em outras regiões do planeta, um evento de tal magnitude encontrou terreno fértil entre nós devido ao desenvolvimento de nossas sociedades civis. Ele é, por excelência, afirmação de um estado de cidadania que estamos conquistando. Desencadeou um processo de dimensões regionais e mundiais, que pode ter impacto nas democracias e ajudar a enfrentar as tensões e contradições entre sociedade civil e política. A força do Fórum Social Mundial reside no que é o seu desafio maior: o encontro da diversidade e o aprendizado coletivo de um novo modo de fazer política, em que todas e todos os que lutam por direitos são necessários. Como a democratização vai avançar em nossos países com esse despertar de uma cidadania planetária é uma questão totalmente em aberto. ■

# Segurança e justiça em cores

A presença negra nas Américas – e no Brasil especificamente – é fruto de extrema violência constituinte do tráfico transatlântico e do sistema da escravidão. O direito de habitar e coabitar cidades e campos tem sido uma conquista paulatina da população negra no Brasil, secundária a intensas disputas no interior da sociedade e das instituições. Assim, são tópicos intrínsecos à segurança pública o combate às desigualdades e a elaboração de sistemas de prevenção e repressão à violência e ao crime cuja eficiência e eficácia estejam ancoradas em princípios de justiça e equidade.

O direito à segurança esbarra em graus diferenciados de vulnerabilidade à violência, bem como na iniquidade que marca as relações sociais no Brasil. Conforme afirmou Sílvia Ramos:

*Alguns setores da população são particularmente vulneráveis a violências, ou porque as agressões criminais podem assumir configurações específicas quando dirigidas a eles, ou porque são vítimas de criminalidades com dinâmicas próprias. Isso pode ocorrer quando a vítima é homossexual, negra, adolescente, idosa, ou identificada com quaisquer grupos sociais particularmente frágeis diante do crime ou da polícia.<sup>2</sup>*

Contrariando idéias de Brasil e da população brasileira marcadas pela cordialidade, vivemos num país de extrema violência. Em um trabalho dedicado à análise da violência racial embutida na ação policial,<sup>3</sup> Ignácio Cano cita estatística das Nações Unidas de 1997,<sup>4</sup> que coloca o Brasil entre os três países com maiores índices de homicídios, entre 36 países relatados, abaixo somente da África do Sul e da Jamaica.

Conforme se pode observar no Gráfico 1, elaborado pelo IBGE no trabalho Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2002, os índices de morte por assassinato vêm crescendo em todas as regiões do país.

Gráfico 1



FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE, FUNASA, SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE

<sup>1</sup> Este artigo é um resumo do capítulo 10 do livro "Desigualdade racial em números", v. 2. Rio de Janeiro: Criola, p. 65-75.

<sup>2</sup> RAMOS, Sílvia. Minorias e prevenção da violência, p. 1.

<sup>3</sup> CANO, Ignácio. Racial Bias in lethal police action in Brazil, p. 3.

<sup>4</sup> Crime Prevention and Criminal Justice Division. United Nations International Study on Firearm Regulation. United Nations Office in Vienna.

De fato, o coeficiente de homicídios do Brasil em 1999 era da ordem de 26,18 homicídios por 100 mil habitantes. No entanto, além do Distrito Federal (33,40), nove estados de diferentes regiões estão acima dessa média: Roraima (57,69), Pernambuco (55,53), Rio de Janeiro (52,54), Espírito Santo (51,87), São Paulo (44,00), Amapá (43,66), Mato Grosso (34,60), Distrito Federal (33,40), Rondônia (33,31) e Mato Grosso do Sul (28,18). Tal variação pode ser vista no Gráfico 2, baseado em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde.

Gráfico 2

Mortalidade por homicídios Brasil e UF, 1999

<b>Brasil</b>	<b>26,20</b>
Roraima	57,69
Pernambuco	55,63
Rio de Janeiro	52,59
Espírito Santo	51,87
São Paulo	44,01
Amapá	43,66
Mato Grosso	34,60
Distrito Federal	33,45
Rondônia	33,31
Mato Grosso do Sul	28,18
Alagoas	20,42
Amazonas	20,42
Sergipe	19,21
Paraná	18,20
Goiás	17,59
Ceará	15,53
Rio Grande do Sul	15,37
Tocantins	12,07
Paraíba	11,94
Pará	10,91
Acre	9,66
Minas Gerais	9,23
Rio Grande do Norte	8,44
Santa Catarina	7,55
Bahia	7,03
Piauí	4,86
Maranhão	4,84

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE, FUNASA, SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE

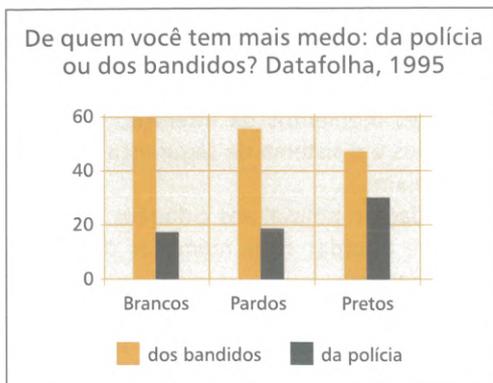
Raras são as pesquisas que indagam acerca dos diferenciais raciais embutidos nesses indicadores. De acordo com Ignácio Cano,<sup>5</sup> a discriminação racial pode ocorrer em diferentes momentos da interação entre os indivíduos e o sistema de segurança pública, quais sejam:

- abordagem policial aos cidadãos – a polícia pode abordar mais membros de certos grupos raciais;
- decisão policial de registrar uma queixa – membros de grupos vulneráveis têm maior chance de serem levados à delegacia para registro do que outros, enquanto membros de grupos racialmente dominantes podem ser somente repreendidos ou induzidos a pagar suborno;
- decisão de abrir um inquérito – crimes de grupos racialmente discriminados contra grupos racialmente dominantes podem tornar-se inquérito mais vezes do que o contrário;
- decisão de processar – comumente a decisão de abrir ou não processo contra certos indivíduos é influenciada pela raça do acusado;
- condição de espera pelo julgamento – membros de grupos raciais vulneráveis podem ser mais freqüentemente impedidos de depor ou têm maior chance de ter negado o direito de aguardar o julgamento em liberdade;
- sentenciamento – os juízes podem tomar decisões influenciados por seus preconceitos raciais, com conseqüente maior número de condenações ou penas mais duras para integrantes de grupos raciais discriminados;
- tratamento na prisão – condenados que pertençam a grupos racialmente discriminados podem ter pior tratamento nas prisões do que membros de grupos dominantes condenados pelo mesmo tipo de crime;
- benefícios prisionais ou redução de sentença – pode ser mais difícil para integrantes de grupos racialmente discriminados obter esses benefícios.

Acrescente-se a isso um cotidiano de violações de direitos humanos de habitantes de comunidades negras e de negros em todas as regiões. As violações são exemplificadas pelas incursões violentas da polícia nessas comunidades, com invasões de residências e agressões a seus moradores e moradoras, tiroteios sem qualquer cuidado para preservação de vidas de suspeitos ou de inocentes, circulação vigiada pela polícia ou por seguranças particulares em pontos fora da comunidade negra etc.

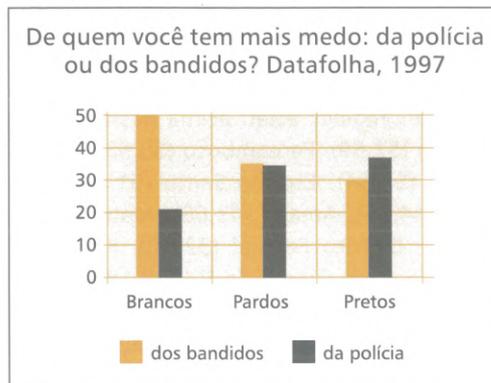
<sup>5</sup> CANO, op. cit., p. 4-5.

Gráfico 3



FONTE: DATAFOLHA/ILANUD, 1995<sup>6</sup>  
 NOTA: A POPULAÇÃO NEGRA É COMPOSTA PELAS CATEGORIAS DO IBGE "PRETOS" E "PARDOS"

Gráfico 4



FONTE: DATAFOLHA/ILANUD, 1997<sup>7</sup>

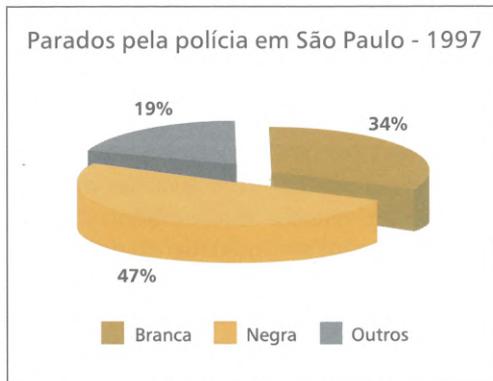
Pesquisas de opinião feitas pelo Datafolha/Ilanud nos anos de 1995 e 1997 sobre a relação da população com a polícia, segundo grupos raciais, exemplificam esse cenário, conforme se vê nos Gráficos 3 e 4. Se, por um lado, todas as pessoas entrevistadas tinham medo dos bandidos, uma parcela informava também temer a polícia. Interessante notar que esses medos evoluem de forma inversa, segundo as características raciais fenotípicas. Ou seja, o medo da polícia cresce quanto mais escura for a pele da pessoa entrevistada.

Chama a atenção o crescimento do medo da polícia entre negros – pretos e pardos –, sendo que os de pele mais escura apresentam um temor da polícia maior do que dos bandidos. Para brancos, a polícia – ainda que provoque algum temor – se apresenta numa proporção bem menos ameaçadora do que para afrodescendentes. Ao verificar a incidência de pessoas paradas pela polícia segundo as características raciais em São Paulo, o Datafolha encontrou os resultados que estão no Gráfico 5. É importante comparar esses dados com os do Gráfico 6, que representa a distribuição da população em geral.

Assim, esses dados oferecem pistas para a definição das razões pelas quais a população negra tem maior receio da polícia, segundo dados já demonstrados. A percepção da população pode ser também corroborada pelo Gráfico 7, preparado com dados colhidos por Ignácio Cano, em trabalho já citado. Neste, analisa-se o índice de letalidade das intervenções policiais dentro e fora das favelas, segundo a característica racial das vítimas.

Dois fatores são assinalados no Gráfico 7: um é o diferencial da qualidade da ação policial, traduzida em mortes de pessoas, dentro e fora da favela; outro é o diferencial dessa ação segundo as características raciais da população. No interior das favelas, comunidades essencialmente negras, a polícia tem uma atuação mais letal, matando mais tanto brancos como negros. Por outro lado, negros – representados pelo autor por pretos e pardos – são mortos pela polícia com intensidade bem maior do que brancos, também no interior dessas comunidades. Um levantamento de dados feito para o Estado do Rio de Janeiro pode ser visto na Tabela A.

Gráfico 5



6 Apud KAHN, Túlio. Os Negros e a polícia: recuperando a confiança mútua. *Boletim Conjuntura Criminal*, São Paulo, n. 7, 1998.

7 Ibidem.

FONTE: PESQUISA SOBRE CONTATO DA POLÍCIA COM A POPULAÇÃO – DATAFOLHA – SÃO PAULO, 1997

Gráfico 6

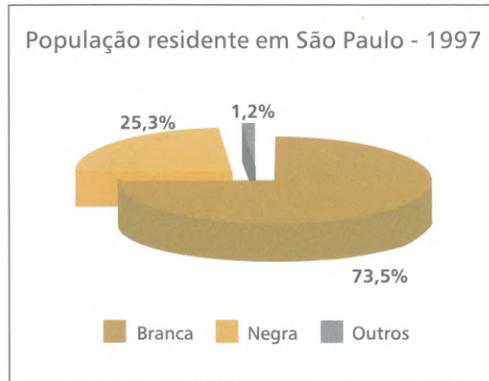
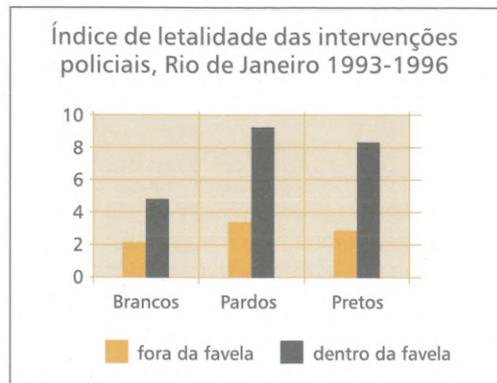
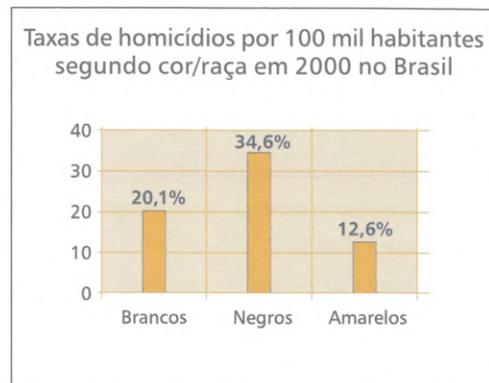


Gráfico 7



FONTE: IGNÁCIO CANO

Gráfico 8



FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE/GLÁUCIO ARY DILLON SOARES (IUPERJ/CESEC)

A face perversa da desigualdade racial pode ser verificada, de outro modo, nos dados do Gráfico 8, coletados por Gláucio Ary Dillon Soares (Iuperj/Cesec). Esses dados integraram a exposição "A cor da morte", apresentada no seminário Violência e Racismo, ocorrido na Universidade Candido Mendes, em setembro de 2002. O trabalho faz parte do projeto Não Matarás, que conta com o auxílio do Clacso e da Faperj.

A partir desses dados, o autor nos traz as seguintes informações:<sup>8</sup>

- com base nas taxas por 100 mil habitantes, em 2001, para cada 100 brancos morreram assassinados (vítimas de homicídios) 170 negros (soma de pretos e pardos);
- se negros e brancos tivessem a mesma taxa de homicídios, 5.647 negros não teriam sido assassinados no Brasil, em um único ano;
- as taxas de homicídios de "pretos" e "pardos" são estatisticamente diferentes. Os pretos em 2000 tiveram taxa de vitimização por homicídios 24% mais alta do que pardos, indicando que a cor da pele/raça influenciou o risco de ser assassinado e que, quanto mais é escura a pele, maiores são as chances.

Pesquisa desenvolvida por Sérgio Adorno em São Paulo no ano de 1995 ajuda a traduzir a abrangência da discriminação racial no que se refere ao acesso à justiça. Segundo o autor, a desigualdade racial será vista nos seguintes fatores:

- a) réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial,
- b) réus negros experimentam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e maiores dificuldades de usufruir do direito de ampla defesa assegurado pelas normas constitucionais;
- c) em decorrência, réus negros tendem a merecer um tratamento penal mais rigoroso, representado pela maior probabilidade de serem punidos comparativamente aos réus brancos.<sup>9</sup>

Os dados colhidos pelo pesquisador demonstram diferenciais comparativos entre negros e brancos que tenham cometido o mesmo tipo de crime e que sejam pertencentes à mesma classe social. Os resultados são vistos na Tabela B.

Tabela A

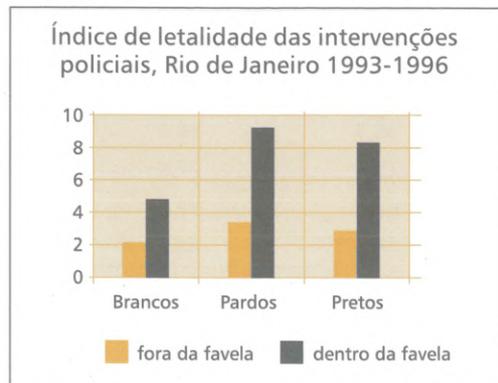
Distribuição da população total, pessoas mortas pela polícia e população prisional, segundo cor no estado do Rio de Janeiro			
	População	Mortos pela polícia	População prisional
	1991	1993 - 1996	1996
<b>Total de casos</b>	4.967.695	805	11.333
<b>Branca</b>	60,00%	29,80%	40,40%
<b>Negra</b>	40,00%	70,20%	59,60%

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO - 1991/ASPLAN/DESIPE/CANO, "LETALIDADE DA AÇÃO POLICIAL NO RIO DE JANEIRO", ISER, 2000

<sup>8</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. A cor da morte. Comunicação apresentada no seminário Violência e Racismo, Universidade Candido Mendes, set. 2002.

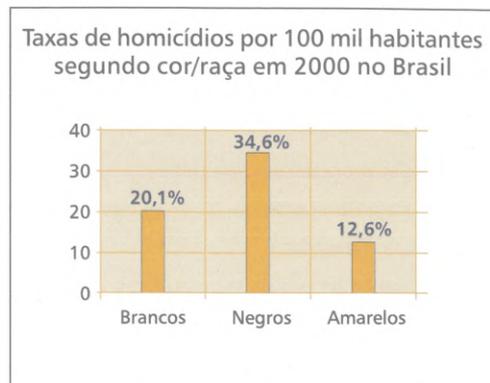
<sup>9</sup> ADORNO, Sérgio. Violência e racismo: discriminação no acesso à justiça penal. In: SCHWARCZ, Lilia M.; QUEIROZ, Renato da Silva. *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência/Edusp, 1996.

Gráfico 7



FONTE: IGNÁCIO CANO

Gráfico 8



FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE/GLÁUCIO ARY DILLON SOARES (IUPERJ/CESEC)

A face perversa da desigualdade racial pode ser verificada, de outro modo, nos dados do Gráfico 8, coletados por Gláucio Ary Dillon Soares (Iuperj/Cesec). Esses dados integraram a exposição "A cor da morte", apresentada no seminário Violência e Racismo, ocorrido na Universidade Candido Mendes, em setembro de 2002. O trabalho faz parte do projeto Não Matarás, que conta com o auxílio do Clacso e da Faperj.

A partir desses dados, o autor nos traz as seguintes informações:<sup>8</sup>

- com base nas taxas por 100 mil habitantes, em 2001, para cada 100 brancos morreram assassinados (vítimas de homicídios) 170 negros (soma de pretos e pardos);
- se negros e brancos tivessem a mesma taxa de homicídios, 5.647 negros não teriam sido assassinados no Brasil, em um único ano;
- as taxas de homicídios de "pretos" e "pardos" são estatisticamente diferentes. Os pretos em 2000 tiveram taxa de vitimização por homicídios 24% mais alta do que pardos, indicando que a cor da pele/raça influenciou o risco de ser assassinado e que, quanto mais é escura a pele, maiores são as chances.

Pesquisa desenvolvida por Sérgio Adorno em São Paulo no ano de 1995 ajuda a traduzir a abrangência da discriminação racial no que se refere ao acesso à justiça. Segundo o autor, a desigualdade racial será vista nos seguintes fatores:

- a) réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial,
- b) réus negros experimentam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e maiores dificuldades de usufruir do direito de ampla defesa assegurado pelas normas constitucionais;
- c) em decorrência, réus negros tendem a merecer um tratamento penal mais rigoroso, representado pela maior probabilidade de serem punidos comparativamente aos réus brancos.<sup>9</sup>

Os dados colhidos pelo pesquisador demonstram diferenciais comparativos entre negros e brancos que tenham cometido o mesmo tipo de crime e que sejam pertencentes à mesma classe social. Os resultados são vistos na Tabela B.

Tabela A

	População	Mortos pela polícia	População prisional
	1991	1993 - 1996	1996
<b>Total de casos</b>	4.967.695	805	11.333
<b>Branca</b>	60,00%	29,80%	40,40%
<b>Negra</b>	40,00%	70,20%	59,60%

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO - 1991/ASPLAN/DESIPE/CANO, "LETALIDADE DA AÇÃO POLICIAL NO RIO DE JANEIRO", ISER, 2000

8 SOARES, Gláucio Ary Dillon. A cor da morte. Comunicação apresentada no seminário Violência e Racismo, Universidade Candido Mendes, set. 2002.

9 ADORNO, Sérgio. Violência e racismo: discriminação no acesso à justiça penal. In: SCHWARZ, Lília M.; QUEIROZ, Renato da Silva. Raça e diversidade. São Paulo: Estação Ciência/Edusp, 1996.

Tabela B

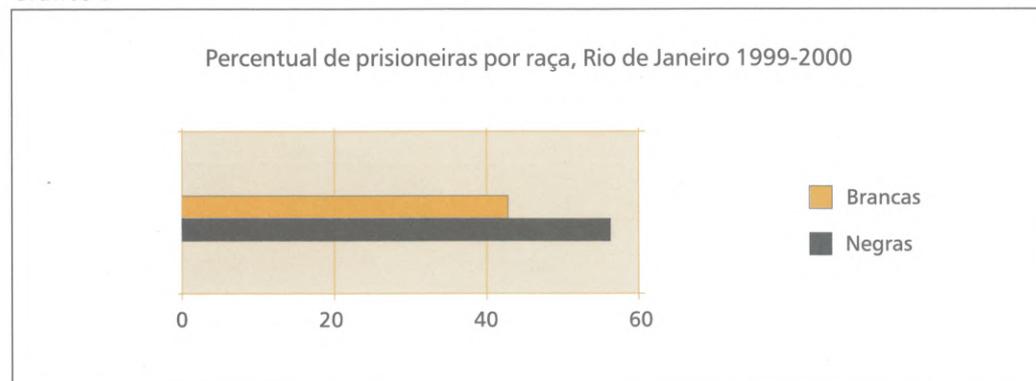
Percentual de resultados de acesso à justiça, segundo raça, São Paulo, 1995		
	Negros (%)	Branco (%)
Prisões em flagrante	58,1	46,0
Responder processo em liberdade	15,5	27,0
Uso da defensoria pública	62,0	39,5
Advogado particular	38,1	60,5
Apresentação de provas testemunhais	25,2	42,3
Sem apresentação de testemunhas	74,8	57,7
Condenação de réus	68,8	59,4
Absolvição	31,2	37,5
Manutenção da prisão em flagrante facilitando a condenação	62,3	59,2
Condenados com assistência judiciária pública	57,6	39,5
Condenados com assistência judiciária privada	27,1	60,9
Absolvidos que apresentaram provas testemunhais	28,2	48,0
Condenados que apresentaram provas testemunhais	71,8	52,0
Cor do réu condenado com vítima branca	57,8	42,2
Cor do réu absolvido com vítima branca	45,2	54,8

FONTE: SÉRGIO ADORNO, 1996

São vários os momentos em que a desigualdade é retratada, demonstrando a impregnação do racismo no sistema de distribuição de justiça. Quando se busca analisar o diferencial de gênero, a quantidade de dados disponíveis torna-se muito mais restrita, especialmente quando se agrega a perspectiva racial aos estudos. Trabalho desenvolvido no Rio de Janeiro por Bárbara Soares e Iara Ilgenfritz,<sup>10</sup> um dos poucos que trazem algumas dessas informações, analisa as mulheres presas no Rio de Janeiro no período de 1999–2000. Conforme se pode ver no Gráfico 9, a maioria das prisioneiras no Rio de Janeiro era negra.

Acrescentam as autoras que “combinando-se informações relativas à cor e à idade das presas, observa-se ainda que as mulheres não-brancas são mais jovens do que as brancas [...]”,<sup>11</sup> o que pode significar aquilo já detectado por Sérgio Adorno em 1995: pessoas negras são aprisionadas e condenadas em idades mais jovens. Também se pode verificar a desproporcionalidade com que mulheres negras são aprisionadas em relação às brancas, quando consideramos a proporção dos diferentes grupos raciais entre a população feminina do Rio de Janeiro, em que, segundo dados do Censo Demográfico, as mulheres brancas são maioria.

Gráfico 9



<sup>10</sup> SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras – Vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p. 93.

<sup>11</sup> Op. cit., p. 95.

FONTE: BÁRBARA SOARES E IARA ILGENFRITZ, 2002

## De que lado você quer estar?

Já dura mais de 500 anos a luta de negros e negras por justiça e inclusão social em toda a diáspora africana. Um ativismo tão antigo que precede as novas ideologias de democracia, democracia racial, direitos humanos, marxismo, socialismo, capitalismo ou qualquer que seja. Ao longo desse período, muitas propostas foram colocadas, muitos modelos foram vividos – Palmares e as diversas experiências de quilombos no Brasil; a profusão de revoltas urbanas conduzidas por escravos e libertos; a Frente Negra Brasileira; o Conselho Nacional de Mulheres Negras; o Teatro Experimental do Negro; as sociedades secretas e as irmandades religiosas; a criação do movimento negro e do movimento de mulheres negras contemporâneos e muito mais. Todos eram alternativas que buscavam respostas tanto na cultura e religiosidade como na ação revolucionária armada ou pacífica. Eram alternativas que propunham saídas tanto na assimilação dos negros na sociedade brasileira emergente como experiências separatistas cujo o principal exemplo foi a nação que Palmares significou e que sobreviveu por cem anos (1595–1695) em confronto com o Império. Alternativas que buscavam uma organicidade diaspórica voltada para todo o território americano, bem como a coexistência com os povos originais, indígenas, os primeiros habitantes. Possibilidades camponesas lado a lado de possibilidades urbanas.

Em muitos desses momentos, houve pessoas brancas como parceiros: há relatos de muitos(as) brancos(as), bem como indígenas, vivendo em Palmares e em outros quilombos rurais. O movimento abolicionista no Brasil teve como figuras emblemáticas brancos como Castro Alves ou Joaquim Nabuco, em diálogo com os negros Luiz Gama, André e Artur Rebouças. Não registradas na história feita por mãos masculinas, é certo que havia mulheres. É até possível afirmar que a experiência de vida pública, de ação coletiva para as mulheres no Brasil, por certo veio da África, redesenhada pelas mãos e corpos das mulheres negras nas ruas do país.

A verdade é que as desigualdades raciais no Brasil têm sido denunciadas em todas as épocas que compõem a nossa história e os últimos 500 anos da história do mundo. No entanto, durante todo esse período, uma parcela importante esteve de fora – e me refiro à grande maioria de brancos(as) ou embranquecidos(as), que, embora não sendo europeus, se afirmam exclusivamente por essa ascendência. Essa ausência não conheceu fronteiras ideológicas, de classe ou de gênero.

No entanto, mais uma vez, é preciso pronunciar-se. É preciso decidir de que lado se quer estar neste mundo que se complexifica. O desafio foi colocado. Sua resposta é a ação cotidiana. ■

\* Jurema Werneck

Coordenadora geral  
da ONG Criola

## FONTES DE DADOS

### Governamentais:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- Sistema IBGE de Recuperação Automática – [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)
- Datasus – [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)
- Indicadores de Dados Básicos – Brasil 2000 (IDB- Brasil) <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000>
- Secretaria Nacional de Segurança Pública – [www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)
- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – [www.mj.gov.br/sedh/cndm/genero](http://www.mj.gov.br/sedh/cndm/genero)

### Sociedade civil:

- Geledés – Instituto da Mulher Negra – [www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)
- Mulheres negras – do umbigo para o mundo – [www.mulheresnegras.org](http://www.mulheresnegras.org)
- Criola – [www.criola.org.org](http://www.criola.org.org)
- Articulação de ONGs de Mulheres Negras – [www.mulheresnegras.org.br](http://www.mulheresnegras.org.br)
- Previ – [www.previ.com.br/quemsomos/balanco2000](http://www.previ.com.br/quemsomos/balanco2000)
- Rede Feminista de Sexualidade e Saúde – [ww.redesaude.org.br](http://ww.redesaude.org.br)
- Rede de Direitos Humanos e Cultura – [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)
- Rede Social de Justiça e Direitos Humanos – [www.social.org.br](http://www.social.org.br)
- Cesecc/Ucam – [www.cesec.ucam.edu.br](http://www.cesec.ucam.edu.br)
- Iser – [www.iser.org.br](http://www.iser.org.br)
- Committee on Women, Population and the Environment – [www.cwpe.org](http://www.cwpe.org)
- Fundação Banco do Brasil – [www.cidadania-e.com.br/ms\\_is\\_indicadores.asp](http://www.cidadania-e.com.br/ms_is_indicadores.asp)



# O samba e a reconstrução das nossas tradições



# UR



## Isso é fundo de quintal

Leci Brandão e Zé Maurício

*E lá vem o Sereno trazendo um recado do Ubirany  
Vem cantando pra gente: Bira presidente vai chegar aqui  
Com uma cara de anjo, tocando seu banjo o Arlindinho Cruz  
E Dona Ivone Lara, essa jóia tão rara, tão cheia de luz  
E lá vem o Sombrinha fazendo harmonia com seu cavaquinho  
Vai versar um partido com um cara chamado Zeca Pagodinho*

*O que é isso, meu amor?*

*Venha me dizer*

*Isso é fundo de quintal, é pagode pra valer*

*No Cacique de Ramos, vai chegar o Cleber com seu violão  
Tia Doca, bonita, sambando gostoso e batendo na mão  
Olha a rapaziada fazendo o rateio e comprando a bebida  
Deixa para Vicentina, essa negra divina, fazer a comida  
É tantã, é repique, é pandeiro e cavaco pra ficar legal  
Todo mundo tocando, sambando e cantando no maior astral*

*O que é isso, meu amor?*

*Venha me dizer*

*Isso é fundo de quintal, é pagode pra valer*

## Preto, cor preta

Jorge Aragão

*Preto que é preto ilumina porque é preto  
Preto que é preto combina de se olhar  
Preta é uma cor mas também é minha preta  
Cor e pele preta sem se misturar*

*Preto que é preto ilumina porque é preto  
Preto que é preto combina de se olhar  
Preto que tem resolvida sua cor  
Não tem que se impor nem que se curvar*

*Tem nada a ver com a cor alguém sambar  
Tem tudo a ver com a cor saber gingar*

*A gente ajeita quando tem cabeça feita  
Que lá no fundo quando deita é tudo igual  
Pra quem me aceita e como negro me respeita  
Eu sou pretinho, nêgo véio, coisa e tal*



Abro os jornais num sábado ensolarado de inverno e me deparo com a manchete de uma reportagem que, de um jeito ou de outro, dá o que pensar: "Memória preservada em Ipanema – Prefeitura dá ao bairro o título de Sítio Cultural e tenta proteger fatos e personagens relevantes para a história do Rio e do país".

No texto, alguns esclarecimentos interessantes:

*Personagens, lugares e histórias de Ipanema acabam de conquistar uma vaga cativa na memória do Rio de Janeiro. No início da próxima semana, a Prefeitura publica no Diário Oficial o decreto que cria para o bairro uma Área de Proteção do Ambiente Cultural (Apac). O objetivo da Secretaria Municipal das Culturas é preservar não apenas o conjunto arquitetônico, mas principalmente o **estilo peculiar dos habitantes**. Para isso, a Apac Ipanema será desenvolvida em moldes diferentes das anteriores, conferindo ao bairro o título de Sítio Cultural. [...] Da gravidez de Leila Diniz ao humor ácido de Jaguar, do píer construído nos anos 70 ao polêmico obelisco erguido para comemorar o centenário do bairro, tudo será preservado por meio de pesquisas e depoimentos de ipanemenses ilustres ou anônimos. [...] Além da memória oral, a secretaria quer marcar pontos relevantes do bairro instalando placas ou totens com dados descritivos para os turistas e os cariocas interessados em conhecer melhor a história da cidade. [...] A preocupação se justifica por se tratar de um bairro que sempre lançou tendências e exportou modismos, seguidos não apenas no Rio mas em todo o Brasil.*

Tudo bem, entendo o argumento; fico também feliz que se tenha, no âmbito do Estado, uma compreensão mais dinâmica e abstrata do fenômeno cultural, buscando enfatizar comportamentos, história oral e assim por diante. Reconheço também a importância de um bairro como Ipanema na história do Rio e, sobretudo, na construção de uma *imagem* da cidade. Sou inclusive marcado por fortes afinidades afetivas

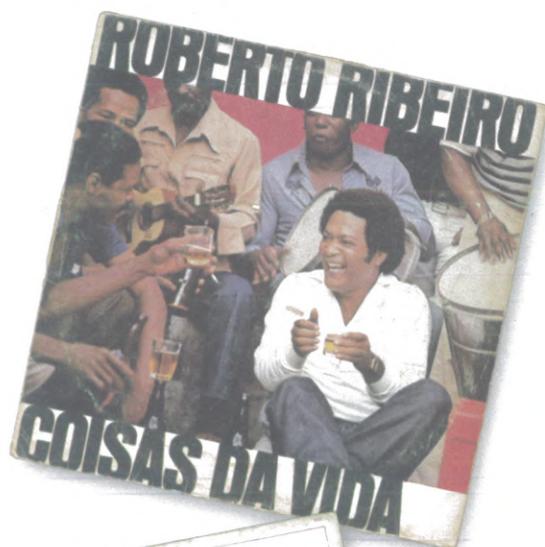


com o bairro – tenho vivas na memória imagens infantis de então enormes folhas de amendoeira caídas pelas calçadas, pontuando, aqui e ali, meus primeiros passeios de velocípede.

Mas será que precisamos ficar eternamente reféns de um folclore ipanemense (que, infelizmente, parece impregnar fortemente boa parte dos argumentos apresentados) que nos obriga a andar em círculos, esbarrando sempre nos mesmos personagens e, pior, encarando-os sempre da mesma maneira? Que tal abrir os olhos e tentar vislumbrar outros “sítios culturais” no complexo território de uma cidade como o Rio de Janeiro? Que tal se deter com o mesmo empenho sobre o “estilo peculiar dos habitantes” de outras regiões culturais da cidade? Talvez, a partir daí, dessa espécie de *viagem etnográfica* pelos territórios da cidade, possamos até revisitar nossas “Ipanemas” com outros olhos, mais sofisticados, mais críticos e, sobretudo, bem menos folclorizantes. Quem sabe seremos, então, capazes de ultrapassar o eterno sonho da criação de uma folclórica e entediante República de Ipanema? Apenas como exercício de imaginação, como seria um Rio de Janeiro que somente começasse a partir da também curiosa Praça da Bandeira?

Mas por que digo tudo isso? Durante alguns anos, expressando igualmente as preocupações de um órgão público voltado para a preservação da memória do país, estudei espaços culturais da cidade do Rio de Janeiro, em especial a Zona da Leopoldina, região que engloba bairros como Bonsucesso, Ramos, Olaria, entre outros, e pude ver de perto a enorme riqueza dessa região da cidade e sua importância para a dinâmica cultural carioca.

Pesquisamos, inicialmente, o espaço do Santuário da Penha, palco de uma festa anual que marca não apenas a vida cultural do bairro, mas de toda a cidade. Durante muitos anos, os grandes sambas do carnaval carioca foram inicialmente lançados durante o evento. Mais do que apenas uma festa religiosa, o espaço da Penha abriga um conjunto de atividades que expressam tanto pontos de encontro cultural como de conflitos. Exemplo interessante é o da prática do samba *ao vivo*, o que, já há muitos anos, vem sendo proibida pela irmandade responsável pelo espaço. Qual o





*Agremiação carnavalesca, reduto de criação musical, exemplo de organização popular, centro de festas e de afirmação de tradições de várias ordens, importante elo com o mercado de trabalho do músico profissional, o Cacique de Ramos – um dos mais tradicionais blocos de carnaval da cidade – tematiza a figura do índio (no seu nome, nas suas idéias e nas fantasias e alegorias utilizadas no desfile durante o carnaval) e afirma o samba enquanto elemento de identidade. Referindo-se ao crescimento rápido e avassalador que o Cacique obteve, seu presidente (Bira) coloca a seguinte questão: “Você já viu índio catequizar? Pois o Cacique catequizou...”.*

Na sua origem, o Cacique reunia famílias que, além de residirem em bairros próximos, situados na Zona da Leopoldina, tinham em comum um complexo patrimônio cultural fortemente marcado por ricos e intensos contatos musicais no mundo do samba carioca e por um ideário religioso que talvez melhor se expressasse na prática da umbanda. Por razões religiosas, boa parte dos fundadores tinha nomes indígenas, o que facilita a compreensão dos motivos que fizeram da figura do índio, e daquela do cacique, uma idéia central do bloco.

*Quem eram e quem são esses “índios urbanos”? No discurso de seus dirigentes, a defesa dos povos indígenas do Brasil – explorados, oprimidos, expulsos da terra e lutando por sua sobrevivência física e cultural, reivindicando, como eles, seu território. Na fantasia e nas alegorias, o cruzamento entre a imagem do índio norte-americano (o apache) e a do maravilhoso selvagem coberto de plumas, desenhos e cores, veiculadas pela indústria cultural. Na tradição de muitos de seus membros e fundadores, o caboclo – personagem altivo, orgulhoso, indomável, senhor das matas – é incorporação da figura do índio no universo das religiões afro-brasileiras. É tudo isso que o Cacique de Ramos representa e é a partir daí que se pode pensar sua enorme força de expansão. E mais: é desse*



## Peço atenção

Carlos Caetano e Ronaldo Camargo

<i>Peço atenção</i>	<i>A mais linda das heranças</i>
<i>Ao que eu digo pra vocês</i>	<i>da arte popular</i>
<i>O samba é muito mais</i>	<i>Se parar para pensar</i>
<i>do que raiz</i>	<i>No pensamento virá</i>
<i>Se formos reviver</i>	<i>Cartola, Nelson</i>
<i>Tudo que o samba fez</i>	<i>Cavaquinho,</i>
<i>O samba é muito mais</i>	<i>Candeia, Neoci e</i>
<i>do que se diz</i>	<i>Pandeirinho,</i>
<i>O samba resistência</i>	<i>Silas de Oliveira</i>
<i>É culto e popular</i>	<i>E tantos outros bambas</i>
<i>Enquanto houver a dor</i>	<i>maiores</i>
<i>Um samba novo hei de cantar</i>	<i>Lá do céu hão de brilhar</i>
<i>Que é pra ver feliz</i>	<i>Que é pro samba iluminar</i>
<i>Quem nos abraçar</i>	<i>A luz dos novos caminhos</i>
<i>Erguer a bandeira do samba</i>	<i>O samba é nosso ópio,</i>
<i>Pois é, em homenagem</i>	<i>nosso vinho</i>
<i>aos bambas</i>	<i>Nosso pão, nosso destino</i>
<i>Que vamos guardar e</i>	<i>Nossa forma de amar</i>
<i>preservar</i>	

## A batucada dos nossos tantãs

Fundo de Quintal

<i>Samba, a gente não perde</i>	<i>O samba floresce do</i>
<i>o prazer de cantar</i>	<i>fundo do nosso quintal</i>
<i>E fazem de tudo pra silenciar</i>	<i>Este samba é pra você</i>
<i>A batucada dos nossos tantãs</i>	<i>Que vive a falar, a criticar</i>
<i>No seu ecoar,</i>	<i>Querendo esnoabar,</i>
<i>o samba se refez</i>	<i>querendo acabar</i>
<i>Seu canto se faz reluzir</i>	<i>Com a nossa</i>
<i>Podemos sorrir outra vez</i>	<i>cultura popular</i>
<i>Samba, eterno delírio</i>	<i>É bonito de se ver</i>
<i>do compositor</i>	<i>O samba correr,</i>
<i>Que nasce da alma, sem pele,</i>	<i>pro lado de lá</i>
<i>sem cor</i>	<i>Fronteira não há,</i>
<i>Com simplicidade,</i>	<i>pra nos impedir</i>
<i>não sendo vulgar</i>	<i>Você não samba,</i>
<i>Fazendo da nossa alegria,</i>	<i>mas tem que aplaudir</i>
<i>seu habitat natural</i>	

entrecruzamento e da presença simultânea de todos esses elementos díspares que ele ganha uma riqueza marcadamente urbana e sedutora.<sup>4</sup>

Assim, afirmando-se rapidamente no carnaval carioca e cativando segmentos sociais os mais variados, o Cacique de Ramos tem uma trajetória de grande sucesso. Sua quadra vai, pouco a pouco, tornando-se um espaço de convivência e de troca e viabilizando a renovação de tradições não apenas musicais, mas culturais, no sentido mais pleno da expressão. No espaço da quadra do Cacique, ao longo da década de 1980, um dos nós de uma grande rede de pagodes se constituirá, atualizando o que acabou ficando conhecido como o "movimento de pagode". Foi no bojo desse movimento que nomes como Jorge Aragão, Jovelina Pérola Negra, Grupo Fundo de Quintal, Zeca Pagodinho e tantos outros surgiram e se firmaram no cenário musical carioca e brasileiro. Mais uma vez, a vitalidade cultural do samba se mostrava plenamente e, naquele momento, com forte presença na mídia. O movimento de pagode foi um importante instrumento de lançamento de compositores, intérpretes e instrumentistas, além de, mais uma vez, ter colocado o samba em discussão. Ao mesmo tempo em que se afirmava na mídia, o pagode atualizava um samba tocado nos "fundos de quintal" e marcado pela intimidade das quadras ou dos espaços de encontro e convivência.

Como sempre, o debate em torno do samba levantava discussões acaloradas. Apoiado sobre um discurso que salientava a retomada de uma "tradição" – aquela de um samba de fundo de quintal, tocado e cantado na intimidade dos encontros, do partido alto, do samba mais "embolado", o qual, por razões da busca de uma crescente qualidade sonora por parte da indústria fonográfica, não encontrava espaço na mídia e assim por diante –, o movimento de pagode da década de 1980 apontava também na direção da mídia, abrindo e/ou reforçando um grande mercado de trabalho para músicos, intérpretes e compositores, reafirmando sua presença nos selos das gravadoras, ocupando enorme espaço nos jornais, entre outros exemplos. Assim, falava-se simultaneamente de elementos que, para muitos atores sociais e, especialmente, para alguns críticos musicais e culturais, deveriam caminhar separadamente (como se fosse possível, ainda



hoje, pensar um mundo dividido em campos isolados, não-híbridos!). Mais uma vez, o samba vinha colocar às claras todo seu potencial de produzir/atualizar complexas articulações entre segmentos sociais diferentes, entre universos culturais diferentes, não sendo patrimônio exclusivo desse ou daquele universo sociocultural, podendo assim sensibilizar tanto o mundo da mídia quanto aquele do fundo de quintal.

Essa talvez seja a grande contribuição do samba para o debate cultural – mostrar que as tradições são constantemente reconstruídas e ressignificadas (seguindo, obviamente, regras de legitimidade e segundo relações de poder que caracterizam todo e qualquer ambiente social), que esse processo se faz passando simultaneamente pelo mercado e pelos espaços de cotidiano de determinados segmentos de população, que os fenômenos culturais são necessariamente híbridos e contraditórios, o que não impede que se reconheça neles as marcas da experiência social daqueles segmentos mais diretamente envolvidos em sua trajetória, e assim por diante. Esses, parece-me, são os elementos que fazem do samba um artefato cultural de grande valor simbólico, capaz de mobilizar desde paixões as mais intensas até preconceitos não menos intensos e muitas vezes violentos. Aliás, há um lindo samba que, com muito humor e competência, tematiza essas questões. Chama-se “Pra que discutir com madame?”, de Janet de Almeida e Haroldo Barbosa. Vale a pena escutá-lo... ■

\* Carlos Alberto Messeder Pereira

Professor e pesquisador da Escola de Comunicação da UFRJ, onde coordena o Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (Nepcom), e autor do livro *Cacique de Ramos – Uma história que deu samba*, publicado pela editora E-Papers ([www.e-papers.com.br](http://www.e-papers.com.br))

Ilustrações retiradas dos encartes dos CDs:

*Pagode pra valer*, vol. II de Reinaldo

*Todos os pagodes*, de Almir Guineto

*Deixa a vida me levar*, de Zeca Pagodinho

## Sempre a sonhar

Ruy Quaresma e Martinho da Vila

*Quando o sonho acontecer  
E todo o morro descer  
Numa tremenda euforia  
Eu vou tentar me segurar  
Pra não gritar nem chorar  
E nem cair na orgia  
Vou subir o morro sozinho  
Olhar o céu de pertinho  
E procurar a estrela  
Onde estão a Gilda pretinha  
O seu Eurico e o Birica  
Primeiro compositor  
Vou rezar pro seu China  
O velho sonhador  
Que criou a tal Vila bonita  
que me encantou  
E quando a estrela sumir  
O dia amanhecer  
Quero encontrar a Peti  
Pra com a Gilda branquinha  
Ir bater nas tendinhas  
Só então vou cantar  
Vou beber, vou comemorar  
Só então vou cantar  
Vou beber, vou comemorar*



...É O JÚNIOR  
PASSOU PARA  
A FACULDADE,  
NOSSA FILHA ESTÁ  
NAMORANDO FIRME...  
AH!... E SAIU A SUA  
APOSENTADORIA

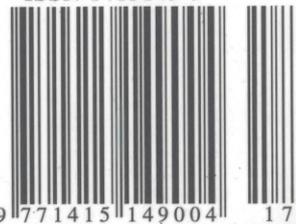


MARCO

A agenda da revista Democracia Viva é ampla e aberta, parte do compromisso radical com a cidadania e com a democracia.

Democracia Viva não se alinha com partidos nem religiões, mas toma partido desde que esteja em jogo a possibilidade de aprofundar a democracia. Não disputa poder, mas quer exercer um papel de vigilância, monitoramento e avaliação – com toda autonomia e independência – das políticas públicas e das ações governamentais, bem como das práticas empresariais e das relações econômico-financeiras. Quer ser ativa como interpeladora de consciências e vontades, questionando práticas e valores que limitam a democracia, estimulando a participação cidadã. Sua qualidade é a força das reflexões, análises, propostas e dos argumentos.

ISSN 1415149-9



9 771415 149004 17